

Standard Bank Moçambique SA

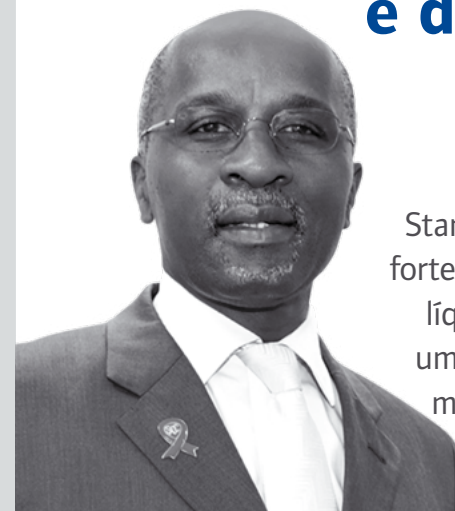


Relatório e contas 2013

Índice

Relatório do Presidente e do Administrador- Delegado	1
Análise económica	3
Governança corporativa	8
Análise financeira	12
Análise das Unidades de Negócio – Banca de Empresas e de Investimento	16
Análise das Unidades de Negócio – Banca de Particulares e Pequenas e Médias Empresas	17
Análise do risco de crédito	18
Relatório de recursos humanos	23
Demonstrações Financeiras	25

Relatório do Presidente e do Administrador-Delegado



“Apesar da difícil conjuntura, o Standard Bank Moçambique conseguiu fortes resultados em 2013, com os lucros líquidos de impostos (RLI) a registar um crescimento anual de MT1.243,5 milhões para MT1.246,4 milhões.”

Tomaz Salomão / António Coutinho

Conjuntura operacional

A economia moçambicana entrou em 2013 com uma pesada herança decorrente das graves cheias que afectaram o sul do país, destruindo colheitas e infra-estruturas de transporte tais como estradas, pontes e a rede ferroviária. O sul ficou completamente cortado do resto do país, limitando assim os fluxos de bens e pessoas. Inevitavelmente, as exportações e o turismo sofreram consideravelmente, o que se reflectiu no produto interno bruto (PIB), que teve uma queda assinalável no primeiro trimestre. Esta situação também representou um ponto de viragem na inflação, que iniciou uma trajectória ascendente face aos mínimos históricos de 2012, impulsionada principalmente pela subida dos preços dos bens alimentares. No entanto, as importações mais baratas da África do Sul, o principal parceiro comercial de Moçambique, vieram trazer algum alívio, resultante de um rand fraco. Esta situação aliviou de forma significativa as pressões inflacionárias.

Uma onda de raptos nas províncias de Maputo e Sofala, bem como de ataques armados por parte de rebeldes da Renamo no centro do país criaram insegurança e tensão no ambiente político durante a segunda metade de 2013. Esta situação teve um forte impacto no investimento directo estrangeiro (IDE), dado que muitos investidores decidiram adiar os projectos no país até que a situação melhorasse. O turismo também sofreu um golpe, principalmente no centro-sul de Moçambique, dado que os turistas evitaram completamente esta região. Por outro lado, os projectos de gás no norte em geral não foram afectados, uma vez que estão geograficamente isolados em localizações *offshore*.

Apesar destes desafios, a economia moçambicana mostrou capacidade de resistência, conforme ficou demonstrado pela conjuntura macroeconómica estável durante todo o ano. O contexto de baixa inflação permitiu ao Banco de Moçambique cortar mais 125 pontos de base na sua taxa de referência durante o ano, para um valor de 8,25%. Embora tal tenha sido positivo para os consumidores, levou a um estreitamento da margem para o sector bancário. Como banco, no entanto, antecipámos estes movimentos e tomámos medidas precoces para gerir eficazmente a nossa liquidez, o que acabou por levar a um aumento da nossa margem financeira.

Ênfase estratégico

Acreditamos que a chave do sucesso é uma centragem nos clientes. A nossa estratégia em 2013 foi continuar a investir na nossa actividade para nos prepararmos para a fase seguinte do nosso plano de crescimento. Este investimento inclui intervenções no contexto do nosso pessoal, tecnologias e canais de distribuição. Continuámos por conseguinte a desenvolver esforços consideráveis na compreensão dos nossos clientes e das suas necessidades e tomámos medidas para alinhar a nossa actividade em consequência. Estes esforços conduziram a um crescimento da nossa implantação a nível nacional através da abertura de novas sucursais e outros canais. Também investimos consideravelmente no nosso pessoal e melhorámos as funcionalidades das tecnologias para incentivar a banca em sistema de self-service.

Continuamos a centrar-nos no fortalecimento do nosso balanço, especialmente na nossa liquidez em moeda local, o que conseguimos este ano, apesar da forte concorrência por parte dos nossos rivais. A nossa reputação como um banco forte e líquido, combinada com a nossa longa e honrosa história em Moçambique, deram-nos boas bases em 2013, levando a um aumento considerável tanto dos activos como dos passivos bancários.

Análise económica

Resultados

O contributo dos outros proveitos para o total de proveitos também subiu para 48,4% (2012: 45,7%), ao passo que a imparidade não sofreu alterações.

Apesar dos significativos investimentos no nosso pessoal, nas tecnologias, na expansão da rede e em outros melhoramentos operacionais, os nossos custos operacionais só subiram 11%, o que levou inevitavelmente a um pequeno aumento no nosso rácio custos/proveitos, de 51,8% para 54,4%. Com um nível de 19,2% (2012: 22,1%), a rentabilidade dos capitais próprios (ROE) esteve em linha com as expectativas.

Gestão do capital

A gestão do capital continua a ser um componente crítico da nossa estratégia. O banco gere a sua base de capital para alcançar um equilíbrio prudente entre manter níveis de capital para suportar o crescimento da actividade, manter a confiança dos depositantes e dos credores e dar rentabilidades competitivas aos accionistas, assegurando simultaneamente o cumprimento dos requisitos regulamentares de capital.

Os nossos rácios de solvabilidade continuam a ser sólidos e a estar bem acima dos limites regulamentares.

Governança corporativa

O Standard Bank continua a interagir de forma construtiva com as autoridades reguladoras e outras partes interessadas na aplicação da legislação e das medidas de controlo das autoridades reguladoras. O nosso objectivo é garantir que os requisitos regulamentares sejam respeitados e incorporados nas operações do banco, de uma forma que potencie uma ética comercial de longo prazo.

Administração

O Sr. Kenrick Cockerill e o Sr. Mahomed Rafique Jussob Mahomed deixaram os seus cargos de administrador durante o exercício. Agradecemos-lhes o valiosíssimo contributo que deram ao banco no exercício das suas funções.

Agradecimentos

Os nossos resultados reflectem o enorme apoio que recebemos dos nossos clientes. Agradecemos-lhes a sua inabalável confiança e convicção em nós e no nosso negócio. Também agradecemos a capacidade de resistência ao nosso pessoal, que suportou condições extremamente desafiantes no nosso mercado. Estamos muito gratos pelo apoio de todos os interessados externos, com que nos relacionamos regularmente.

Por fim, os nossos accionistas e colegas do Conselho de Administração deram-nos orientações cruciais em 2013. Valorizamos e agradecemos-lhes os seus sábios conselhos, a sabedoria e o tempo que investiram na actividade durante o exercício.

Conjuntura económica global

Na sequência dos desenvolvimentos em 2012, a actividade económica global manteve-se fraca em 2013. Na sua actualização de Janeiro de 2013 do World Economic Outlook, o Fundo Monetário Internacional (FMI) avisou que o crescimento económico global em 2013 iria abrandar para 3%, face a 3,1% no ano anterior. Durante o ano, a economia mundial continuou a ser afectada negativamente pelos quatro legados das crises financeiras e económicas de 2008/9, a saber, crescimento lento, desemprego elevado, desigualdades crescentes e falta de confiança nas instituições financeiras.

Apesar deste facto, a actividade global e o comércio mundial parecem ter retomado fôlego no segundo semestre de 2013, em grande medida devido a uma melhoria da performance nas economias avançadas, com as economias emergentes a ter performances variadas, embora, em termos globais, a crescer a um ritmo mais lento.

	Crescimento do PIB						Inflação média							
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Mundial	2,8	(0,4)	5,2	3,9	3,2	2,9	3,6							
Economias avançadas	0,1	(3,4)	3,0	1,7	1,5	1,2	2,0	3,4	0,1	1,5	2,7	2,0	1,4	1,8
EUA	(0,3)	(2,8)	2,5	1,8	2,8	1,6	2,6	3,8	(0,3)	1,6	3,1	2,1	1,4	1,5
Europa	0,4	(4,4)	2,0	1,5	(0,6)	(0,4)	1,0	3,3	0,3	1,6	2,7	2,5	1,5	1,5
Japão	(1,0)	(5,5)	4,7	(0,6)	2,0	2,0	1,2	1,4	(1,3)	(0,7)	(0,3)	0,0	0,0	2,9
Emergentes e em desenvolvimento	5,8	3,1	7,5	6,2	4,9	4,5	5,1	9,2	5,2	5,9	7,1	6,1	6,2	5,7
Brasil	5,2	(0,3)	7,5	2,7	0,9	2,5	2,5	5,7	4,9	5,0	6,6	5,4	6,3	5,8
Rússia	5,2	(7,8)	4,5	4,3	3,4	1,5	3,0	14,1	11,7	6,9	8,4	5,1	6,7	5,7
Índia	3,9	8,5	10,5	6,3	3,2	3,8	5,1	9,1	12,4	10,4	8,4	10,4	10,9	8,9
China	9,6	9,2	10,4	9,3	7,7	7,6	7,3	5,9	(0,7)	3,3	5,4	2,6	2,7	3,0
África sub-saariana	5,7	2,6	5,6	5,5	4,9	5,0	6,0	12,9	9,4	7,4	9,3	9,0	6,9	6,3
SADC	5,4	0,1	4,0	4,2	3,7	3,4	4,3	12,2	9,2	6,7	7,4	7,1	6,8	6,1
África do Sul	3,6	(1,5)	3,1	3,5	2,5	2,0	2,9	11,5	7,1	4,3	5,0	5,7	5,9	5,5
Moçambique	6,8	6,3	7,1	7,3	7,4	7,0	8,5	10,3	3,3	12,7	10,4	2,1	4,2	5,6
Nota: Os números em sombra correspondem a estimativas/previsões/projecções Fonte: FMI, WEO, Out.2013														

A recuperação da economia mundial parece estar a passar de uma recuperação liderada pelas economias emergentes e em desenvolvimento para uma recuperação conduzida pela procura externa das economias avançadas. Esta situação deverá manter-se em 2014.

O crescimento na China deverá baixar para 7,3% em 2014, afectado negativamente pelas medidas para reduzir o crescimento do crédito e uma tendência crescente no custo do capital. O forte investimento e a procura externa impulsionaram o crescimento em 2013, que se projecta que se situe em 7,6%, face a 7,7% em 2012.

Economia regional

A maioria das economias da África subsaariana deverá ter mais um ano encorajador em 2013, com as estimativas preliminares da produção a apontarem para 5%, face a 4,9% durante 2012, com perspectivas de aumentar para 6% durante 2014.

O continente foi afectado negativamente por uma conjuntura externa adversa, caracterizada por custos de financiamento em alta, mercados emergentes menos dinâmicos e preços das matérias-primas menos favoráveis. A forte procura de investimento continuou a sustentar o crescimento económico na região, mas um determinado número de

Espera-se que o crescimento da economia norte-americana acelere de 1,6% em 2013 para 2,6% em 2014. No Japão, o crescimento do PIB deverá cair para 1,2% em 2014, face aos 2% previstos para 2013. A Zona Euro deverá ser palco de uma recuperação gradual, com um crescimento de 1% em 2014 face a uma contracção estimada de 0,4% em 2013.

A melhoria das condições económicas possibilitou à Reserva Federal norte-americana anunciar em Dezembro último que iria reduzir as suas medidas quantitativas de estímulo à economia durante 2014. Este facto deverá ter um impacto negativo nas moedas dos mercados emergentes. A consolidação fiscal nos EUA deverá continuar, o que poderá criar alguma incerteza.

As taxas de juro deverão manter-se baixas na Europa e nos EUA. Este facto deverá sustentar uma tendência ascendente no crescimento económico, o que lhe deverá permitir ganhar velocidade em 2014.

factores domésticos, incluindo uma menor confiança dos consumidores, teve um impacto negativo na actividade económica.

A África do Sul, um importante parceiro comercial para Moçambique e a maior economia da SADC, continua a enfrentar uma fraca actividade, sendo que a produção deverá ter caído para 2% em 2013 face a 2,5% em 2012, com perspectivas de melhoria para 2,9% em 2014.

O abrandamento da economia sul-africana é reflexo de um crescimento global mais lento. Também reflecte desequilíbrios estruturais internos e o impacto negativo de greves que começaram no sector mineiro e alastraram à indústria.

A fraqueza do rand face às principais divisas mundiais e as pressões esperadas das negociações salariais deverão afectar as previsões para a inflação sul-africana, o que pode levar a um aumento das taxas de juro domésticas durante 2014.

A inflação global na África do Sul fechou nos 5,4% em 2013, em linha com as expectativas, com a inflação de base a situar-se nos 5,3%. A inflação ao consumidor média subiu para 5,9% face a 5,7%, principalmente em consequência dos preços dos bens alimentares, dos ajustamentos salariais e de um rand mais fraco. No entanto, deverá manter-se dentro dos objectivos do Banco da Reserva Sul-Africana (SARB).

A economia moçambicana em resumo

Moçambique fechou o ano de 2013 com os dados económicos fundamentais a mostrarem um grau de estabilidade macroeconómica caracterizada por uma inflação homóloga mais baixa do que o esperado, com um valor de 3,54%. A inflação média de 4,26%, possibilitada por um rand mais fraco, criou condições para estabilidade nos preços administrativos, incluindo alguns bens alimentares, combustíveis, electricidade e água. O crescimento económico continuou a mostrar-se robusto, com o PIB do terceiro trimestre de 2013 a indiciar uma subida de 8,1%.

Estima-se que a insegurança, caracterizada por um aumento da tensão militar e política e do crime (raptos) no último trimestre de 2013, tenha tido um impacto negativo no crescimento do PIB durante esse período. O fluxo de transportes terrestres, que afecta pessoas e bens, através da principal rede viária do país foi gravemente afectado, com o resultante impacto negativo nos sectores dos transportes, indústria transformadora, comércio e turismo. Nalgumas regiões, a população activa no sector agrícola abandonou as áreas de produção à procura de segurança nas áreas urbanas. Esta situação terá tido um impacto negativo no maior sector do país. No entanto, não deverá ter tido como consequência uma divergência significativa face aos níveis de crescimento médios de 7,4% verificados na última década. De qualquer modo, é preocupante que muitos investidores tenham decidido atrasar ou cancelar decisões de investimento, à espera de uma conjuntura económica melhor.

A estabilidade a nível macroeconómico permitiu ao Banco de Moçambique manter uma política monetária permissiva e cortar 125bps (pontos de base) na sua taxa de referência overnight para cessão de fundos (facilidade permanente de crédito ou FPC), para o actual mínimo histórico de 8,25%. Na sequência desta decisão, houve fortes solicitações no sentido dos banco comerciais reduzirem as suas taxas de juro.

Durante 2014, as taxas de juro deverão manter-se estáveis, reflectindo as expectativas de estabilidade da inflação. As taxas de juro dos bilhetes do tesouro (BTs) mantiveram uma trajectória ascendente durante 2013, reflectindo uma correcção face aos níveis artificialmente baixos de 2012.

A continuação da entrada de investimento directo estrangeiro no sector primário (carvão e gás natural), juntamente com a tributação das mais-valias imputadas aos projectos de gás natural na Bacia do Rovuma permitiram que as reservas internacionais líquidas (RIL)

mantivessem uma tendência ascendente durante o exercício, fechando com um máximo histórico de \$3 mil milhões.

Apesar dos desafios económicos e sociais estruturais de Moçambique, caracterizados por défices duplos (défice na balança de transacções correntes e défice orçamental), que revelam um baixo nível de poupança e um elevado grau de dependência externa, a economia deverá manter a mesma tendência que nos últimos 10 anos, registando um forte crescimento. Apesar dos baixos níveis de emprego formal e do elevado nível de pobreza, que afecta quase metade da população, as previsões do Governo apontam para uma aceleração do PIB para 8% (valor nominal de \$18 mil milhões) e uma inflação de 6% (média de 5,6%) sustentadas pela perspectiva de continuação do investimento directo estrangeiro nos sectores dos recursos naturais, infra-estruturas e energias. Espera-se que o quadro jurídico do gás natural seja aprovado este ano para permitir à Anadarko e à Eni darem início à construção de uma das maiores centrais de gás natural liquefeito (GNL) do mundo, estando as primeiras exportações de GNL previstas para 2018.

A já referida estabilidade macroeconómica está ameaçada pela actual tensão política e militar e pelo crime organizado (raptos), ingredientes de excelência para perturbar a actividade económica e prejudicar o investimento, tanto doméstico como estrangeiro. No entanto, continuamos optimistas e acreditamos que o Governo e a Renamo irão chegar brevemente a um acordo de paz, quanto mais não seja devido às eleições parlamentares e presidenciais agendadas para Outubro de 2014.

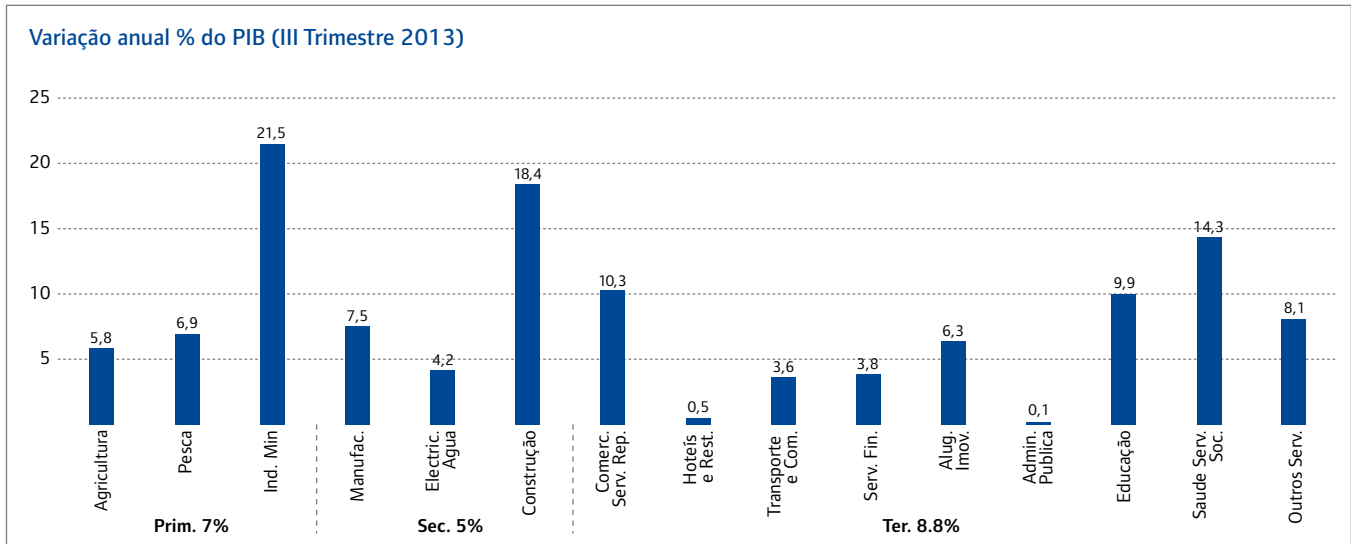
Dados económicos

O crescimento económico manteve-se robusto, com os dados do PIB do terceiro trimestre de 2013 a indicarem uma subida de 8,1%, menos 0,3pp (pontos percentuais) do que no trimestre anterior.

O sector dos serviços foi o mais dinâmico, com um crescimento de 8,8%, e representa 49% do PIB, seguido pelo sector primário, que cresceu 7% e é responsável por 26% do PIB. O sector secundário cresceu 5% e representa 18%. do PIB.

A indústria extractiva continua a liderar o crescimento, com uma subida de 21,4%, mas ainda representa uma parte menor do PIB (2,2%), seguida pela construção, que subiu 18,4%.

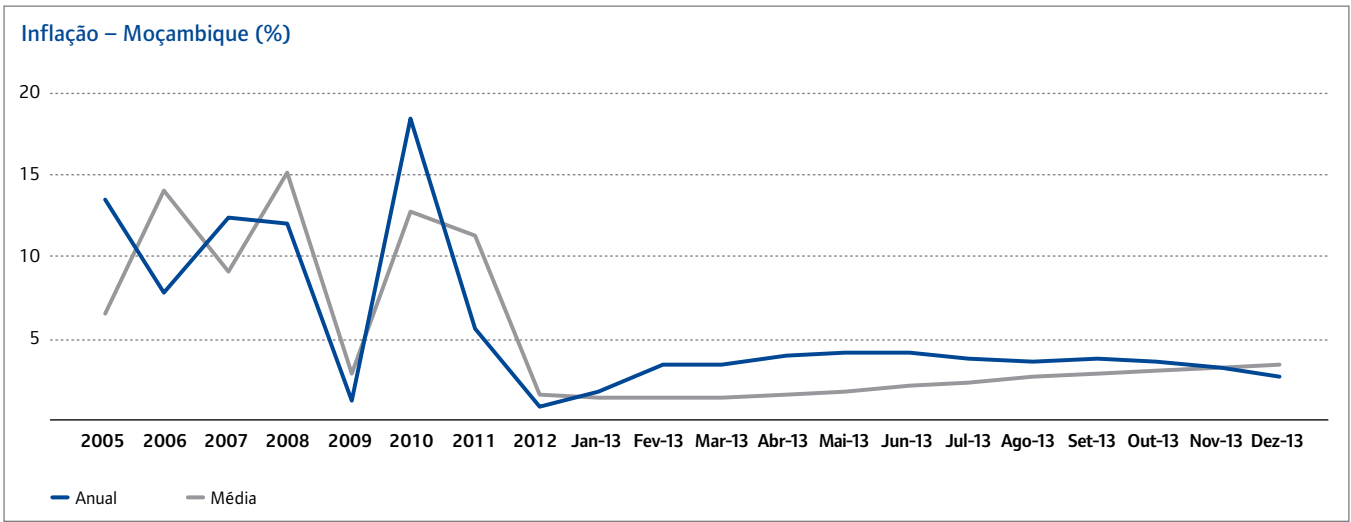
A agricultura, o maior sector, representa 22,3% do PIB e cresceu 5,8%, sando sinais de recuperação face às cheias do princípio de 2013.



Inflação

Moçambique registou uma das mais baixas inflações mensais em Dezembro, com 0,57% em termos mensais (inflação homóloga), medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), comparada com 1,06% e 1,38% durante o mesmo período de 2012 e 2011, respectivamente.

Como nos meses anteriores, a subida dos preços da rubrica dos bens alimentares e bebidas, que representa quase 50% do cabaz do IPC, foi crucial para a inflação mensal.



Nampula teve a inflação anual mais elevada, com 5,23% em termos homólogos, face a 1,78% no ano anterior, seguida por Maputo com um pequeno aumento de 2,18% para 2,96%, com a Beira a registar uma queda de 1,99% para 1,81% em termos homólogos.

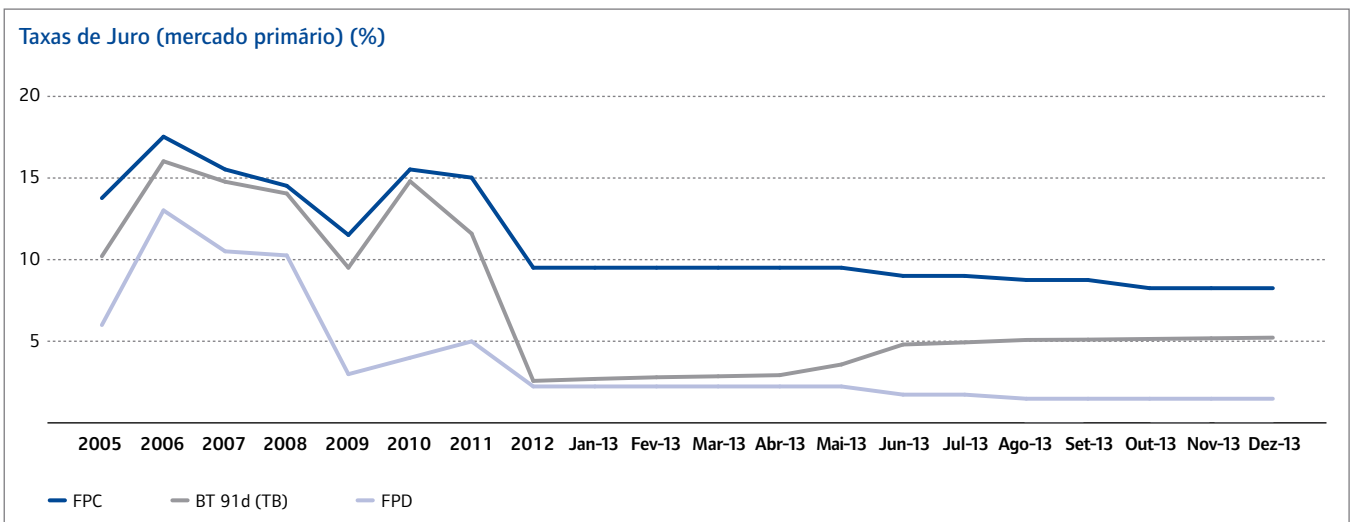
Como nos anos anteriores, um dos maiores riscos para a inflação no curto prazo é a possibilidade de cheias, com o seu impacto negativo na produção agrícola e nos preços dos bens alimentares. Se este risco não se concretizar, a inflação deverá fechar 2014 dentro do objectivo de 6% (5,6% em média) definido pelo Governo.

Nampula registou a mais baixa inflação mensal com 0,43% em termos homólogos, seguida por Maputo com 0,64% e a Beira com 0,67%.

Em base anual, a inflação em Moçambique aumentou de um mínimo histórico de 2,02% em 2012 para 3,54% em termos homólogos em 2013, com a média a subir de 2,6% para 4,26%, essencialmente devido ao impacto negativo das cheias que se verificaram no início de 2013. Este efeito foi atenuado pelas importações de bens alimentares mais baratos da África do Sul, devido a uma taxa de câmbio favorável, tendo sido posteriormente suportado por uma recuperação da produção agrícola um pouco mais à frente durante o ano. Em termos globais, a inflação fechou o ano nos 7%, abaixo do valor esperado.

Mercado monetário

Uma conjuntura macroeconómica estável permitiu ao Banco de Moçambique manter uma política monetária permissiva e cortar 125bps na sua taxa de referência overnight para cessão de fundos (facilidade permanente de crédito ou FPC), para o actual mínimo histórico de 8,25%, com a taxa de tomada de fundos (facilidade permanente de depósito ou FPD) a ser reduzida em 75bps para 1,5%.



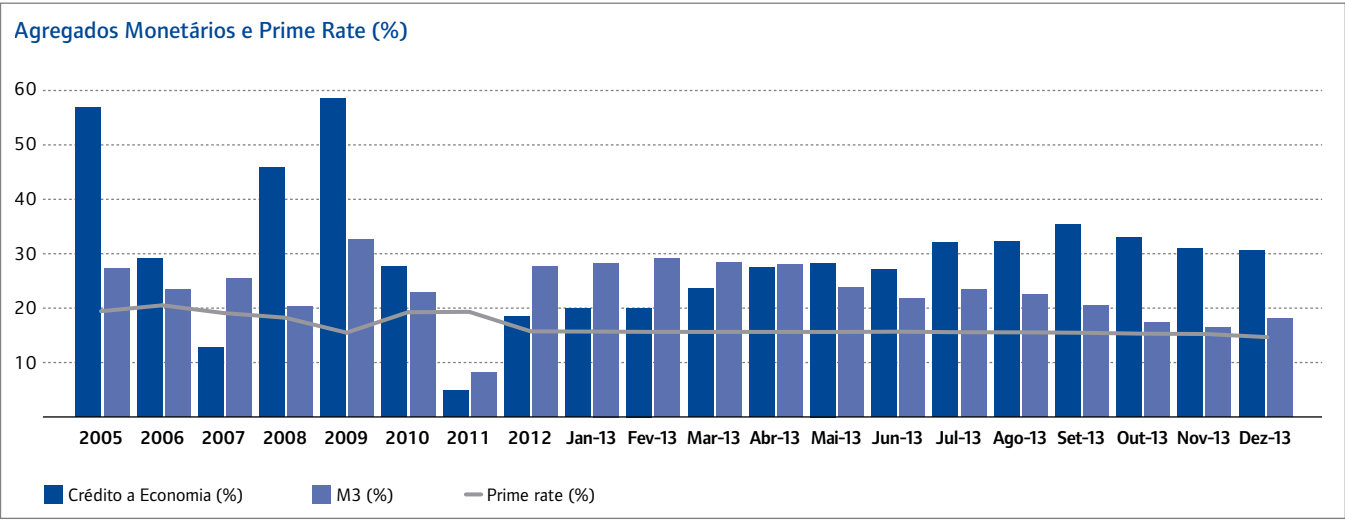
Os dados de Dezembro de 2013 indiciam uma desaceleração na oferta de moeda (M3), que cresceu 16,3% em termos homólogos para MT216,4 mil milhões, comparado com 29,9% durante o mesmo período em 2012. Por outro lado, a concessão de crédito ao sector privado manteve o dinamismo, tendo crescido 28,7% em termos homólogos para MT151,7 mil milhões, face a 19,5% durante o mesmo período em 2012.

A base monetária, a variável operacional da política monetária, subiu 15,7% durante 2013, face a 19,7% no ano anterior, com o programa

monetário para 2014 a indicar um crescimento de 15%. Esta evolução está em linha com o crescimento projectado de 15,5% da M3 e do crescimento de 19,1% na concessão de crédito ao sector privado

Durante 2013, os bancos comerciais reduziram as suas taxas de juro cerca de 100bps, com os dados de Novembro a apontarem para uma taxa activa média de 20,25% e uma taxa passiva média de 9,13%. Estas taxas ainda são consideradas muito longe do desejável.

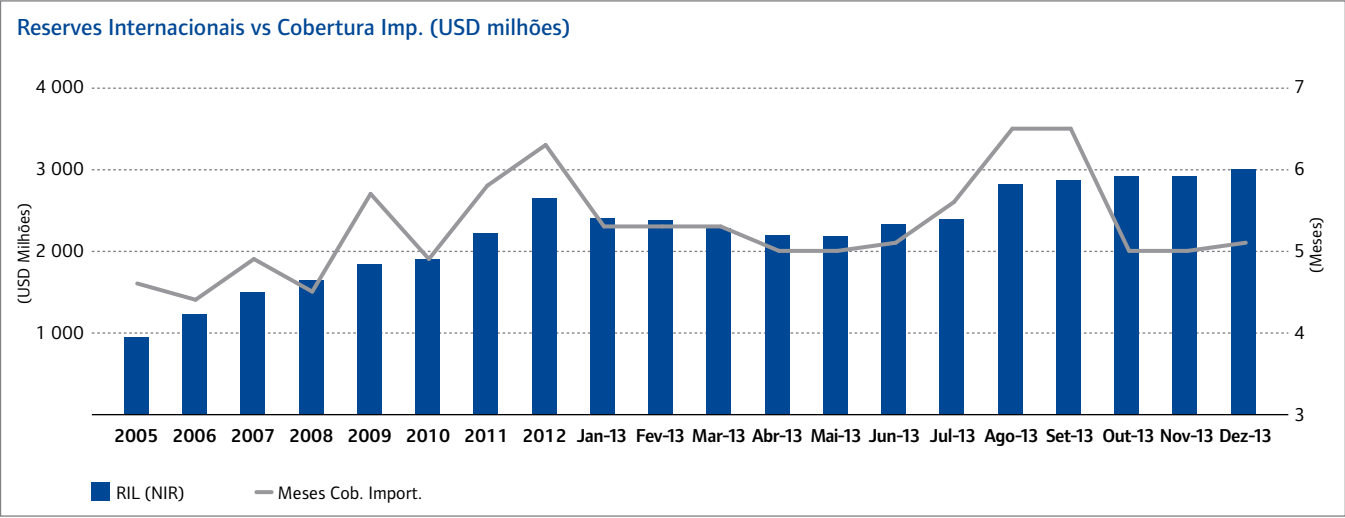
Esperamos que as taxas de juro activas se mantenham estáveis em 2014, reflectindo as expectativas no sentido de uma inflação estável.



Em contraste com a tendência decrescente das taxas de juro de referência e das taxas de crédito preferenciais dos bancos comerciais, que fecharam Dezembro nos 14,39%, representando uma queda 107bps no ano, as taxas de juro dos bilhetes do tesouro (BTs) mantiveram uma tendência ascendente durante 2013, reflectindo uma correcção face aos níveis artificialmente baixos de 2012, tendo subido 264, 322 e 352 bps, para os prazos de 91, 182 e 364 dias, respectivamente, para valores de 5,23%, 6,60% e 7,20%.

Taxa de câmbio e sector externo

A continuação da entrada de investimento directo estrangeiro no sector primário (carvão e gás natural), juntamente com a tributação das mais-valias das operações de venda de activos dos projectos de gás natural na Bacia do Rovuma permitiram que as reservas internacionais líquidas (RIL) mantivessem uma tendência ascendente durante o ano, fechando com um máximo histórico de \$3 mil milhões, o que representa uma cobertura de 5,1 meses de importações em termos de reservas brutas.

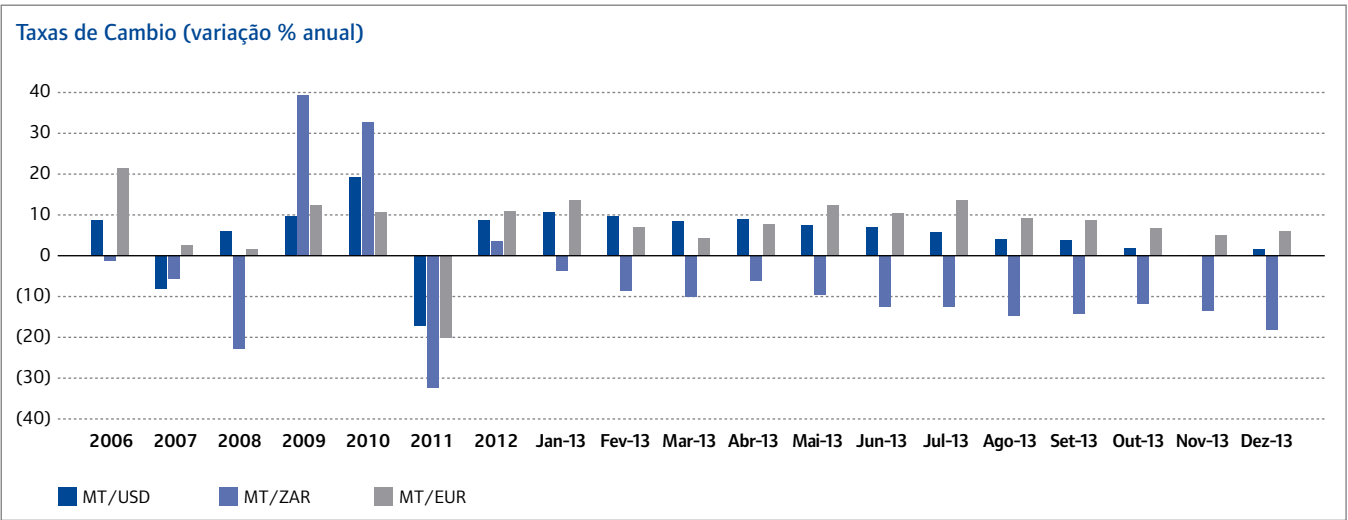


Esta situação permitiu ao Banco de Moçambique estabilizar o metical, o que, por sua vez, se traduziu numa desvalorização anual menor de 1,5% face ao dólar norte-americano, para MZN29,95 e de 6% face ao euro, para MZN41,25. No entanto, registou fortes ganhos de 18,2% face ao rand sul-africano, para MZN2,84, no contexto de um rand globalmente mais fraco.

Esperamos que o metical se enfraqueça face ao dólar norte-americano durante o primeiro trimestre de 2014 para cerca de 31 MZN/USD, reflectindo, por um lado, a procura de divisas, que é sazonalmente mais elevada que a oferta nessa altura e, por outro lado, os desenvolvimentos internacionais induzidos pelas expectativas de que a

Reserva Federal dos EUA venha a aumentar o ritmo de redução dos estímulos à economia, um facto que já começou a enfraquecer as moedas dos mercados emergentes.

O risco de atrasos ou redução do apoio dos doadores e das entradas de investimento directo estrangeiro devido à insegurança e à instabilidade aumentam o risco de desvalorização do metical no médio prazo. No curto prazo, a moeda tem sido suportada por uma grande entrada de dólares no sector primário. Este risco aumentaria substancialmente no médio prazo em caso de atraso na aprovação do quadro jurídico necessário para desenvolvimento das reservas de gás natural da bacia do Rovuma.



Introdução

O Conselho de Administração actua com base no entendimento de que as práticas corporativas sólidas são fundamentais para conquistar a confiança das partes interessadas, o que é crítico para sustentar a performance e preservar valor para os accionistas.

O quadro de governação do Standard Bank Moçambique permite ao Conselho de Administração assegurar o equilíbrio entre o seu papel de garantir a supervisão do risco e aconselhamento estratégico e garantir o cumprimento das obrigações regulamentares e da tolerância ao risco. O Conselho de Administração está empenhado em apoiar os princípios fundamentais da governação, que incluem disciplina, independência, responsabilidade, imparcialidade, responsabilidade social, transparência e responsabilização dos administradores perante todas as partes interessadas.

O Grupo Standard Bank cumpre os princípios do Código de Conduta e Práticas Corporativas (Código King). Os princípios do Código King definem as normas para o quadro e práticas de governação corporativa do banco.

As entidades subsidiárias do Grupo guiam-se por estes princípios quando definem os seus quadros de governação respectivos, que estão alinhados pelas normas do Banco, para além de cumprirem os regulamentos locais aplicáveis.

Códigos, regulamentos e cumprimento das normas (compliance)

O cumprimento da legislação, regulamentos, normas e códigos aplicáveis continua a ser uma característica essencial da cultura do banco. O Conselho de Administração monitoriza o seu cumprimento através dos relatórios de gestão que lhe são apresentados, relatórios esses que incluem informações sobre os resultados de várias interações relevantes com partes interessadas cruciais, tais como as várias autoridades reguladoras do banco.

O banco cumpre toda a legislação, regulamentos, normas e códigos aplicáveis em Moçambique.

Conselho de Administração e administradores

Estrutura e composição do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão decisório máximo do Banco e pertencem-lhe as responsabilidades últimas em matéria de governação. O banco tem uma estrutura de Conselho de Administração unitário, em que os papéis de Presidente e de Administrador-Delegado são separados. O Presidente é um administrador não executivo independente, como o são a maioria dos administradores integrantes do Conselho de Administração. O equilíbrio entre administradores executivos, não executivos e independentes garante um grau de independência suficiente no processo decisório.

É da responsabilidade do Conselho de Administração assegurar que é posta em prática uma gestão eficaz para aplicar a estratégia do banco e analisar as questões relativas ao planeamento da sucessão. O Conselho de Administração está convencido que o actual acervo de talento disponível no Banco e o trabalho em curso para o expandir dá uma resposta adequada às necessidades de sucessão, tanto no curto como no longo prazo. Durante o exercício, o Conselho de Administração também avaliou outros desafios relacionados com recursos humanos cruciais, incluindo a retenção de talento no banco.

A interação regular entre o Conselho de Administração e a administração executiva é incentivada. O Conselho de Administração plenário (incluindo os administradores executivos) reúne-se sem outros membros da equipa de gestão em sessões fechadas e em todas as reuniões do Conselho de Administração. Quando necessário, há colaboradores convidados a fazerem apresentações ao Conselho de Administração sobre matérias importantes em análise.

Os administradores têm acesso irrestrito à equipa de gestão e às informações sobre o banco, bem como aos recursos necessários para desempenharem cabalmente as suas responsabilidades, incluindo aconselhamento jurídico externo, a expensas do banco.

Uma característica da forma como o Conselho de Administração funciona é o papel desempenhado pelas comissões do Conselho de Administração, que facilitam o cumprimento das responsabilidades deste órgão. Cada comissão tem um mandato aprovado pelo Conselho de Administração e que é revisto regularmente. Mais abaixo, são fornecidos elementos sobre a forma como estas comissões funcionam.

Demissão, reforma e remoção de administradores

O Sr. Kenrick Cockerill e o Sr. Mahomed Rafique Jussob Mahomed deixaram os seus cargos de administrador durante o período em análise.

Estratégia

O Conselho de Administração é responsável por definir a estratégia do banco, que é analisada e aprovada numa reunião anual com a Comissão Executiva.

Depois dos objectivos financeiros e de governação para o ano seguinte terem sido objecto de acordo, o Conselho de Administração monitoriza a performance em base permanente. A performance face aos objectivos financeiros é monitorizada através de relatórios de gestão e apresentações trimestrais nas reuniões do Conselho de Administração.

Responsabilidades do Conselho de Administração

As responsabilidades do Conselho de Administração estão registadas nos principais termos de referência do seu mandato. Este mandato é revisto pelo menos anualmente.

Delegação de poderes

O Conselho de Administração mantém um controlo efectivo através de uma estrutura de governação bem desenvolvida e que prevê um quadro para delegação. As comissões do Conselho de Administração facilitam o cumprimento das responsabilidades do Conselho de Administração e asseguram uma ênfase aprofundada em determinadas áreas. O Conselho de Administração revê o mandato de cada comissão pelo menos anualmente.

O Conselho de Administração delega poderes no Administrador-Delegado para gerir os negócios e assuntos do banco. A Comissão Executiva coadjuva o Administrador-Delegado quando o Conselho de Administração não está em sessão, sujeitos aos parâmetros regulamentares e aos limites do Conselho de Administração quanto a delegação de poderes no Administrador-Delegado.

Reuniões do Conselho de Administração

O Conselho de Administração reúne-se uma vez por trimestre. Quando necessário, são realizadas reuniões extraordinárias. É fornecida documentação completa aos administradores pelo menos quatro dias antes de cada reunião agendada.

Conselho de Administração



1

1 Tomaz Salomão

PCA



2

2 Pindie Nyandoro

Vice-PCA



3

3 António Caroto Coutinho

Administrador Delegado



4

4 Pedro Coelho

Administrador Executivo



5

5 Miquelina de Menezes

Administrador (não Executiva)



6

6 Mahomed Rafique Jusob

Administrador (não Executivo) Até 30 de Junho de 2013



7

7 António Macamo

Administrador (não Executivo)



8

8 Ken Cockerill

Administrador Executivo Até 30 de Junho de 2013

Conselho Fiscal



1

1 Rui Fernandes

Presidente



2

2 Arlete G. Jonas Patel

Vogal



3

3 Óscar Diniz

Vogal

Conselho de Crédito



1

1 Arlete G. Jonas Patel

Presidente



2

2 Mahomed Bachir

Vogal



3

3 Manuel Relvas

Rep. Ernst & Young

Conselho de Administração – presença nas reuniões				
Reuniões do Conselho de Administração em 2013	Março	Junho	Agosto	Dezembro
Tomaz A. Salomão (Presidente) ¹	✓	✓	✓	✓
Pindie Nyandoro (Vice-Presidente) ²	✓	✓	✓	✓
Mahomed R.J. Mahomed ¹	J	✓	D	D
Miquelina M.L.C. Julien ¹	J	✓	J	✓
Antonio C. Coutinho ²	✓	✓	J	✓
Kenrick W. Cockerill ²	✓	✓	D	D
António Eugénio Macamo ¹	✓	✓	✓	✓
Pedro Munhão Pinto Coelho ²	✓	✓	J	✓
¹ Administrador não executivo. ² Administrador executivo. ✓ = Presença J = Justificação da ausência D = Demissão				

Comissões do Conselho de Administração

O mandato das comissões do Conselho de Administração define o papel, responsabilidades, âmbito dos poderes, composição e procedimentos a serem seguidos. Todos os mandatos das comissões do Conselho de Administração são revistos anualmente.

Comissões do Conselho de Administração				
Membros	Março	Maior	Agosto	Novembro
Rui Fernandes (Presidente) ¹	✓	✓	✓	✓
Oscar Diniz (Vogal) ²	✓	✓	✓	✓
Arlete Patel (Vogal) ²	✓	✓	✓	✓
¹ Administrador não executivo. ² Membro não executivo. ✓ = Presença A = Justificação da ausência				

A comissão compreende unicamente administradores não executivos independentes. O papel da Comissão de Auditoria é analisar a situação financeira do banco e fazer recomendações ao Conselho de Administração sobre todas as matérias financeiras, riscos, controlos financeiros internos, fraudes e riscos informáticos relevantes para os relatórios financeiros. Abrange a avaliação da integridade e eficácia dos sistemas de contabilidade, financeiros, de cumprimento das normas, sustentabilidade e outros sistemas de controlo. A comissão mantém uma relação de trabalho construtiva com o Director de Auditoria Interna, que tem acesso aos membros da comissão quando necessário. A comissão também assegura uma comunicação eficaz entre o Conselho de Administração, a equipa de gestão, os auditores internos, os auditores externos e as autoridades reguladoras.

Entre outras coisas, a comissão é responsável pelo quadro de controlo interno, que combina o modelo de três linhas de defesa do Banco com o quadro de governação corporativa do banco. O modelo de três linhas de defesa procurar separar os deveres relevantes e garantir linhas de reporte independentes para garantir um controlo interno e uma gestão de riscos eficazes.

Foram postos em prática controlos financeiros internos para assegurar a integridade da informação financeira qualitativa e quantitativa do banco, que é usada por várias partes interessadas. O Director Financeiro tem a responsabilidade última pela implementação e manutenção dos controlos financeiros internos.

Há uma política formal de não pagar honorários não relacionados com auditoria, cujo objectivo é garantir que a independência e a objectividade dos auditores não são afectadas. Os serviços não relacionados com auditoria são aprovados nos termos da política e relatados trimestralmente à comissão.

Comissão de Crédito do Conselho de Administração			
Membros	Maior	Agosto	Novembro
Arlete Patel (Presidente) ¹	✓	✓	✓
Mahomed Bachir (Vogal) ¹	✓	J	✓
Ernst & Young (Vogal) ¹	✓	✓	J
¹ Membro não executivo. ✓ = Presença J = Justificação da ausência			

O objectivo da Comissão de Crédito do Conselho de Administração do banco (CCB) é garantir que existe uma governação eficaz do crédito para possibilitar uma adequada gestão, medição, monitorização e controlo do risco de crédito, incluindo o risco-país. A comissão cumpriu este mandato no exercício em análise.

Continuação da actividade

Sob recomendação da Comissão de Auditoria do Conselho de Administração, o Conselho de Administração analisa e avalia anualmente a base de continuação da actividade para preparação das demonstrações financeiras no fecho do exercício. No período abrangido pelo relatório intercalar, segue-se um processo semelhante para permitir ao Conselho de Administração avaliar se existe ou não motivo suficiente para retirar uma conclusão desta natureza.

Relacionamento com as várias partes interessadas

A relevância do Standard Bank Moçambique para os mercados e sociedades em que opera depende de um envolvimento permanente e profícuo com todas as partes interessadas. A gestão das partes interessadas envolve um emprego óptimo dos recursos da organização para criar e manter boas relações com as mesmas. Esta abordagem ajuda o banco a gerir as expectativas da sociedade, minimizar os riscos para a reputação e formar parcerias fortes, tudo para apoiar a sustentabilidade da actividade.

As relações com partes interessadas estratégicas são geridas pelo Director de Marketing em articulação com o gabinete do Administrador-Delegado. O seu papel centra-se na promoção de uma boa cidadania empresarial, em criar confiança e em posicionar adequadamente a liderança do banco. Durante o ano, verificaram-se várias iniciativas de envolvimento com partes interessadas.



O nosso website contém mais informações sobre estas iniciativas:<http://www.standardbank.co.mz/pt/Eventos-e-Responsibilidade-Social2>

Ética e integridade organizacional

O Código de Ética do banco foi pensado para responsabilizar os empregados e permitir uma tomada de decisão eficaz a todos os níveis da actividade de acordo com os princípios éticos definidos. Também tem como objectivo assegurar que, enquanto importante organização do sector de serviços financeiros, o banco respeita os mais elevados padrões de práticas comerciais responsáveis. O código interpreta e define os valores do banco de uma forma mais aprofundada e define princípios decisórios baseados em valores para guiar a sua conduta. Está alinhado com outras políticas e procedimentos do banco e do Grupo Standard Bank e é consentâneo com os regulamentos e as leis relevantes do sector.

O código define as práticas aceitáveis e inaceitáveis e contribui para facilitar a identificação das infracções à ética. Também promove a consciencialização e sensibilização em matéria de questões éticas.

Análise financeira

Resultados

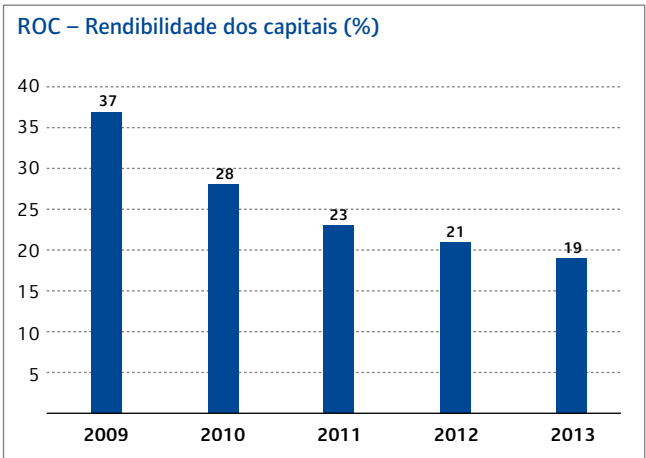
Apesar da conjuntura cheia de desafios em 2013, o banco alcançou muito bons resultados, o que demonstra a sua capacidade de resistência e a sua força. Os lucros líquidos de impostos (RLI) registaram um ligeiro crescimento para MZN1.246,4 milhões, face a MZN1.243,5 milhões no ano anterior.

A confiança que temos neste mercado incentivou-nos a continuar a fazer significativos investimentos na nossa actividade durante o exercício. A nossa estratégia de investir nos nossos recursos humanos, sistemas e expansão da nossa implantação, combinada com uma política de dividendos conservadora, garantiram a continuação do crescimento da nossa base de capital, fortalecendo assim o nosso balanço. Inevitavelmente, este facto levou a um ROE ligeiramente mas baixo este ano, de 19,2% (2012: 22,1%).

	Dez 13	% variação	Dez 12
Resultados por acção (MZN)	4,8	0%	4,8
Valor líquido do activo por acção (MZN)	26,2	12%	23,4
Rendibilidade dos capitais (%)	19,2%		22,1%
Rendibilidade dos activos (%)	2,9%	3,6%	3,2%
Crédito malparado (%)	1,7%		2,2%
Rácio custos/proveitos (%)	54,4%		51,8%
Margem financeira	5,4%		5,5%
Proveitos por empregado (MZN'000)	4 404	(2%)	4 474
Taxa de transformação	53,0%		42,5%
Empregados	1 041	8%	969

Conjuntura operacional

As medidas tomadas pelas autoridades monetárias para manter a estabilidade do metical continuaram a dar resultados positivos em 2013. Esta situação levou a inflação a manter-se em mínimos históricos, com uma média de 4,26% para o ano. A significativa desvalorização do rand sul-africano durante todo o ano face a todas as principais moedas, também deu algum espaço à moeda local moeda, o que resultou numa inflação negligenciável importada da África do Sul, o principal parceiro comercial de Moçambique. Em consequência, o Banco de Moçambique cortou mais 125 pontos de base na sua taxa de referência durante o exercício, para além dos 550 pontos de base cortados em 2012. Estas medidas, embora positivas para a economia, colocaram uma pressão sem precedentes sobre a margem financeira do banco durante o exercício, especificamente sobre a carteira em meticais.



Apesar disso, o banco demonstrou capacidade de resistência, uma vez que suportou os efeitos destes desafios. A margem financeira global manteve-se, em grande medida, inalterada, nos 5,4% (2012: 5,5%), suportada por uma agressiva mobilização de passivos mais baratos. As provisões para imparidade também se mantiveram estáveis, apesar da carteira de crédito em crescimento.

Com um valor de 19,2%, a rendibilidade dos capitais próprios (ROE) continua saudável. A diluição ao longo do tempo está em linha com a estratégia do banco de investir nos seus recursos humanos, tecnologias e infra-estruturas das agências. Uma política de dividendos conservadora também ajudou a criar uma grande base de capital.

Principais factores que afectaram a performance em 2013

Os nossos resultados para 2013 foram influenciados em grande medida pelos seguintes factores principais:

• Crescimento do crédito sobre clientes

Um ponto central da nossa estratégia é conseguir uma melhoria sustentável na alavancagem do nosso balanço e fazer crescer a nossa quota de mercado no crédito.

A seguir a um crescimento tímido durante os primeiros cinco meses devido ao impacto económico das cheias no início do ano, a nossa carteira de crédito cresceu 26,7% em termos anuais, em linha com o crescimento nacional na concessão de crédito a privados em 2013. Este crescimento desempenhou um papel crucial no amortecimento do impacto da quebra das margens, tanto nos activos remunerados denominados em moeda local como em divisas.

• Resultados de operações financeiras

A relativa estabilidade da taxa de câmbio durante o exercício abriu caminho para pouca volatilidade no mercado de câmbios. Combinada com as nossas estratégias de diversificação de produtos na área da negociação e o crescimento dos volumes, os proveitos subiram 5,8% em termos anuais.

O mercado continua a crescer em sofisticação, o que nos abre oportunidades para lançarmos novos produtos, tais como negociação de créditos e instrumentos derivados. O objectivo do banco é ser um líder de mercado neste segmento e vai continuar a tomar as medidas necessárias para inovar, em linha com as necessidades e as expectativas dos seus clientes.

• Contenção de custos

O banco continua a investir no seu futuro através da expansão da sua rede, investimentos em recursos humanos e infra-estruturas tecnológicas, o que se destina a posicionar adequadamente o banco para aproveitar as oportunidades que surgem numa economia em rápido crescimento. O aumento dos custos foi portanto inevitável. No entanto, desenvolvemos muitos esforços para garantir que estes gastos só têm como destino a maximização de eficiências, melhorias de capacidade e aumento da visibilidade do banco neste mercado. Apesar destes investimentos, os nossos custos operacionais só subiram 11%, resultando num aumento marginal do nosso rácio custos/proveitos, de 51,8% para 54,4%.

• Comissões

A nossa estratégia de diversificar proveitos continua a dar bons resultados. Uma conjuntura económica estável e o crescimento do mercado foram auspiciosos para a maioria das nossas linhas de comissões. Com uma inflação baixa, uma taxa de câmbio estável e uma direcção correcto para as taxas de juro, os nossos clientes conseguiram planear melhor as suas actividades, o que resultou numa boa performance nas nossas linhas de produtos.

O crescimento da economia traduziu-se em maiores volumes de operações no nosso espaço de retalho e também nos permitiu consolidarmos a nossa posição como líder de mercado nos mercados de dívida.

O contributo global dos outros proveitos para o total de proveitos subiu de 45,7% para 48,4%.

• Menores perdas no crédito que no exercício anterior

O nosso rácio de crédito malparado melhorou ligeiramente para 1,7% face a 2,2% no ano anterior, reflectindo uma melhoria da qualidade da nossa carteira de crédito. Tal seguiu-se ao lançamento de um determinado número de iniciativas no espaço do retalho, que incluíram a criação de uma unidade de verificação e investimentos na nossa equipa de renegociação e recuperação.

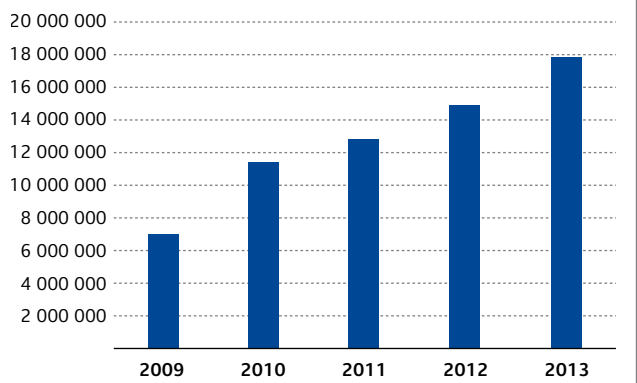
Análise do balanço

	Dez 13	Dez 12
Crescimento do total de activos bancários	3,9%	22,0%
Crescimento dos activos remunerados	2,9%	22,4%
Crescimento do crédito	26,7%	17,1%
Crescimento dos depósitos	1,7%	27,7%
Taxa de transformação	53,0%	42,5%
Activos remunerados/total do activos	86,8%	87,7%

O banco continua a dar grandes passos para concretizar a sua estratégia de alavancar o seu balanço. Uma taxa de transformação de 53,0% (2012: 42,5%) vem na sequência de um crescimento anual de 26,7% da carteira de crédito. Estes números situam-se bem acima das taxas de crescimento da concessão de crédito ao sector privado durante o exercício.

A qualidade da nossa carteira continua a melhorar, mesmo ao prosseguirmos a nossa ambição de aumentar a quota de mercado no mercado de retalho. O crescimento neste sector ajudou a proteger o banco dos efeitos das taxas de juro domésticas em queda durante o exercício.

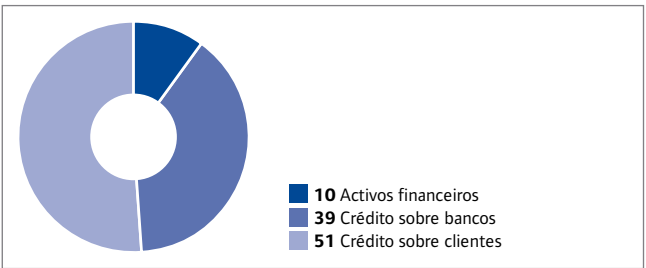
Crédito concedido a clientes (MT'000)



Embora os vários produtos, tanto no mercado de retalho como no mercado de grandes empresas, tenham crescido este ano, o crédito a empresas em moeda local acompanhou o crescimento global. Com o crédito em moeda estrangeira a enfrentar restrições regulamentares, o crédito em moeda local vai continuar a liderar o crescimento no futuro.

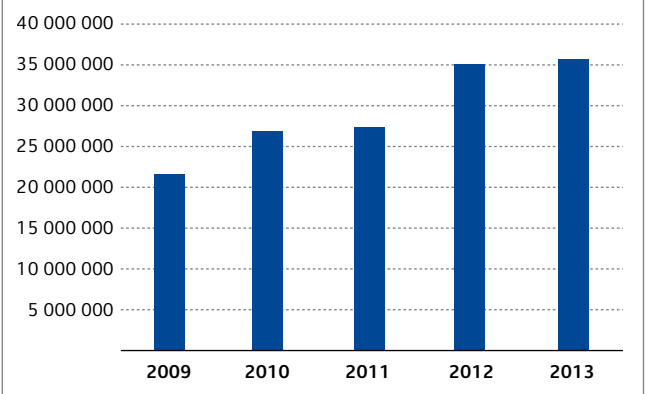
O total do activo cresceu 4,2% para MZN44.133 milhões (2012: 22,0%). Um aumento dos depósitos de clientes continua a impulsionar

este crescimento. Os activos remunerados em proporção do total do activo alteraram-se ligeiramente, de 87,7% em 2012 para 86,8% em 2013, essencialmente devido à construção em curso da nova sede do banco em Maputo (ver abaixo). O banco vai continuar os seus esforços para tornar o seu balanço mais eficiente.



Em termos de liquidez, o nosso balanço continua forte, devido a uma elevada proporção de activos remunerados, compostos por bilhetes do tesouro, obrigações e depósitos junto de outros bancos. Para além de uma taxa de transformação de 53,0% (2012: 42,5%), esta liquidez dá suficiente flexibilidade ao banco para alavancar ainda mais o seu balanço, sem criar nenhuns riscos para a sua estrutura de financiamento.

Depósitos (MT'000)



Os depósitos cresceram ligeiramente, 1,7%, limitados por uma queda nos depósitos em moeda estrangeira, que estão sujeitos a sazonalidade perto do fim do ano, quando as importações sobem a pique e as empresas procedem a repatriamentos. Por outro lado, os depósitos em moeda local cresceram marcadamente, 12%, reflectindo a eficácia das nossas medidas para aumentar os depósitos em moeda local através de várias estratégias aplicadas durante o exercício.

A mobilização de depósitos em moeda local foi o mote da nossa estratégia de passivos durante este ano. Para além de um cuidadoso crescimento da nossa implantação através de novas agências e ATMs, os nossos esforços concertados para melhorar os canais de self-service deram bons resultados em termos de atracção de depósitos, especialmente em moeda local.

Com um nível de 54% (2012: 58%), a nossa carteira de depósitos em moeda estrangeira continua maior do que a carteira de depósitos em moeda local. No entanto, os esforços desenvolvidos para atrair mais depósitos em moeda local está a ajudar a inverter esta tendência.

O banco tomou medidas para gerir eficazmente a sua liquidez face à aguerrida concorrência nos passivos em moeda local. Tal foi conseguido através da tónica nas contas correntes, que são uma fonte de financiamento mais barata. Esta estratégia deu resultados e manteve o nosso custo de fundos baixo, o que teve como resultado uma queda de 55,5% nos juros pagos.

Investimentos líquidos

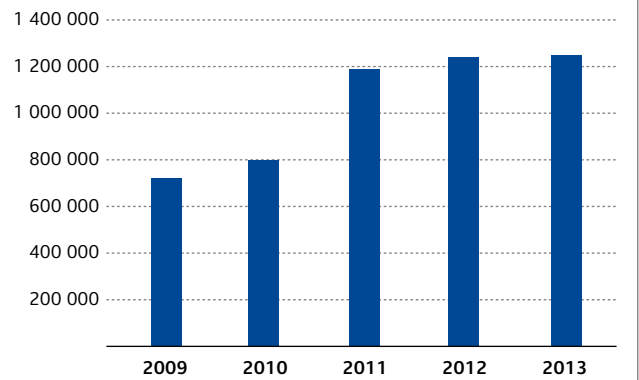
O banco está actualmente a investir numa nova sede em Maputo, bem como na sua implantação através de agências e outros canais. Trata-se de uma demonstração do compromisso do banco com o mercado, bem como da sua confiança na economia, dado que procura formas de servir melhor os seus clientes.

Análise da demonstração de resultados

	Dez 13	% variação	Dez 12
Margem financeira	2 365	1%	2 346
Outros proveitos	2 220	12%	1 980
Total de proveitos	4 584	6%	4 326
Provisões para imparidade do crédito	326	0%	325
Custos operacionais	2 493	11%	2 243

A conjuntura de taxas de juro baixas, tanto local como internacionalmente, teve um impacto negativo significativo nos nossos proveitos de juros. Em consequência, os proveitos do ano em geral mantiveram-se estáveis em 2013 (2012: 13%). Por outro lado, os outros proveitos cresceram 5,8% em termos anuais. Este facto demonstra que a nossa estratégia de diversificação de proveitos continua a dar resultados positivos. Apesar destes desafios, bem como dos investimentos significativos feitos na actividade, ainda conseguimos que a nossa rentabilidade geral crescesse para MZN1.246,4 milhões (2012: MZN1.243,5 milhões).

RL – Resultados Líquidos (MT'000)



Margem financeira

Apesar da espiral descendente das taxas de juro domésticas, a margem financeira aumentou em termos anuais, embora só marginalmente. Tal demonstra o sucesso do banco ao fazer crescer a sua carteira de crédito e gerir o seu custo de fundos, tendo os juros pagos sofrido uma queda acentuada de 55%.

Outros proveitos

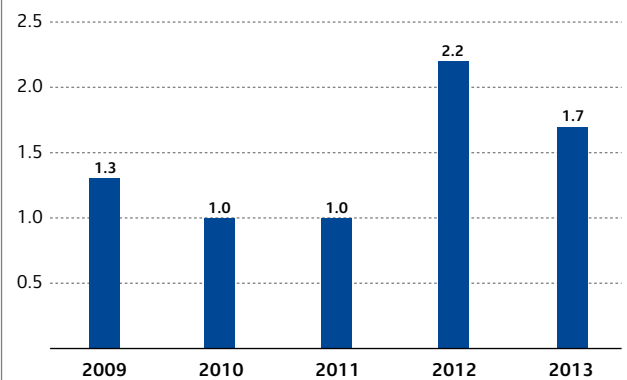
Os outros proveitos, compostos por proveitos líquidos de comissões e proveitos líquidos de operações financeiras, registaram um forte crescimento em termos anuais, com 12,2%, principalmente impulsionado pelos proveitos de comissões.

Os proveitos líquidos de comissões cresceram a uma robusta taxa anual de 25%, o que se verificou com base na forte performance em termos de volume na actividade, parcialmente devido a novos clientes. O banco continua a dominar as operações nos mercados de dívida, o que explica a sua forte performance este ano.

A estabilidade na economia fez com que os nossos proveitos líquidos de operações financeiras crescessem 5,8% ao ano. Os nossos esforços durante o exercício centraram-se em gerar volumes e lançar novos produtos. Estes resultados testemunham o sucesso dessa estratégia.

Provisões para imparidade do crédito

Rácio global de crédito (%)



O banco continua a aplicar critérios de concessão de crédito adequados e responsáveis para garantir práticas prudentes de concessão de crédito em linha com as condições económicas esperadas e a nossa apetência pelo risco. Além disso, o banco continua a cumprir rigorosamente as Normas Internacionais de Relato Financeiro e os requisitos regulamentares, como ponto central das suas práticas de gestão de crédito.

As melhorias significativas nos nossos esforços em termos de recuperação de crédito levaram a uma baixa significativa das provisões específicas. Por outro lado, as provisões gerais cresceram a um ritmo mais rápido na sequência da revisão do método de provisionamento pelo banco. No entanto, os encargos de imparidade durante o exercício registaram um aumento marginal para MZN326,3 milhões (2012: MZN324,8 milhões), levando a uma queda do rácio de crédito malparado de 2,2% no exercício anterior para 1,7%.

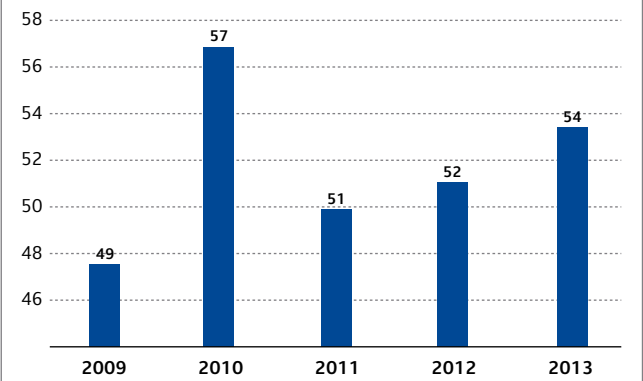
Custos operacionais

À medida que a economia moçambicana continua a registar um enorme crescimento, a nossa actividade movimentou-se continuamente para se posicionar de uma forma que nos permite tirar o maior partido desse crescimento. Além disso, com a crescente sofisticação do mercado, temos continuamente de adaptar as nossas operações para dar resposta às necessidades dos nossos clientes e satisfazê-las. Esta situação tem implicações para as nossas práticas de contratação, formação e retenção de pessoal, bem como para as nossas plataformas tecnológicas.

Os nossos recursos humanos são o nosso maior activo. Por conseguinte, a nossa ênfase continua a ser em manter uma equipa forte, talentosa e qualificada, capaz de alcançar as nossas prioridades estratégicas. Nesse seguimento, em 2013 continuámos a investir recursos significativos na formação e desenvolvimento do nosso pessoal, com vista a criar capacidade suficiente para ir de encontro às necessidades crescentes e emergentes da nossa base de clientes no mercado. Em consequência, o número dos nossos empregados subiu 8% durante o exercício, de 967 para 1.041.

Combinado com os aumentos salariais anuais, os gastos no desenvolvimento do pessoal e os gastos no fortalecimento e melhoria das nossas operações, os nossos custos operacionais cresceram 11% durante o exercício, para MZN2.493 milhões (2012: MZN2.243 milhões). Este facto levou a um ligeiro aumento no nosso rácio custos/proveitos, de 51,8% para 54,4%.

Rácio custos (%)



Apesar disso, continuamos a manter uma abordagem disciplinada aos custos, sem comprometer as nossas ambições de crescimento. Com todos os nossos outros custos operacionais a manterem-se estáveis, conseguimos maximizar eficiências de custos em todas as unidades de negócio e funções de apoio.

Posição de capital

A gestão do capital é um componente crucial da estratégia do banco. O nosso objectivo é manter a todo um tempo um equilíbrio prudente entre rácios de capital que suportem devidamente o crescimento da actividade e a confiança dos depositantes e oferecer um retorno competitivo aos accionistas.

Durante o exercício, o banco manteve a sua forte posição de capital, tendo cumprido ou ultrapassado todos os objectivos em termos de rácios.

Adequação do capital

	Dez 13	Dez 12
Tier I	12,54%	16,59%
Tier II	0,75%	1,10%
Total	13,29%	17,69%

Com um rácio de adequação do capital de 13,29%, o banco está muito acima do requisito regulamentar mínimo de 8%, o que lhe dá margem suficiente para alavancar mais o seu balanço em linha com os seus objectivos estratégicos de médio e longo prazo.

Banca de Empresas e de Investimento

Generalidades

Oferecermos serviços de banca de empresas e de investimento a instituições governamentais, para-estatais, grandes empresas, instituições financeiras e contrapartes internacionais. Aspiramos ser o banco líder no segmento de Banca de Empresas e de Investimento (“BEI”) em Moçambique.

A nossa equipa é composta pelas quatro unidades de negócio seguintes:

- **Banca de Empresas** – responsabilidade geral pelo relacionamento com os nossos clientes da BEI, incluindo coordenação dos especialistas em produtos e sectores ao nível do país e do Grupo.
- **Mercados Globais** – negociação de câmbios, gestão da liquidez, cobertura do risco cambial/taxa de juros e outros instrumentos derivados, etc.
- **Banca de Investimento** – financiamento de projecto, sindicâncias, operações de estrangeiro estruturadas, fusões e aquisições e mercados de capital/dívida, etc.
- **Produtos e Serviços Transaccionais** – gama completa de banca transaccional e produtos e serviços de estrangeiro simples, incluindo custódia, gestão de activos, banca electrónica, cartas de crédito, garantias bancárias, pagamentos de e para o estrangeiro, pagamentos locais, etc.

Trabalhamos para oferecer soluções baseadas na excelência do serviço, para nos diferenciarmos pela nossa apetência pelo risco, apoiando os nossos clientes e disponibilizando uma oferta e uma experiência consistentes aos nossos clientes.

Acreditamos na capacidade de resistência da nossa estratégia no longo prazo. Temos uma presença bem implantada em Moçambique, dada a nossa 120 anos de história em Moçambique. Beneficiamos das nossas ligações globais e retiramos força da nossa presença, conhecimentos e experiência em toda a África. Através da nossa capacidade de nos ligarmos a outros mercados africanos e aos mercados globais através da nossa casa-mãe, combinada com uma forte reputação, conhecimento aprofundado dos produtos e especialização em recursos naturais, gozamos de uma posição concorrencial única, sobre a qual podemos criar relações de longo

prazo e devidamente articuladas com os clientes.

Análise de 2013

2013 foi mais um ano complicado, com as taxas de juro domésticas em mínimos históricos, induzidas por uma conjuntura de baixa inflação. Esta situação levou a uma queda significativa da nossa margem financeira. As medidas prudentes que tomámos para contrariar a forte concorrência no mercado monetário local funcionaram eficazmente para prevenir uma maior erosão destas margens.

Um maior rigor nos requisitos regulamentares levou o Banco de Moçambique a introduzir provisões de capital para crédito em moeda estrangeira concedido a clientes e que não possa ser imputado a contratos de exportação. Este facto teve como consequência uma redução do nosso limite de concessão de crédito a cada cliente individualmente.

No entanto, a estabilidade macroeconómica geral na economia foi benéfica para os nossos clientes empresariais, dado que puderam programar as suas actividades com uma maior certeza. Esta situação reflectiu-se nos volumes de operações, em que se registou um crescimento. Também tivemos um crescimento significativo da nossa carteira de crédito e resultados positivos em termos de proveitos de juros e de comissões.

Perspectivas para 2014

A conjuntura política e regulamentar vai continuar a colocar desafios no próximo ano. Apesar disso, a nossa estratégia para 2014 tem por objectivo manter a nossa forte posição no mercado. O crescimento do investimento directo estrangeiro nos sectores da indústria extractiva, energia e infra-estruturas abre-nos novas oportunidades e estamos confiantes de que o nosso conhecimento único dos sectores reforçará a nossa posição, apesar de um acréscimo na concorrência.

Banca de Particulares e Pequenas e Médias Empresas

A nossa proposta de valor

Oferecermos serviços bancários e outros serviços financeiros a clientes particulares e pequenas e médias empresas. Como parte integrante do grupo bancário líder em África, apoiamo-nos na vasta experiência e nos profundos conhecimentos existentes no banco, bem como na nossa longa história em África e em Moçambique, para fornecer aos nossos clientes produtos e serviços que respondam às suas necessidades e através de canais adequados. Em tudo o que fazemos, esforçamo-nos por garantir que os nossos clientes têm uma experiência de excelência e continuam no centro das nossas preocupações.

Destaques em 2013

- Foi um ano em que nos concentrámos em disponibilizar canais, serviços e produtos que oferecem soluções de negócio aos nossos clientes que respondem às suas necessidades com maior comodidade e facilidade de acesso. Os nossos negócios de aquisição e emissão foram transformados com os terminais de ponto de venda (TPAs) a crescer exponencialmente no interface local (P24) e a introdução de cartões de crédito e débito (EMV) com chip, que oferecem características de segurança acrescida aos clientes. Também foi desenvolvida uma aplicação móvel de primeira linha (Mobile Plus), que está agora disponível tanto para iOS como para Android.
- A revisão da nossa estrutura de serviços também resultou numa equipa mais forte dedicada ao serviço dos nossos clientes de rendimentos médios e altos, em reposta à sua necessidade sempre crescente de serviços bancários abrangentes.
- Também continuámos a rever e melhorar os nossos processos internos e a investir nas necessárias capacidades e sistemas para garantir que fornecemos serviços de qualidade uniforme aos nossos clientes.
- Os clientes podem contactar o banco 24 horas por dia com a criação do primeiro Centro de Assistência a Clientes (CAC) aberto 24 horas por dia no país.
- Ultrapassámos os objectivos em termos de crescimento da base de clientes nos nossos segmentos-alvo. Também continuámos a conseguir elevados níveis de satisfação dos clientes, medidos pela CEBS, a nossa ferramenta de medição da experiência dos nossos clientes.
- As pessoas continuam a ser o nosso principal recurso e o seu desenvolvimento contínuo é a nossa prioridade. A equipa foi fortalecida com o preenchimento de posições-chave de primeira linha por pessoas de grande calibre, que vieram melhorar ainda mais a performance da equipa. Em 2013, continuámos a prestar particular atenção ao desenvolvimento da carreira do pessoal e centrarmo-nos em dar formação adequada para permitir o crescimento da força de trabalho local em posições-chave. Prosseguimos o nosso projecto de criação de perfis nas nossas principais equipas de vendas para garantir que o nosso pessoal está posicionado de uma forma que estimula uma elevada performance.
- Três novas agências ficaram terminadas durante o exercício, tendo uma sido aberta no final do ano e outra mudada para um local mais adequado. Também continuámos a investir no nosso plano de

expansão das ATMs, com cerca de 24 novas unidades instaladas durante o ano.

Generalidades

A Banca de Particulares e Pequenas e Médias Empresas continua a fazer progressos significativos para contribuir para a estratégia do banco de construir um banco universal forte em Moçambique.

2013 foi um ano de consolidação. Veio na sequência dos nossos esforços em anos recentes, em que fizemos investimentos importantes na melhoria da nossa gama de produtos e nos nossos canais, na melhoria das competências dos nossos recursos humanos e na actualização dos nossos processos e tecnologias, com vista a assegurar o crescimento sustentável da nossa actividade.

Os nossos resultados em 2013 reflectem os ganhos alcançados durante o último ano, bem como a nossa capacidade de resistência face a condições de mercado muito difíceis. As baixas margens decorrentes das taxas de juro em queda caracterizaram este último ano. Apesar desta situação, conseguimos aplicar a nossa estratégia para 2013, fazendo crescer a nossa base primária de cliente e induzir eficiências nos custos, para gerar uma melhoria significativa dos nossos resultados anuais.

Os consumidores no nosso mercado continuam a apresentar rácios de endividamento elevados face aos rendimentos. Esta situação pressiona a nossa carteira de crédito e exige medidas constantes para garantir que não há impacto no crédito malparado. Apesar destas pressões, a nossa carteira cresceu de forma constante em todos os produtos de crédito. A qualidade da carteira também melhorou, na sequência do lançamento de algumas iniciativas, incluindo a criação de uma unidade de verificação e investimentos nas nossas equipas de renegociação e recuperação.

O próximo ano

Esperamos que a estabilidade macroeconómica se mantenha em 2014 com uma inflação moderada, sustentada por uma moeda local ligeiramente mais fraca. Dado que os consumidores vão continuar altamente endividados, esperamos que a pressão sobre a nossa carteira de crédito se mantenha. Não esperamos alterações dramáticas na política monetária; como tal, esperamos que as nossas margens continuem deprimidas.

A nossa prioridade em 2014 é prosseguir uma via de crescimento sustentável, em todas as nossas linhas de negócio, adaptando-nos a uma conjuntura em evolução, respondendo melhor às necessidades dos nossos clientes e mantendo a nossa ênfase na gestão de custos. Iremos otimizar a rede de agências existente e crescer nos pontos em que tal fizer sentido. Também iremos continuar a introduzir produtos, serviços e canais inovadores que respondam melhor às necessidades dos clientes e reduzam custos.

Iremos continuar a suportar o nosso pessoal e permitir-lhe dar o seu melhor através de formação e desenvolvimento adequados e da sua inserção num ambiente de motivação e realização.

Análise do risco de crédito

Introdução

Uma gestão eficaz do risco continua a ser fundamental para as actividades comerciais do banco. Os riscos são controlados ao nível das exposições individuais, bem como em termos agregados nas duas linhas de negócio e em todos os tipos de risco.

- As duas linhas de negócio do banco são:
- Banca de Particulares e Pequenas e Médias Empresas (BPPME)
 - Banca de Empresas e de Investimento (BEI)

Responsabilidade do Conselho de Administração

O Conselho de Administração tem a responsabilidade última pela gestão do risco. As comissões dentro da estrutura de governação permitem ao Conselho de Administração avaliar os riscos enfrentados pelo banco e a eficácia do banco na gestão destes riscos.

O Conselho de Administração recorre a relatórios trimestrais destas comissões, bem como a atestações periódicas de gestores de riscos seniores e da auditoria interna para ficar convencido de que os processos de gestão de riscos do banco são adequados aos fins a que se destinam e funcionam eficazmente.

Durante o exercício em análise, as actividades comerciais do banco foram geridas dentro da apetência pelo risco aprovada pelo Conselho de Administração.

O Conselho de Administração está convencido de que os processos de gestão de riscos do banco funcionaram eficazmente no período em análise.

Componentes do risco de crédito

O risco de crédito é o risco de perdas decorrentes do incumprimento por contrapartes das suas obrigações financeiras ou contratuais nas suas datas de vencimento.

O risco de crédito compreende o risco da contraparte, o risco de liquidação e o risco de concentração. Estes tipos de riscos são definidos seguidamente:

- **Risco da contraparte:** Risco de perdas no crédito para o banco resultantes de uma contraparte não cumprir as suas obrigações financeiras ou contratuais perante o banco nas suas datas de vencimento. Este tipo de risco tem três componentes:
 - **Risco de crédito primário:** A exposição em incumprimento (“EEI”) resultante do crédito e actividades relacionadas com produtos bancários, incluindo a sua subscrição.
 - **Risco de crédito pré-liquidação:** A EEI resultante de operações a prazo e com instrumentos derivados não liquidadas, em que o banco participa como interveniente principal ou como instituição de compensação; este risco decorre do incumprimento da contraparte na operação e é mensurado como o custo de substituição da operação às taxas de mercado em vigor na data relevante;
 - **Risco do emitente:** A EEI resultante de produtos de crédito e de capital negociáveis, incluindo a sua subscrição na emissão destes produtos no mercado primário.
- **Risco de liquidação:** O risco de perdas para o banco decorrentes da liquidação de uma operação em que seja trocado valor, mas em que o banco pode não receber total ou parcialmente o contra-valor.

- **Risco de crédito de concentração:** Risco de perdas para o banco decorrentes de uma concentração excessiva da exposição a uma única contraparte ou segmento de contrapartes, um sector de actividade, um mercado, um produto, um instrumento financeiro ou um tipo de valor mobiliário, um país, uma região ou um prazo. Verifica-se tipicamente esta concentração quando um determinado número de contrapartes está envolvido em actividades semelhantes e tem características semelhantes que levam a que a sua capacidade para cumprir as obrigações contratuais seja afectada de forma parecida por alterações das condições económicas ou doutra natureza.

O ano em revista

Gestão do risco de crédito

O risco de crédito do banco compreende principalmente crédito por grosso e a retalho, juntamente com risco da contraparte decorrente de contratos de instrumentos derivados celebrados com os nossos clientes e contrapartes de mercado. As outras fontes de risco de crédito resultam de actividades de negociação, incluindo títulos de dívida, saldos de liquidação com contrapartes de mercado e activos disponíveis para venda.

- Os objectivos da gestão do risco de crédito são:
- manter uma forte cultura de concessão de crédito responsável e uma política de riscos e quadro de controlo robustos;
 - identificar, avaliar e mensurar o risco de crédito de forma clara e precisa em todo o banco, desde o nível das facilidades individuais até ao total da carteira;
 - definir, implementar e reavaliar continuamente a nossa apetência pelo risco nas condições vigentes e em determinados cenários;
 - monitorizar o risco de crédito e o cumprimento dos mecanismos de controlo acordados; e
 - assegurar que há um escrutínio independente e especializado do risco de crédito e que o mesmo é mitigado.

A responsabilidade primária pela gestão do risco de crédito para as nossas operações pertence a cada linha de negócio. A Comissão de Crédito do Conselho de Administração é a principal comissão do Conselho de Administração responsável pela supervisão do risco de crédito e a Comissão de Auditoria do Conselho de Administração tem responsabilidades em termos de supervisão pela análise da adequação da imparidade do crédito.

A comissão de gestão responsável pela supervisão do risco de crédito é a Comissão de Crédito. A comissão é responsável pelo processo decisório do risco de crédito e do risco de concentração, bem como pela sua delegação nos empregados dentro de parâmetros definidos. Os principais aspectos dos sistemas de rating e dos modelos de risco de crédito são aprovados pela Comissão de Crédito.

Performance em 2013

Um ponto central da nossa estratégia comercial é conseguir uma melhoria sustentável na alavancagem do nosso balanço e fazer crescer a nossa quota de mercado no crédito. Tivemos um princípio de ano lento devido ao impacto económico das cheias que afectaram o sul do país durante o primeiro trimestre. No entanto, uma rápida recuperação levou a nossa carteira de crédito a crescer 26,7% em termos anuais, em linha com o crescimento nacional da concessão de crédito ao sector privado em 2013. Este facto desempenhou um papel crucial no amortecimento do impacto da quebra das margens, tanto nos activos remunerados denominados em moeda local como em divisas.

A carteira de retalho cresceu de forma constante em todos os tipos de produtos de crédito. A qualidade da carteira também melhorou, na sequência do lançamento de algumas iniciativas, incluindo a criação de uma unidade de verificação e investimentos nas nossas equipas de renegociação e recuperação.

Com um valor de 36%, o crescimento da carteira de crédito a empresas manteve-se forte, impulsionado pelos empréstimos a prazo e pelos empréstimos estruturados. No entanto, um maior crescimento foi limitado pelos requisitos regulamentares relativos à criação de provisões de capital para empréstimos não suportados por contratos de exportação. O pessimismo à volta do risco-país que se seguiu ao conflito armado entre as forças governamentais e os rebeldes da Renamo também teve um impacto negativo no clima em termos de investimento, uma vez que os investimentos agendados para o segundo semestre do ano foram suspensos.

O provisionamento do crédito continua a reger-se por rigorosíssimos critérios, em linha com a política do banco, que muitas vezes ultrapassa substancialmente os níveis exigidos pela autoridade reguladora. As melhorias significativas nos nossos esforços em termos de recuperação de crédito levaram a uma baixa significativa das provisões específicas. Por outro lado, as provisões gerais cresceram a um ritmo maior no seguimento da revisão da metodologia de provisionamento pelo banco, o que levou o rácio global de cobertura das provisões a subir de 75% do crédito malparado em 2012 para 86% em 2013. No entanto, as provisões para imparidade durante o exercício registaram um aumento marginal para MZN326,3 milhões (2012: MZN324,8 milhões), levando a uma queda do rácio de crédito malparado de 2,2% no exercício anterior para 1,7%.

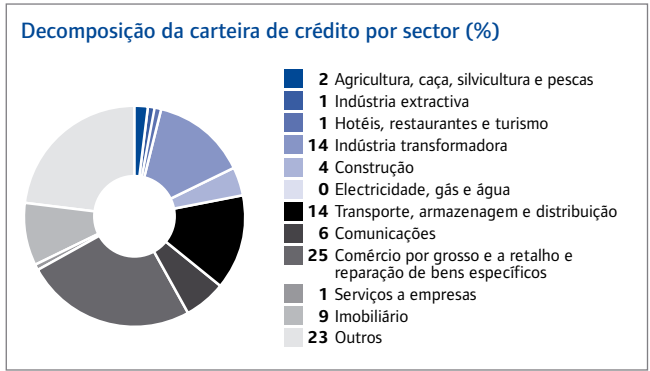
Decomposição do crédito

Decomposição por sector

A diversificação continua a ser um princípio central da nossa filosofia de concessão de crédito. Destina-se a garantir que existe uma redução óptima da exposição do banco aos vários sectores económicos.

O comércio continua a registar os valores mais elevados em termos de concessão de crédito, com 20,7% (2012: 20,7%), seguido pela indústria transformadora e pelo sector de transportes, armazenagem e distribuição, com 13,7% cada (2012: 13,9% e 12,7%, respectivamente).

O gráfico que se segue mostra a decomposição da carteira de crédito por sector no final de 2013. A carteira de retalho é responsável pela maior parte da rubrica de “outros” e é, em si mesma, muito diversificada.



Decomposição por qualidade do crédito

Crédito regular

O crédito não vencido nem especificamente afectado por imparidade corresponde a crédito regular e que respeita integralmente todos os termos e condições contratuais. O crédito sob monitorização normal nesta categoria tem geralmente um rating entre 1 e 21, ao passo que o crédito sob monitorização estreita tem geralmente um rating entre 22 e 25 usando a escala de rating geral do banco. Entre 1 – 7 pontos cai no grau A; entre 8 -21 pontos cai no grau B e entre 21 – 25 pontos cai no grau C.

O crédito em mora mas não especificamente afectado por imparidade corresponde a crédito em que a contraparte não procedeu aos pagamentos contratuais e estes estão em mora há menos de 90 dias, mas espera-se que todo o valor contabilístico seja recuperado considerando os fluxos de caixa futuros, incluindo as garantias. Não se esperam perdas em última análise, mas estas podem verificar-se se as condições adversas se mantiverem.

Crédito malparado

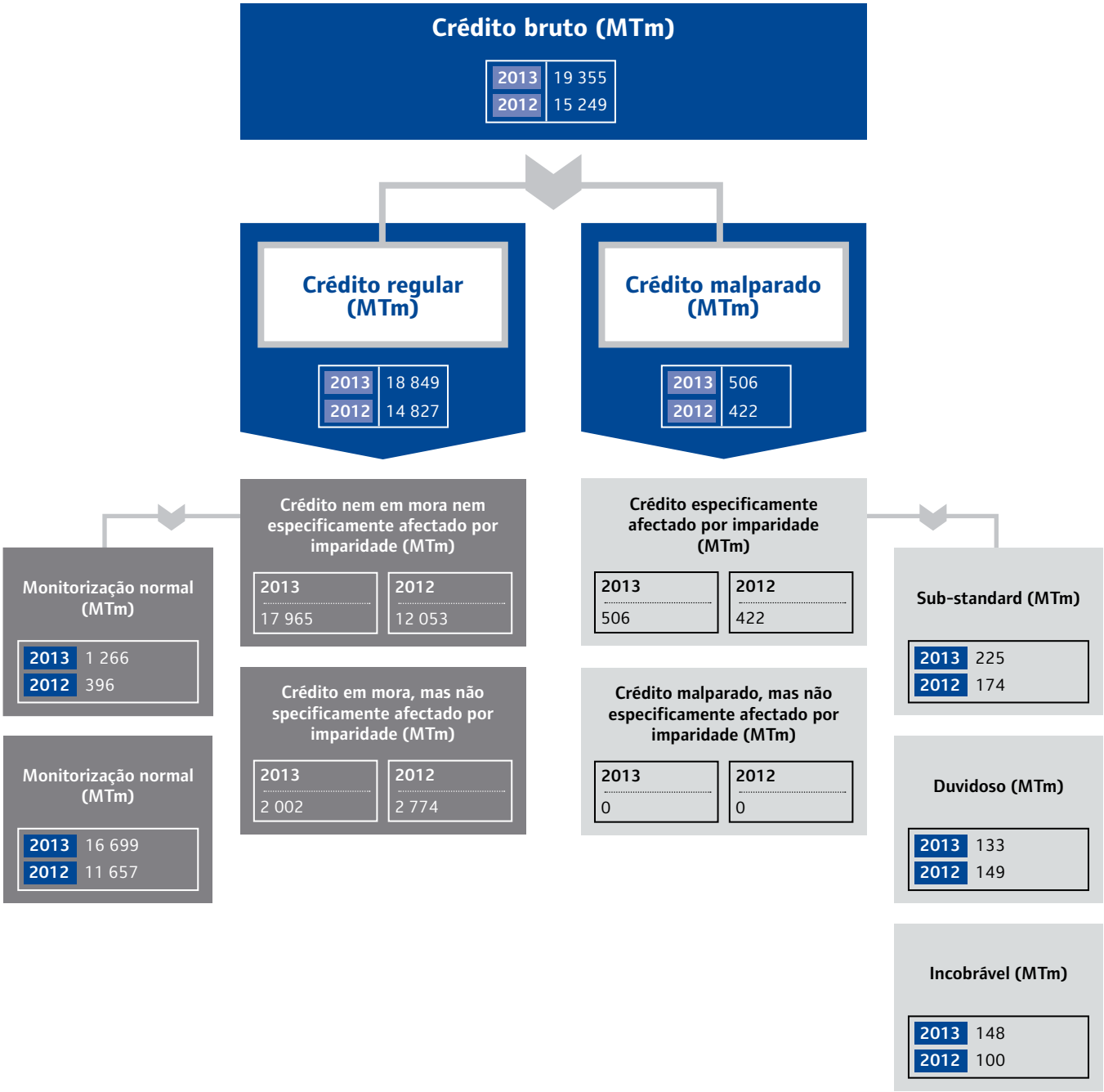
O crédito malparado corresponde a crédito em que:

- O banco identificou sinais objectivos de incumprimento, tais como violação de um compromisso ou uma condição essencial do crédito; ou
- As prestações estão vencidas há 90 dias ou mais.

O crédito malparado mas não especificamente afectado por imparidade não está especificamente afectado por imparidade devido à esperada possibilidade de recuperação da totalidade do seu valor contabilístico, considerando a recuperação dos fluxos de caixa interrompidos, incluindo as garantias.

O crédito malparado especificamente afectado por imparidade corresponde a crédito considerado malparado e para o qual se verificou uma diminuição mensurável dos fluxos de caixa futuros estimados. O crédito especificamente afectado por imparidade decompõe-se nas seguintes categorias:

- Crédito sub-standard, que mostra fraquezas subjacentes bem definidas e que é considerado especificamente afectado por imparidade;
- Crédito duvidoso, que ainda não é considerado uma perda total devido a factores pendentes que podem fortalecer a qualidade do crédito;
- Crédito incobrável, que é considerado total ou parcialmente incobrável; o banco provisiona totalmente as suas perdas previstas, depois de tomar as garantias em consideração.



Relatório de recursos humanos

Apoiamos o nosso pessoal e damos-lhe condições para dar o seu melhor, criando um ambiente de motivação e realização. Mantemos uma estratégia competitiva de recompensas e também damos oportunidades para crescimento pessoal e profissional, melhorando constantemente as nossas práticas de recursos humanos.

Destaques em 2013

Em 2013 prosseguimos os nossos esforços para melhorar as eficiências tendo em conta as solicitações crescentes da actividade. Os nossos destaques incluem:

- ▶ A primeira fase do Projecto de Perfis que foi implementada em toda a Banca de Particulares em 2012 começou a dar bons resultados durante o exercício. O objectivo do projecto era desenvolver e dar responsabilidades às chefias intermédias do banco para assegurar uma melhoria sustentável do seu contributo global para o banco. A segunda fase foi implementada durante o exercício e cobriu a Banca de Particulares de Altos Rendimentos e a Banca de Pequenas e Médias Empresas.
- ▶ Em linha com a nossa estratégia de fazer crescer o negócio e servir melhor todos os nossos clientes, o banco lançou um novo Centro de Assistência a Cliente em Setembro. Funciona 24 horas por dia e 7 dias por semana. Com este centro, o banco consegue tratar agora mais pedidos de clientes atempadamente. O centro é o primeiro passo para os nossos objectivos de longo prazo de alargarmos os nossos canais de serviços.
- ▶ O programa “Mais do que Excelência” (Beyond Excellence), um programa de reconhecimento individual para todos os empregados permanentes do Grupo Standard Bank, foi lançado em Moçambique durante o exercício. A excelência foi sempre uma parte integrante da maneira de ser do Standard Bank, mas ir ainda mais além é o que realmente nos move. Acreditamos que quando uma pessoa ou uma equipa visa mais alto, chega mais alto e alcança mais, para benefício dos nossos clientes e de outras partes interessadas. O programa dá poderes aos gestores de linha para recompensarem imediatamente o seu pessoal. Também dá poderes a todos os empregados para nomearem colegas ou equipas para serem reconhecidos.

Principais estatísticas		
	2013	2012
Empregados no final do exercício	1.041	969
Taxa global de rotação dos empregados (%)	7,68%	5,2%
Mulheres (%)	46,39%	46,33%
Participação em programas de desenvolvimento da liderança e de graduados		
Participantes em programas de desenvolvimento da liderança	546	373
Participantes em programas de desenvolvimento de graduados	20	11
Desenvolvimento de competências		
Total gasto em formação (MT milhões)	9.059	12.111
Gastos em formação em % do total dos custos de pessoal	0,6%	1,0%

Desenvolvimento do pessoal

Continuamos a investir no desenvolvimento das competências dos nossos líderes. Setenta e cinco líderes entre as nossas chefias juniores e intermédias participaram em programas de liderança oferecidos pelo Centro de Liderança Global em Joanesburgo. Este Centro de Excelência foi criado pelo Grupo para facilitar o desenvolvimento de competências de gestão e de liderança em toda a rede global do Standard Bank. Localmente, realizaram-se vários outros cursos de desenvolvimento da liderança para dar resposta aos diversos níveis de necessidades de competências de liderança no banco. Também se realizaram outras iniciativas relacionadas com a nossa filosofia de gestão de talentos para apoiar o nosso planeamento da sucessão e a nossa estratégia de retenção.

Dando continuação ao nosso programa de perfis na área da BPPME, a Banca de Pequenas e Médias Empresas, a Banca de Executivos e a Banca de Particulares tiveram várias oportunidades de formação para melhorar as suas competências comerciais e permitir-lhes prestar um melhor serviço aos nossos clientes. A equipa da BEI também teve uma oportunidade para participar em formação da Intuition através da nossa plataforma de formação online. Esta plataforma, que abrange todo o Grupo, facilita a formação, uma vez que permite aos participantes escolherem o momento mais adequado para participarem.

O banco acolheu participantes de operações congêneres de Angola e da Suazilândia em alguns dos cursos e deu apoio às operações de Angola para darem alguns cursos em português.

O contributo do Standard Bank para dar experiência profissional a jovens estagiários é notável. Em 2013, vinte e sete pessoas receberam formação bancária intensiva como parte integrante do nosso Projecto Agência Simulada. Os pontos centrais foram o front office e o apoio do back office, as normas e procedimentos e a prevenção de fraudes.

Cinco candidatos concluíram o programa de graduados em 2013 e foram colocados em vários departamentos no banco.

O nosso programa de desenvolvimento de competências continuou a concentrar-se em assegurar que o nosso pessoal está bem equipado para cumprir eficazmente as suas responsabilidades. Foi registado um total de 17.636 (2012: 27.476) horas de formação durante o exercício, em todo o banco e em todos os níveis.

Bem-estar dos colaboradores

Disponibilizamos programas e serviços de saúde proactivos e eficientes em termos de custos para gerir os riscos de saúde no local de trabalho. Todos os anos, temos um programa de voluntários para fazer a despistagem de riscos de saúde, tais como o VIH, nos empregados e nas suas famílias. O aconselhamento e testes fazem parte integrante desse programa de despistagem, na sequência do qual os empregados afectados são depois referenciados para programas de gestão da saúde.

Todos os empregados permanentes têm um seguro de saúde da Liberty Health Blue Medical Insurance (Liberty Blue), o nosso prestador de assistência médica, a menos que estejam registados como dependentes do cônjuge em outros sistemas de saúde.

Existem políticas e procedimentos formais para gerir os empregados que fiquem temporária ou permanentemente incapacitados e incapazes de executarem os seus deveres durante um período prolongado. Existem serviços de aconselhamento gratuitos e confidenciais para todos os nossos empregados, os seus companheiros e a sua família imediata.

Exposição máxima ao risco de crédito por qualidade do crédito									
Categoria	Não vencido nem afectado por imparidade			Vencido mas não afectado por imparidade	Total Crédito regular	Crédito afectado por imparidade	Total do crédito	Garantias para crédito afectado por imparidade	Crédito afectado por imparidade líquido
	A Grau 2013 MT	B Grau 2013 MT	C Grau 2013 MT	2013 MT	2013 MT	2013 MT	2013 MT	2013 MT	2013 MT
Crédito sobre bancos	14 177 101 805	–	–	–	14 177 101 805	–	14 177 101 805	–	–
Crédito sobre clientes	1 118 467 356	147 647 368	16 698 961 985	2 002 481 864	18 849 091 217	506 011 340	19 355 102 557	382 672 685	123 338 655
Banca de Particulares e Pequenas e Médias Empresas	1 041 136 750	62 188 160	3 861 717 534	1 040 951 113	4 964 856 808	395 070 523	5 359 927 331	382 672 685	12 397 838
Crédito hipotecário	4 343 837	42 533 302	1 412 111 085	171 454 649	1 626 099 035	95 203 810	1 721 302 845	260 534 021	(165 330 211)
Vendas a prestações e locação financeira	308 906 625	1 688 562	125 740 127	114 807 379	242 236 068	60 857 151	303 093 219	38 273 410	22 583 741
Devedores por cartões	–	–	158 779 617	724 021	159 503 638	5 765 291	165 268 929	–	5 765 291
Outros créditos	727 886 288	17 966 297	2 165 086 705	753 965 065	2 937 018 067	233 244 272	3 170 262 339	83 865 254	149 379 018
Banca de Empresas e de Investimento	77 330 606	85 459 207	12 837 244 451	961 530 751	13 884 234 409	110 940 817	13 995 175 226	–	110 940 817
Crédito a empresas	77 330 606	85 459 207	12 837 244 451	961 530 751	13 884 234 409	110 940 817	13 995 175 226	–	110 940 817
Em Dezembro de 2013	15 295 569 161	147 647 368	16 698 961 985	2 002 481 864	33 026 193 022	506 011 340	33 532 204 362	382 672 685	123 338 655
Em Dezembro de 2012	14 187 915 459	395 536 782	11 657 206 525	2 774 216 172	29 014 874 939	422 167 029	29 437 041 968	382 672 685	39 494 344

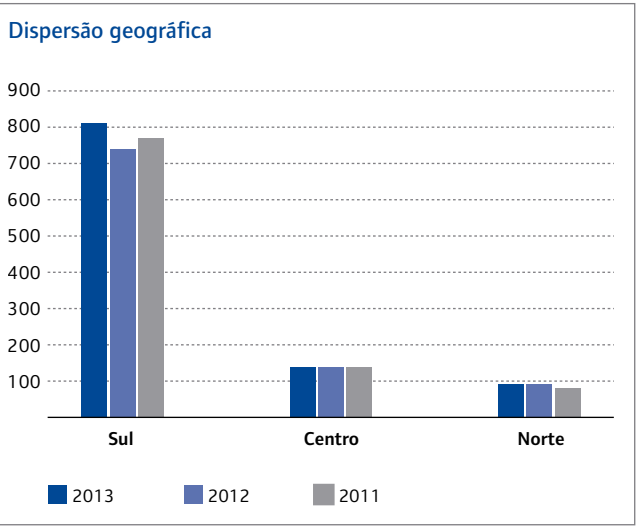
Crédito renegociado

O crédito renegociado corresponde a exposições que foram refinanciadas, reestruturadas, prorrogadas ou sofreram outras alterações devida a debilidades da situação financeira da contraparte e em que se julgou que o reembolso normal prosseguiria após a reestruturação. O crédito renegociado em 2013 que, de outra forma, estaria em mora ou afectado por imparidade ascendeu a MT268,5 milhões (2012: MT178,1 milhões).

Áreas de ênfase em 2014

O banco vai continuar a aplicar critérios de concessão de crédito adequados e responsáveis para garantir práticas prudentes de concessão de crédito, em linha com as condições económicas específicas esperadas que afectam o nosso mercado e a nossa apetência pelo risco. Uma outra área de particular atenção vai ser o investimento no nosso pessoal, com vista a assegurar que está plenamente familiarizado com o nosso quadro de risco de crédito e as respectivas ferramentas de suporte para lhe permitir gerir melhor o risco face à apetência e a tolerância ao risco de crédito.Para conseguirmos prosseguir a nossa estratégia, reconhecemos que temos de atrair e reter pessoas talentosas, que consigam alcançar resultados de qualidade superior. Isto é o que nos diferencia dos nossos concorrentes.

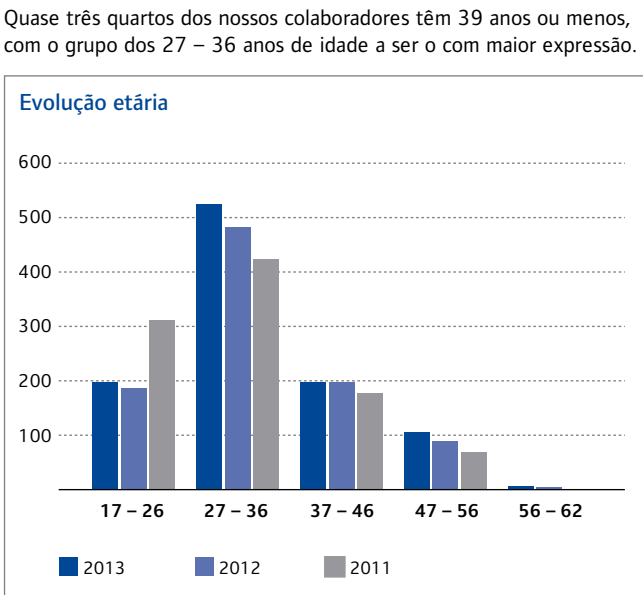
Estrutura etária



Perspectivas para o futuro

O Standard Bank reconhece a importância de dar valor ao seu capital humano na prossecução dos seus objectivos estratégicos. O desenvolvimento e a retenção de talento é um dos nossos principais temas. Vamos continuar a assegurar que os objectivos estratégicos do banco sejam cumpridos por pessoal que é capaz e está bem preparado para responder aos desafios do ambiente em que desenvolvemos a nossa actividade.

Estrutura etária



Demonstrações Financeiras

Declaração de responsabilidade dos Administradores	26	Demonstração de alterações no capital próprio	30 – 31
Relatório dos auditores independentes	27	Demonstração de fluxos de caixa	32
Demonstração de resultados	28	Resumo das políticas contabilísticas e gestão do risco financeiro	33 – 73
Demonstração de resultados compreensivos	28	Notas às demonstrações financeiras	74 – 93
Demonstração da situação financeira	29		

Declaração de responsabilidade dos Administradores

Os administradores do Banco são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras anuais do Standard Bank, SA, a demonstração da posição financeira, a demonstração de resultados, a demonstração de resultados compreensivos, a demonstração de alterações no capital próprio, a demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, assim como as notas às demonstrações financeiras, as quais incluem um resumo das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Os administradores são igualmente responsáveis pela: concepção, implementação e manutenção de um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras que estão livres de distorções materiais, devidas quer a fraude, quer a erro, e registos contabilísticos adequados e um sistema de gestão de risco eficaz.

Os administradores fizeram uma avaliação da capacidade do Banco continuar a operar com a devida observância do pressuposto da continuidade, e não têm motivos para duvidar da capacidade do Banco poder continuar a operar segundo esse pressuposto no futuro próximo.

O auditor é responsável por reportar sobre se as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Aprovação das demonstrações financeiras anuais

As demonstrações financeiras anuais do Standard Bank, SA, conforme mencionado no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de Fevereiro de 2014 e foram assinadas em seu nome por:



António Coutinho
Administrador Delegado



Gomezgani Neba
Director Financeiro

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Accionistas do Standard Bank, S.A.

Auditámos as demonstrações financeiras do Standard Bank, SA, que compreendem a demonstração da situação financeira em 31 de Dezembro de 2013, a demonstração de resultados, a demonstração de resultados compreensivos, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como um resumo das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, constantes das páginas 28 a 93.

Responsabilidade da Administração em relação às demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela preparação e apresentação adequada destas demonstrações financeiras, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, assim como pela manutenção de um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras, que estejam livres de distorções materialmente relevantes, devidas a fraude ou erros.

Responsabilidade dos auditores

A nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria. Executámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Tais normas exigem, da nossa parte, o cumprimento de requisitos éticos pertinentes, bem como o planeamento e a execução da auditoria de forma a obter uma certeza razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de quaisquer distorções materialmente relevantes.

Uma auditoria inclui a aplicação de procedimentos que nos permitam obter evidência de auditoria a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do nosso julgamento, incluindo a avaliação dos riscos de distorções materiais das demonstrações financeiras, quer devidas a fraude ou erro. Ao procedermos à avaliação desses riscos, consideramos os controlos internos relevantes para a preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras pela entidade, de modo a permitir o desenho de procedimentos de auditoria que sejam, nas circunstâncias, apropriados, mas não com a finalidade de expressarmos uma opinião sobre a eficácia dos sistemas de controlo interno da entidade. Uma auditoria também inclui a avaliação da adequação dos princípios contabilísticos adoptados e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela Administração, assim como uma avaliação da apresentação global das demonstrações financeiras.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e adequada para fornecer uma base razoável para a emissão da nossa opinião de auditoria.

Opinião

Em nossa opinião, estas demonstrações financeiras apresentam, de forma verdadeira e apropriada, em todos aspectos materiais, a posição financeira do Standard Bank, SA, em 31 de Dezembro de 2013, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.



Maputo
26 de Fevereiro de 2014

Demonstração de resultados

do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

	Nota	2013 MT	2012 MT	2013 USD	2012 USD
Juros recebidos	5	2 572 337 523	2 804 934 874	85 459 718	98 730 548
Juros pagos	5	(207 737 292)	(459 255 314)	(6 901 571)	(16 165 270)
Margem financeira		2 364 600 231	2 345 679 560	78 558 147	82 565 278
Honorários e comissões recebidas	6	847 330 553	679 105 030	28 150 517	23 903 732
Honorários e comissões pagas	6	(21 129 181)	(17 985 232)	(701 966)	(633 060)
Proveito líquido de taxas e comissões		826 201 372	661 119 798	27 448 551	23 270 672
Resultado líquido de operações cambiais	7	1 394 439 211	1 318 581 638	46 326 884	46 412 588
Receitas		4 585 240 814	4 325 380 996	152 333 582	152 248 540
Outros ganhos/(perdas)		(875 455)	595 765	(29 085)	20 972
Custos operacionais	8	(2 493 120 362)	(2 242 963 380)	(82 827 919)	(78 949 785)
Perdas por imparidade líquidas	9	(326 339 656)	(324 858 375)	(10 841 849)	(11 434 649)
Lucro antes do imposto		1 764 905 341	1 758 155 006	58 634 729	61 885 076
Imposto sobre o rendimento	10	(518 466 168)	(514 627 597)	(17 224 790)	(18 114 312)
Resultado líquido do exercício		1 246 439 173	1 243 527 409	41 409 939	43 770 764
Ganhos por acção					
– Básicos	11	MT 4.82	MT 4.80	USD 0.16	USD 0.17
– Diluídos	11	MT 4.82	MT 4.80	USD 0.16	USD 0.17

Demonstração de resultados compreensivos

do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

	2013 MT	2012 MT	2013 USD	2012 USD
Total de resultados compreensivos				
Lucro do exercício	1 246 439 173	1 243 527 409	41 409 939	43 770 764
Outros resultados compreensivos (líquidos de impostos)				
Remensuração do benefício definido (passivo/activo)	(74 452 000)	127 771 000	(2 473 488)	4 497 395
Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)				
Variação líquida no justo valor	46 210 863	(102 269 911)	1 536 265	(3 437 644)
Total de outros resultados compreensivos	(28 241 137)	25 501 089	(937 223)	1 059 751
Total de resultados compreensivos	1 218 198 036	1 269 028 498	40 472 716	44 830 515

Demonstração da situação financeira

em 31 de Dezembro de 2013

	Note	2013 MT	2012 MT	2013 USD	2012 USD
Activos					
Caixa e Depósitos no Banco Central	12	3 517 999 468	3 694 858 601	116 954 770	124 196 928
Activos financeiros disponíveis para venda	13	3 713 929 404	5 990 988 033	123 468 398	201 377 749
Activos derivados	14.1	1 656 577	–	55 072	–
Activos negociáveis	14.2	1 419 765 415	2 047 905 172	47 199 648	68 837 149
Empréstimos e adiantamentos a bancos	15.1	14 177 101 805	14 187 915 459	471 313 225	476 904 721
Empréstimos e adiantamentos a clientes	15.2	18 921 149 360	14 932 385 782	629 027 572	501 928 934
Investimentos financeiros	16	1 123 806	1 123 806	37 361	37 775
Propriedade e equipamento	17.1	1 843 061 120	1 241 108 070	61 271 979	41 717 918
Activos intangíveis	17.2	13 025 237	10 972 086	433 020	368 810
Outros activos	18	419 549 153	253 866 643	13 947 778	8 533 333
Activo de benefícios de reforma	26	35 009 000	39 191 000	1 163 863	1 317 345
Total de activos		44 063 370 345	42 400 314 652	1 464 872 686	1 425 220 662
Capital próprio e passivos					
Capital próprio					
Capital social ordinário	19	1 294 000 000	1 294 000 000	54 054 195	54 054 195
Reserva legal	20	725 742 692	538 776 816	28 054 124	21 842 633
Outras reservas	21	2 019 266 073	869 476 714	40 174 164	4 228 824
Resultados acumulados	22	2 740 492 452	3 481 564 415	103 099 872	127 733 775
Total do capital próprio		6 779 501 217	6 183 817 945	225 382 355	207 859 427
Passivos					
Depósitos de clientes	23	35 716 612 487	35 118 563 025	1 187 387 383	1 180 455 900
Passivos negociáveis	24	–	10 937 360	–	367 642
Passivos derivados	14.1	–	14 432 153	–	485 114
Obrigações subordinadas	25	260 102 014	260 087 569	8 647 009	8 742 439
Passivo de assistência médica pós-reforma	27	70 574 000	66 446 000	2 346 210	2 233 479
Passivo por impostos correntes	28	132 924 061	3 907 239	4 419 018	131 336
Passivo por impostos diferidos	29	60 340 600	32 696 543	2 006 004	1 099 043
Outros passivos	30	1 043 315 966	709 426 818	34 684 707	23 846 282
Total de passivos		37 283 869 128	36 216 496 707	1 239 490 331	1 217 361 235
Total do capital próprio e passivos		44 063 370 345	42 400 314 652	1 464 872 686	1 425 220 662

Demonstração de alterações no capital próprio (Meticaís)

do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

	Capital social MT	Reserva legal MT	Reserva de reavaliação MT	Reserva para o plano de acções do grupo MT	Reserva para riscos gerais de crédito MT	Outras reservas MT	Reserva do justo valor disponível para venda MT	Resultados acumulados MT	Capital próprio MT
Saldo em 1 de Janeiro de 2012	1 294 000 000	352 247 705	117 332 609	18 265 352	648 401 639	3 241 149	52 104 420	2 720 252 795	5 205 845 669
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1 243 527 409	1 243 527 409
Transferido para a reserva de risco geral de crédito	-	-	-	-	126 378 178	-	-	(126 378 178)	-
Transferido para a reserva legal	-	186 529 111	-	-	-	-	-	(186 529 111)	-
Dividendo ordinário	-	-	-	-	-	-	-	(297 079 500)	(297 079 500)
Imposto diferido	-	-	-	-	-	-	48 127 017	-	48 127 017
Ajustamento do justo valor em activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	(150 396 928)	-	(150 396 928)
Outras reservas	-	-	-	-	-	32 709	-	-	32 709
Plano de acções do Grupo	-	-	-	5 990 569	-	-	-	-	5 990 569
Remensuração do passivo do fundo de pensões	-	-	-	-	-	-	-	127 771 000	127 771 000
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	1 294 000 000	538 776 816	117 332 609	24 255 921	774 779 817	3 273 857	(50 165 491)	3 481 564 415	6 183 817 945
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1 246 439 173	1 246 439 173
Transferido para a reserva de risco geral de crédito	-	-	-	-	1 111 693 022	-	-	(1 111 693 022)	-
Transferido para a reserva legal	-	186 965 876	-	-	-	-	-	(186 965 876)	-
Dividendo ordinário	-	-	-	-	-	-	-	(621 763 704)	(621 763 704)
Imposto diferido	-	-	-	-	-	-	(21 746 289)	-	(21 746 289)
Ajustamento do justo valor em activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	67 957 152	-	67 957 152
Outras reservas	-	-	-	-	-	(2 376 323)	-	-	(2 376 323)
Plano de acções do Grupo	-	-	-	(5 738 203)	-	-	-	7 363 466	1 625 263
Remensuração do passivo do fundo de pensões	-	-	-	-	-	-	-	(74 452 000)	(74 452 000)
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	1 294 000 000	725 742 692	117 332 609	18 517 718	1 886 472 839	897 535	(3 954 628)	2 740 492 452	6 779 501 217

Demonstração de alterações no capital próprio (Dólares norte-americanos)

do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

	Capital social USD	Reserva legal USD	Reserva de reavaliação USD	Regime para participação do Grupo USD	Reserva p/riscos gerais de crédito USD	Outras reservas USD	Reserva do justo valor disponível para-venda USD	Reserva cambial USD	Resultados transitados USD	Capital próprio USD
Saldo em 1 de Janeiro de 2012	54 054 195	15 277 018	5 396 948	583 761	22 334 379	95 153	1 998 197	(9 584 623)	100 465 466	190 620 494
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	43 770 764	43 770 764
Transferido para a reserva de risco geral de crédito	-	-	-	-	4 448 369	-	-	-	(4 448 369)	-
Transferido para a reserva legal	-	6 565 615	-	-	-	-	-	-	(6 565 615)	-
Dividendo ordinário	-	-	-	-	-	-	-	-	(9 985 866)	(9 985 866)
Imposto diferido	-	-	-	-	-	-	1 617 713	-	-	1 617 715
Ajustamento do justo valor em activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	(5 055 359)	-	-	(5 055 359)
Outras reservas	-	-	-	210 861	-	-	-	-	-	210 862
Plano de acções do Grupo	-	-	-	-	-	1 151	-	(17 817 726)	-	(17 816 575)
Remensuração do passivo do fundo de pensões	-	-	-	-	-	-	-	-	4 497 395	4 497 395
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	54 054 195	21 842 633	5 396 948	794 622	26 782 748	96 304	(1 439 449)	(27 402 349)	127 733 775	207 859 427
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	41 409 939	41 409 939
Transferido para a reserva de risco geral de crédito	-	-	-	-	36 933 323	-	-	-	(36 933 323)	-
Transferido para a reserva legal	-	6 211 491	-	-	-	-	-	-	(6 211 491)	-
Dividendo ordinário	-	-	-	-	-	-	-	-	(20 670 336)	(20 670 336)
Imposto diferido	-	-	-	-	-	-	(722 948)	-	-	(722 948)
Ajustamento do justo valor em activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	2 259 214	-	-	2 259 214
Outras reservas	-	-	-	(190 638)	-	-	-	-	244 796	54 158
Plano de acções do Grupo	-	-	-	-	-	(78 947)	-	(2 254 664)	-	(2 333 611)
Remensuração do passivo do fundo de pensões	-	-	-	-	-	-	-	-	(2 473 488)	(2 473 488)
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	54 054 195	28 054 124	5 396 948	603 984	63 716 071	17 357	96 817	(29 657 013)	103 099 872	225 382 355

Demonstração de fluxos de caixa

do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

	Note	2013 MT	2012 MT	2013 USD	2012 USD
Fluxo de caixa de actividades operacionais					
Caixa gerado pelas actividades operacionais	32	1 869 499 820	1 945 247 232	62 109 629	68 470 512
Variações no capital circulante	33	(333 768 657)	3 933 441 518	(11 096 033)	132 216 522
		1 535 731 163	5 878 688 750	51 013 596	200 687 034
Imposto pago		(383 551 577)	(696 312 687)	(12 742 577)	(24 509 422)
Fluxo de caixa líquido das actividades operacionais		1 152 179 586	5 182 376 063	38 271 019	176 177 612
Fluxo de caixa de actividades de investimento Cash flows from investing activities					
Aquisição de propriedade e equipamento	17.2	(710 563 669)	(470 997 410)	(23 622 462)	(15 831 846)
Aquisição de activos intangíveis		(7 525 000)	(7 571 853)	(250 166)	(254 516)
Venda de propriedade e equipamento	17.2	–	1 895 519	–	66 720
Caixa líquido utilizado em actividades de investimento		(718 088 669)	(476 673 744)	(23 872 628)	(16 019 642)
Fluxo de caixa de actividades de financiamento					
Dividendo pago		(621 763 704)	(297 079 500)	(20 656 601)	(10 456 864)
Caixa líquido utilizado em actividades de financiamento		(621 763 704)	(297 079 500)	(20 656 601)	(10 456 864)
(Diminuição)/aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		17 882 774 060	13 474 151 241	601 101 649	493 377 929
Diferença cambial nos saldos de abertura		–	–	(6 575 444)	(41 977 385)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	34	17 695 101 273	17 882 774 060	588 267 995	601 101 649

Políticas contabilísticas significativas

do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

1. Incorporação e actividades

O Standard Bank, SA é um Banco privado constituído em 1967, com sede na Praça 25 de Junho Nº 1, Maputo. O Banco tem como empresa-mãe e accionista maioritário o Stanbic Africa Holdings Limited (98.14%), um banco de investimento constituído no Reino Unido. O Stanbic Africa Holdings Limited é uma subsidiária integralmente detida do Standard Bank Group, um banco de investimento constituído na África do Sul. Os outros accionistas minoritários detêm os restantes 1.86% do banco. O Banco desenvolve actividades concernentes à banca comercial e à banca de investimentos e prestando serviços afins.

2. Base de preparação

2.1.1 Declaração de cumprimento

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRFs), emitidas pelo Comité Internacional de Normas de Contabilidade.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 26 de Fevereiro de 2014.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras são preparadas com base no princípio do custo histórico, com excepção das seguintes situações:

- Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo justo valor.
- A propriedade e os edifícios são mensurados aos valores de reavaliação.
- Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo justo valor.
- A exigibilidade respeitante aos planos de benefícios definidos é reconhecida pelo valor actual da obrigação de benefícios definidos, menos o total líquido dos activos do plano acrescido dos ganhos actuariais não reconhecidos, menos o custo do serviço passado não reconhecido e as perdas actuariais não reconhecidas.

Novas normas e interpretações ainda não adoptadas

À data da autorização das demonstrações financeiras do Standard Bank SA, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, haviam sido emitidas mas ainda não adoptadas, as seguintes normas:

Norma/Interpretação		Data emitida pelo IASB	Data efectiva Períodos com início em/ou depois de
NIRF 10, NIRF 12 and NIC 27 emenda	Entidades gestoras de participações financeiras	Outubro de 2012	1 de Janeiro 2014
NIC 32	Compensação de Activos Financeiros e Passivos Financeiros	Dezembro de 2011	1 de Janeiro 2014
NIC 36	Divulgações das quantias recuperáveis de Activos não-financeiros	Maio de 2013	1 de Janeiro 2014
IFRIC 21	Taxas do Governo	Maio de 2013	1 de Janeiro 2014
NIC 39	Novação de Derivados e continuação da Contabilidade de cobertura	Junho de 2013	1 de Janeiro 2014
NIC 19	Planos de benefícios definidos: Contribuições dos trabalhadores	Novembro de 2013	1 de Janeiro 2015
NIRF 9 (2009)	Instrumentos Financeiros	Novembro de 2009	A decidir
NIRF 9 (2010)	Instrumentos Financeiros	Outubro de 2010	A decidir

Emendas à NIC 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação: Compensação de Activos e Passivos Financeiros

As emendas esclarecem quando uma entidade pode compensar os activos e passivos financeiros. Esta alteração irá resultar para o Banco na não compensação em dois dos seus acordos principais de compensação. Esta alteração é efectiva para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2014, com adopção antecipada permitida.

Entidades gestoras de participações financeiras (Emendas à NIRF 10, NIRF 12 e NIC 27)

Estas emendas esclarecem que uma entidade gestora de participações financeiras deve contabilizar os investimentos em entidades controladas, bem como os investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, pelo justo valor através de lucros ou prejuízos, a única excepção seriam as subsidiárias que são consideradas uma extensão das actividades de investimento da entidade.

Esta emenda resultará no Banco ser obrigado a contabilizar os investimentos em entidades controladas, bem como os investimentos em associadas e joint ventures, pelo justo valor através de lucros ou prejuízos. Esta alteração é efectiva para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2014, com adopção antecipada permitida. Os administradores são da opinião de que a alteração não terá um impacto significativo sobre o banco.

Divulgações das quantias recuperáveis de Activos não-financeiros (Emendas à NIC 36)

Estas emendas revertem a exigência não intencional respeitante à NIRF 13 Mensuração do Justo Valor para divulgar o valor recuperável de cada unidade geradora de caixa à qual foram alocados um goodwill significativo ou activos intangíveis com vida útil indefinida. De acordo com as emendas, requer-se a divulgação do valor recuperável é necessário para ser divulgado somente quando uma perda por imparidade for reconhecida ou revertida.

Políticas contabilísticas significativas continuação

do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

2. Base de preparação continuação

2.1.2 Base de mensuração continuação

As emendas aplicam-se retrospectivamente para os períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2014, com adopção antecipada permitida. O Banco vai adoptar as emendas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

IFRIC 21 Taxas do Governo

As taxas do Governo tornaram-se mais comuns nos últimos anos, com introdução de impostos e taxas para fazer crescer a renda adicional por parte dos Governos nas várias jurisdições. A prática corrente em como contabilizar estas taxas é mista. A IFRIC 21 fornece orientações sobre a contabilização de impostos de acordo com a NIC 37 Provisões, Passivos e Activos Contingentes. A interpretação é efectiva para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2014, com aplicação retrospectiva.

Novação de Derivados e Continuação de Contabilidade de cobertura (Emendas à NIC 39)

A NIC 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração exige que uma entidade interrompa a contabilidade de cobertura se o instrumento de cobertura derivado passa por novação para compensar a contraparte, a menos que o instrumento de cobertura esteja a ser substituído, como parte da estratégia de cobertura documentada original da entidade.

As emendas adicionam uma excepção limitada à NIC 39, para proporcionar o alívio de desconto de uma relação de cobertura existente, quando a novação não contemplada na documentação original de cobertura atenda os critérios específicos. O Banco dispõe de vários instrumentos de cobertura que serão novados a uma nova contraparte de compensação como resultado da lei. Esta emenda vai permitir que o Banco seja capaz de continuar com a contabilidade de cobertura com estes instrumentos de cobertura, onde anteriormente era obrigado a descontinuar a contabilidade de cobertura. As emendas aplicam-se retrospectivamente para os períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2014, com adopção antecipada permitida.

Planos de Benefícios definidos : Contribuições dos Empregados (Emendas à NIC 19)

As emendas introduzem medidas que podem reduzir a complexidade e carga da contabilização de certas contribuições dos empregados ou de terceiros. Tais contribuições são elegíveis para o expediente prático caso sejam:

- Estabelecidas nos termos formais do plano;
- Relacionados com a prestação de serviços; e
- Independente do Número de anos de serviço.

Quando as contribuições são elegíveis para o expediente prático, é permitido à entidade (mas não requerida) que os reconheça como uma redução do custo do serviço no período em que o serviço relacionado é prestado. O Banco dispõe de um plano de benefício definido, que exige que os funcionários contribuam para o plano. Se o Banco opta por aplicar esta emenda, o Banco vai reconhecer as contribuições como a redução dos custos do serviço no período em que o serviço relacionado é prestado. As emendas aplicam-se retrospectivamente para os períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro 2015, com adopção antecipada permitida.

NIRF 9 Instrumentos Financeiros

A NIRF 9 (2009) introduz novos requisitos para a classificação e mensuração de activos financeiros. Segundo a NIRF 9 (2009), os activos financeiros são classificados e mensurados com base no modelo de negócio em que eles são mantidos e as características dos seus fluxos de caixa contratuais. A NIRF 9 (2010) introduz acréscimos relativos a passivos financeiros. O IASB possui actualmente um projecto activo para efectuar emendas limitadas aos requisitos de classificação e mensuração da NIRF 9 e adicionar novos requisitos para resolver a imparidade de activos financeiros e contabilidade de cobertura.

A data efectiva da NIRF 9 foi inicialmente em 1 de Janeiro de 2015. A data efectiva foi adiada e uma nova data ainda está para ser determinada. O banco vai adoptar a norma no primeiro período anual com início em ou após a data efectiva obrigatória (uma vez especificada). O impacto da adopção da NIRF 9 ainda não foi estimado tendo em conta que a norma está ainda em fase de revisão e a orientação respeitante a imparidade e contabilidade de cobertura continua pendente.

O banco vai avaliar o impacto assim que a norma for finalizada e aquando da revelação da data efectiva.

2.1.3 Moeda funcional e de apresentação

(a) Moeda Funcional

A moeda funcional do Banco é o Metical, que é a moeda predominante do ambiente económico em que o Banco opera, e a moeda em que os seus registos contabilísticos são mantidos. As demonstrações financeiras são também apresentadas em Meticais arrendados para a unidade de Metical mais próxima.

(b) Outra moeda de apresentação

Para conveniência dos utilizadores, as demonstrações financeiras também são apresentadas em dólares americanos. A demonstração de resultados compreensivos e as respectivas notas são convertidas para dólares americanos mediante a utilização da taxa de câmbio média do ano, e as rubricas da demonstração da situação financeira mediante utilização da taxa de câmbio oficial em vigor no final do exercício. Todas as diferenças cambiais de conversão são reconhecidas directamente no capital próprio. As componentes do capital próprio existentes são convertidas para dólares norte-americanos, à taxa de câmbio de fecho em vigor nessa data.

2.1.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os valores dos activos, passivos, proveitos e custos reportados. Os resultados actuais podem diferir das estimativas.

As estimativas e pressupostos subjacentes são revistas numa base contínua. As revisões às estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que a estimativa seja objecto de revisão e em todos os períodos que futuramente venham a ser afectados.

Em particular, a informação respeitante às áreas significativas de incerteza da estimativa e os julgamentos críticos na aplicação de políticas contabilísticas que tenham um efeito mais significativo no valor reconhecido nas demonstrações financeiras são descritos na Nota 4 – Uso de estimativas e julgamentos.

2.2 Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas apresentadas abaixo foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras, excepto onde especificamente declarado o contrário.

(a) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas mediante a utilização da taxa de câmbio em vigor à data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor à data de relato. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no início do ano ajustado para juro, efectivo e pagamentos durante o ano e o custo amortizado em moeda estrangeira convertida à taxa em vigor no fim do ano.

Os activos e passivos não monetários que são mensurados pelo justo valor em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data que foi determinado o justo valor. Os itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas nos lucros ou prejuízos.

(b) Juros

As receitas e custos financeiros são reconhecidas em lucros ou prejuízos, mediante a utilização do método da taxa de juro efectiva. O método da taxa de juro efectiva é o método seguido para calcular o custo amortizado quantia escriturada de um activo ou passivo financeiro e alocar as receitas e custos de juros ao período relevante.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos de caixa estimados futuros durante a vida estimada do activo ou passivo financeiro (ou, quando apropriado, um período mais curto) para quantia escriturada do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no momento do reconhecimento inicial do activo ou passivo financeiro, não sendo objecto de revisão subsequente.

O cálculo da taxa de juro efectiva inclui todas as taxas pagas ou recebidas, custos de transacção e todos os descontos ou prémios que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva. Os custos de transacção representam os custos marginais directamente atribuíveis à aquisição, emissão ou venda de um activo ou passivo financeiro.

As receitas e despesas financeiras apresentadas na demonstração de resultados compreensivos incluem:

- Os juros sobre os activos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e calculados com base no método do juro efectivo;
- Os juros sobre títulos disponíveis para venda calculados com base no método do juro efectivo;
- A porção efectiva das variações do justo valor na qualificação de derivados de cobertura designados na variabilidade do fluxo de caixa de juros, no mesmo período em que as coberturas de fluxo de caixa afectam as receitas e despesas; e
- A porção efectiva das variações do justo valor na qualificação de derivados de cobertura designados na cobertura do justo valor do risco de taxa de juro.

(c) Honorários e comissões recebidas

As receitas e despesas de honorários e comissões que compõem a taxa efectiva de juro num activo ou passivo financeiro são incluídas na mensuração da taxa de juro efectiva. Todas as outras receitas de taxas e comissões, incluindo os serviços de gestão de caixa, serviços de corretagem, transacções financeiras projectadas e estruturadas, comissão de vendas, taxas de colocação e taxas de sindicância são, geralmente, reconhecidas de acordo com o princípio de acréscimos e diferimentos e à medida que os respectivos serviços forem sendo executados.

As outras despesas de honorários e comissões referem-se, principalmente, aos custos de transacções e serviços, os quais são reconhecidos financeiras, à medida que os serviços forem sendo recebidos.

(d) Resultados em operações

Os resultados em operações financeiras em moeda estrangeira incluem os lucros e perdas que resultarem de transacções de comercialização em moeda estrangeira e da conversão de itens monetários denominados em moeda estrangeira, bem como da margem financeira dos activos negociáveis.

Políticas contabilísticas significativas continuação

do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

2. Base de preparação continuação

2.2 Principais políticas contabilísticas continuação

(e) Pagamentos em locações

Os pagamentos efectuados a título de locações operacionais são reconhecidos em lucros e prejuízos numa base de quotas constantes durante o prazo do contrato de locação. Os incentivos recebidos de locação são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de locação durante o prazo do contrato de locação.

Os pagamentos mínimos de locação efectuados sob locações financeiras são repartidos entre o custo financeiro e a redução do passivo pendente. A locação financeira é alocada a cada período durante os termos do contrato, de modo a produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

Quando uma locação operacional é terminada antes do período de locação expirar, qualquer pagamento necessário para ser efectuado ao locador a título de sanção é reconhecido como despesa no período em que a rescisão ocorre.

Os activos detidos pelo banco ao abrigo de contratos de locação que transferem para o banco substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como locações financeiras. O activo locado é mensurado pelo valor igual ao menor valor entre o justo valor e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Após o reconhecimento inicial, o activo é contabilizado de acordo com a política contabilística aplicável ao activo.

Os activos detidos ao abrigo de outros contratos de locação são classificados como locações operacionais e não são reconhecidos na demonstração da posição financeira do banco.

(f) Impostos

O imposto a pagar sobre o lucro inclui o imposto corrente e o imposto diferido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos em lucros ou prejuízos, excepto a parte que diz respeito aos itens directamente reconhecidos no capital próprio ou noutros resultados compreensivos.

Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto que se prevê pagar sobre o rendimento tributável do ano, utilizando as taxas de imposto legisladas ou substancialmente previstas à data do relato.

Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido para diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos, com vista à preparação de relatórios financeiros, e os valores usados para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias no reconhecimento inicial de activos ou passivos numa transacção que não é uma concentração de actividades empresariais e que não afecte o lucro contabilístico nem o lucro tributável.

O valor do imposto diferido é mensurado com utilização das taxas que deverão ser aplicadas às diferenças temporárias quando as mesmas são revertidas, com base nas taxas prescritas por lei ou em vigor à data de relato. Os activos e passivos por impostos diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar os activos e passivos por impostos correntes, e dizem respeito a impostos sobre o rendimento cobrados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável, ou em entidades fiscais diferentes, mas eles pretendem liquidar os activos e passivos por impostos correntes numa base líquida ou os seus activos e passivos por impostos diferidos serão realizados simultaneamente.

Um activo por imposto diferido é reconhecido nas perdas fiscais não usadas, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que é provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais poderão ser utilizados. Os activos por impostos diferidos são revistos a cada data de relato e são reduzidos na medida em que não é mais provável que o benefício fiscal será realizado.

Os impostos adicionais que surgem a partir da distribuição de dividendos pelo banco são reconhecidos ao mesmo tempo que a responsabilidade de pagar o dividendo relacionado é reconhecido. Estes valores são geralmente reconhecidos nos lucros ou prejuízos, porque eles geralmente estão relacionados com as receitas decorrentes de operações que foram originalmente reconhecidas nos lucros ou prejuízos.

Contingências fiscais

Na determinação do montante do imposto corrente e diferido, o Banco leva em conta o impacto de posições fiscais incertas e se impostos adicionais e juros podem ser devidos. Esta avaliação baseia-se em pressupostos e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem tornar-se disponíveis, que fazem com que o Banco altere os seus julgamentos sobre a adequação de passivos fiscais existentes, sendo que tais mudanças para o passivo fiscal terão impacto no custo de imposto no período que tal determinação é feita.

(g) Pagamentos com base em acções

O justo valor das opções de acções com liquidação através de capital é determinado na data de concessão e contabilizado como custos com pessoal durante o período de aquisição das opções de acções com um aumento correspondente na reserva de pagamentos com base em acções. As condições de aquisição que não sejam condições de mercado não são consideradas na avaliação, mas estão incluídas na estimativa do número de opções que se espera que sejam adquiridas. Em cada data de relato a estimativa do número de opções que se espera adquirir é reavaliada e ajustada contra lucros ou prejuízos e capital próprio ao longo do período de aquisição remanescente. O justo valor é mensurado através de um modelo de preços Black-Scholes.

Na aquisição de opções de acções os valores anteriormente creditados na reserva de pagamento com base em acções são transferidos para lucros acumulados através de uma transferência de capital. No exercício de opções de acções com liquidação os proveitos recebidos são creditados ao capital social e prémio de emissão.

Os pagamentos com base em acções liquidados em dinheiro são contabilizados como passivos pelo justo valor até que estejam liquidados. O passivo é reconhecido ao longo do período de aquisição. Quaisquer alterações no passivo são reconhecidas em lucros ou prejuízos.

(h)

Activos e passivos financeiros

(i) Reconhecimento

O Banco reconhece inicialmente empréstimos e adiantamentos, depósitos, títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros instrumentos financeiros (incluindo compras regulares e vendas de activos financeiros) são reconhecidos na data de negociação, que é a data em que o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um activo financeiro ou passivo financeiro é mensurado inicialmente pelo justo valor acrescido, para um item não ao justo valor através de lucros ou prejuízos, dos custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

(ii) Classificação

Activos financeiros

O Banco classifica os seus activos financeiros nas seguintes categorias:

- ▶ empréstimos e devedores;
- ▶ detidos até-à-maturidade;
- ▶ disponíveis-para-venda; e
- ▶ ao justo valor através de lucros ou prejuízos e nesta categoria:
 - ▶ detido para negociação; ou
 - ▶ designados ao justo valor através de lucros ou prejuízos.

Passivos financeiros

O Banco classifica os seus passivos financeiros que não sejam garantias financeiras e compromissos de empréstimos, como mensurados pelo custo amortizado ou justo valor através de lucros ou prejuízos.

(iii) Desreconhecimento

Activos financeiros

O Banco desreconhece um activo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo expiram, ou transfere os direitos para receber os fluxos de caixa contratuais numa transacção em que substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do activo financeiro são transferidos ou em que o Banco não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e as vantagens da propriedade e não retém o controlo do activo financeiro.

No desreconhecimento de um activo financeiro, a diferença entre o quantia escriturada do activo (ou a quantia escriturada alocada à parte do activo desreconhecido) e a soma:

- ▶ da retribuição recebida (incluindo qualquer activo novo obtido menos qualquer passivo novo assumido) e
- ▶ de qualquer ganho ou perda cumulativo que tenha sido reconhecido em outros resultados compreensivos é reconhecido nos lucros ou prejuízos. Quaisquer juros em activos financeiros transferidos que se qualificam para desreconhecimento que sejam criados ou retidos pelo Banco são reconhecidos como um activo ou passivo separado.

O Banco realiza operações em que transfere os activos reconhecidos na demonstração da situação financeira, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos transferidos ou uma parte deles. Nesses casos, os activos transferidos não são desreconhecidos. Exemplos de tais transacções são empréstimos de títulos e transacções de venda e recompra.

Quando os activos são vendidos a terceiros, com uma taxa simultânea de retorno swap sobre os activos transferidos, a transacção será contabilizada como uma transacção de financiamento com garantia semelhante a transacções de venda e recompra porque o Banco mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade de tais activos.

Nas operações em que o Banco não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e vantagens da propriedade do activo financeiro e mantém o controlo sobre o activo, o Banco continua a reconhecer o activo na medida do seu envolvimento continuado, determinado pela extensão a que está exposto as alterações no valor do activo transferido.

Em certas operações, o Banco mantém a obrigação de estabelecer para o activo financeiro transferido em troca de honorários. O activo transferido é desreconhecido caso cumpra os critérios de desreconhecimento. Um activo ou passivo é reconhecido para o contrato de manutenção se a taxa de manutenção é mais que suficiente (activo) ou é menor do que adequada (passivo) para a realização da manutenção.

Passivos financeiros

O Banco desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais satisfeitas, canceladas ou quando estas expiram.

(iv) Compensação

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado na demonstração da situação financeira quando, e apenas quando, o Banco tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar numa base líquida ou de realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

As receitas e despesas são apresentadas numa base líquida apenas quando permitido pelas IFRS, ou para ganhos e perdas provenientes de um grupo de transacções semelhantes como na actividade comercial do Banco.

Políticas contabilísticas significativas continuação

do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

2. Base de preparação continuação

2.2 Principais políticas contabilísticas continuação

(v) Mensuração do custo amortizado

O “custo amortizado” de um activo ou passivo financeiro é o valor pelo qual o activo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa usando o método de juro efectivo de qualquer diferença entre a quantia inicial reconhecida e a quantia na maturidade, menos qualquer redução quanto à imparidade.

(vi) Mensuração do justo valor

Política aplicável a partir de 1 de Janeiro de 2013

“Justo valor” é o preço que seria recebido para vender um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção normal entre participantes do mercado na data da mensuração inicial ou, na sua ausência, no mercado activo mais vantajoso para os quais o Banco tem acesso a essa data. O justo valor de um passivo reflecte o seu risco de incumprimento.

Quando disponível, o Banco mensura o justo valor de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado activo para esse instrumento. Um mercado é visto como activo caso as transacções para o activo ou passivo ocorram com frequência e volume suficiente para fornecer informações sobre os preços de forma contínua.

Se não houver um preço cotado num mercado activo, o Banco utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso dos dados observáveis relevantes e minimiza o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os factores que os participantes do mercado tenham em conta ao determinar o preço de uma transacção.

A melhor evidência do justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transacção – ou seja, o justo valor da retribuição dada ou recebida. Se o Banco determinar que o justo valor no reconhecimento inicial difere do preço da transacção e o justo valor é evidenciado nem por um preço cotado num mercado activo para um activo ou passivo idêntico nem com base numa técnica de avaliação que usa apenas dados de mercados observáveis, então o instrumento financeiro é inicialmente mensurado pelo justo valor, ajustado para ter em conta a diferença entre o justo valor no reconhecimento inicial e o preço da operação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida em lucros ou prejuízos em uma base adequada ao longo da vida do instrumento, mas o mais tardar quando a avaliação é totalmente suportada por dados observáveis de mercado ou a transacção seja fechada.

Se um activo ou um passivo mensurado pelo justo valor tem um preço de compra e um preço de venda, então, o Banco mensura os activos e posições longas a um preço de oferta e os passivos e posições curtas a um preço de venda.

As carteiras de activos e passivos financeiros que estão expostos ao risco de mercado e risco de crédito, que são geridos pelo Banco em função da exposição líquida aos mercados ou o risco de crédito são mensurados com base no preço que seria recebido para vender uma posição líquida longa (ou pago para transferir uma posição líquida curta) para uma exposição de risco em particular. Esses ajustamentos de nível de carteira são atribuídos aos activos e passivos individuais com base no ajustamento de risco relativo de cada um dos instrumentos individuais na carteira.

O justo valor de um depósito à ordem não é inferior do que o valor a ser pago à ordem, descontado desde a primeira data em que o pagamento da quantia podia ser exigido.

O Banco reconhece as transferências entre os níveis da hierarquia do justo valor a partir do fim do período de relato no qual ocorre a mudança.

Política aplicável antes de 1 de Janeiro de 2013

‘Justo valor’ é a quantia pela qual um activo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso numa transacção em que não exista relacionamento entre elas na data da transacção.

Quando disponível, o Banco mensura o justo valor de um instrumento utilizando preços cotados num mercado activo para aquele instrumento. Um mercado é considerado como activo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis e representarem transacções de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver activo, o Banco estima o justo valor usando uma técnica de avaliação. A técnica de avaliação escolhida tira o máximo proveito dos inputs do mercado, e se fia tão pouco quanto possível nas estimativas específicas para o Banco, incorporando todos os factores que os participantes do mercado considerariam ao determinar um preço e é consistente com as metodologias económicas aceites para o preço de instrumentos financeiros.

A melhor evidência do justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transacção – ou seja, o justo valor da retribuição dada ou recebida. No entanto, em alguns casos, a estimativa inicial do justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial pode ser diferente do seu preço de transacção. Se este justo valor estimado é evidenciado pela comparação com outras transacções correntes observáveis no mercado do mesmo instrumento (sem modificação ou reformulação) ou com base numa técnica de avaliação cujas variáveis incluem apenas dados de mercados observáveis, então a diferença é reconhecida nos lucros ou prejuízos no reconhecimento inicial do instrumento.

Em outros casos, o justo valor no reconhecimento inicial é considerado como o preço da transacção e a diferença não é reconhecida imediatamente nos lucros ou prejuízos, mas é reconhecida ao longo da vida do instrumento numa base apropriada ou quando o instrumento é reembolsado, transferido ou vendido, ou o justo valor torna-se observável.

Se um activo ou um passivo mensurado pelo justo valor tem um preço de compra e um preço de venda, então, o Banco mensura os activos e posições longas a um preço de oferta e os passivos e posições curtas a um preço de venda. Quando o Banco tem posições com riscos de compensação, os preços médios de mercado são usados para mensurar as posições de risco de compensação e o ajustamento do preço de compra e venda é aplicado somente para a posição aberta líquida, conforme adequado.

O justo valor de um depósito à ordem não é inferior do que o valor a ser pago à ordem, descontado desde a primeira data em que o pagamento da quantia podia ser exigido.

(vii) Identificação e mensuração de imparidade

A cada data de relato, o Banco avalia se há evidência objectiva de que os activos financeiros não escriturados pelo justo valor através de lucros ou prejuízos estão em imparidade. Um activo financeiro ou um grupo de activos se encontra em imparidade quando existe evidência objectiva de que uma perda ocorreu após o reconhecimento inicial do activo e que a perda tenha um impacto nos futuros fluxos de caixa de um activo que pode ser mensurado com fiabilidade.

A evidência objectiva de que os activos financeiros estão em imparidade inclui:

- dificuldades financeiras significativas do mutuário ou emitente;
- incumprimento ou relaxe nos pagamentos por parte do mutuário;
- a reestruturação de um empréstimo ou adiantamento pelo Banco que de outra forma não consideraria;
- indicações de que um mutuário ou emitente entrará em falência;
- o desaparecimento de um mercado activo para um título; ou
- dados observáveis relativos a um grupo de activos, tais como alterações adversas no estado do pagamento dos mutuários ou emitentes no grupo, ou condições económicas que se correlacionam com os incumprimentos do grupo.

Além disso, para um investimento em títulos de acções, um declínio significativo ou prolongado no seu justo valor abaixo do seu custo é evidência objectiva de imparidade. Em geral, o Banco considera um declínio de 20% como “significativo” e um período de nove meses como “prolongado”. No entanto, em determinadas circunstâncias uma descida inferior ou um período mais curto pode ser apropriado.

O Banco considera evidência de imparidade para os empréstimos e adiantamentos e títulos de investimento detidos até à maturidade, para um activo específico e a nível colectivo. Todos os empréstimos e adiantamentos individualmente significativos e títulos de investimento detidos até à maturidade são avaliados quanto à imparidade específica. Aqueles que não se encontram em situação de imparidade específica são então avaliados colectivamente para qualquer imparidade que foi incorrida mas ainda não identificada. Os empréstimos e adiantamentos e títulos de investimento detidos até à maturidade que não sejam individualmente significativos são avaliados colectivamente para imparidade por agrupando os empréstimos e adiantamentos e os títulos de investimento detidos até à maturidade com características de risco semelhantes.

Instrumentos específicos: Instrumentos financeiros derivados

Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura: Um derivado é um instrumento financeiro cujo valor altera em resposta a uma variável subjacente e não é necessário qualquer investimento líquido inicial e é liquidado numa data futura. Os derivados são reconhecidos inicialmente pelo justo valor na data em que os derivados são contratados e subsequentemente remensurados ao seu justo valor.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e depósitos no Banco Central compreendem notas e moedas em mão e os depósitos mantidos no Banco de Moçambique, principalmente com a finalidade de cumprir a exigência de manutenção da reserva exigida pelo Regulador. Caixa e depósitos no Banco Central são contabilizados pelo custo amortizado na demonstração da situação financeira. Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, os empréstimos e adiantamentos para Bancos estão incluídos como parte do caixa e equivalentes de caixa.

Títulos de investimentos

Os investimentos de dívida que o banco tem a intenção e a capacidade de manter até à maturidade, são classificados como activos detidos até a maturidade. Os restantes dos investimentos são classificados como activos disponíveis para venda ou como activos mantidos para negociação.

Empréstimos e adiantamentos a clientes

Os empréstimos e adiantamentos originados pelo Banco são classificados como empréstimos e devedores.

Os empréstimos e devedores são activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis, sem cotação num mercado activo, diferentes dos que são classificados pelo banco pelo justo valor através de lucros ou prejuízos ou disponíveis para venda.

Os empréstimos e devedores são mensurados pelo custo amortizado, usando o método do juro efectivo, menos qualquer perda por imparidade. A maioria dos adiantamentos do banco está incluída na categoria de empréstimos e devedores.

Os empréstimos e adiantamentos são reportados líquidos de provisões, por forma a reflectir os valores recuperáveis estimados.

Outros passivos financeiros

Outros passivos evidenciados por títulos negociáveis são classificados como passivos não negociáveis. Estes são reconhecidos ao justo valor incluindo os custos de transacção. Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando uma taxa de juros efectiva.

Políticas contabilísticas significativas continuação

do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

2. Base de preparação continuação

2.2 Principais políticas contabilísticas continuação

(i) Propriedade e equipamento

Activos próprios

(i) Reconhecimento e mensuração

Reconhecimento inicial

Os itens de propriedade são mensurados pelos valores reavaliados, líquidos de amortizações acumuladas. Por sua vez, os itens de equipamento são registados pelo seu custo histórico ou custo considerado, líquido de depreciações acumuladas (ver abaixo) e de perdas por imparidade. O custo dos activos construídos pela própria entidade inclui o custo dos materiais, trabalho directo e uma parcela adequada de custos indirectos de produção.

Nos casos em que um item de propriedade e equipamento incluir componentes significativas com períodos de vida útil estimada diferentes, os mesmos são contabilizados como itens separados de propriedade e equipamento.

Os edifícios são periodicamente reavaliados nos termos das Normas Internacionais de Relato Financeiro. O valor remanescente da reavaliação é reconhecido como reserva de reavaliação e é incluído no capital próprio até que seja realizado, altura em que é transferido directamente para lucros acumulados.

(ii) Custos subsequentes

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do activo ou são reconhecidos como um activo separado, conforme apropriado, e apenas se for provável que dele resultem benefícios económicos futuros para o Banco e o custo do item puder ser mensurado de forma fiável. Os restantes custos com manutenção e reparação são registados noutros custos operacionais durante o período financeiro em que foram incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada segundo o método das quotas constantes, para imputar os seus custos menos os seus valores residuais, ao longo do seu período de vida útil estimada. Os prazos de vida útil estimada para os períodos actual e comparativo, são os seguintes:

	Número de anos
Edifícios	50
Equipamento	3 – 10
Veículos	4
Mobiliário e acessórios	10

Os métodos de depreciação, valores residuais e vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário à cada data de relato.

Os ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação da receita obtida com a quantia escriturada. Estes são reconhecidos noutros proveitos em lucros ou prejuízos.

(j) Activos intangíveis

Os activos intangíveis adquiridos pelo Banco são registados pelo seu custo histórico deduzido da amortização acumulada e das perdas por imparidade acumuladas.

Os custos de software desenvolvidos internamente são reconhecidos como um activo quando a entidade é capaz de demonstrar a sua intenção e a capacidade de concluir o desenvolvimento e usar o software de uma maneira que irá gerar futuros benefícios económicos, e pode mensurar com segurança os custos para concluir o desenvolvimento.

Os custos capitalizados de software desenvolvido internamente incluem todos os custos directamente atribuíveis para o desenvolvimento do software e custos de empréstimos capitalizados e são amortizados durante a sua vida útil. O Software desenvolvido internamente é mensurado pelo seu custo menos qualquer amortização acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes em activos de software é capitalizado somente quando aumentam os futuros benefícios económicos incorporados no activo específico a que se refere. Todos os outros custos são reconhecidos em lucros ou prejuízos quando incorridos.

Amortização

A amortização é reconhecida em lucros ou prejuízos numa base de quotas constantes sobre o valor estimado das vidas úteis dos activos intangíveis. Os activos intangíveis são amortizados por um período não superior a 5 anos.

Os métodos de amortização, vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada final do ano financeiro e ajustados, se apropriado.

(k) Imparidade de activos não financeiros

As quantias escrituradas dos activos não financeiros e dos activos por impostos diferidos são revistos à cada data de relato para apurar se há evidência objectiva de imparidade. Se houver tal indicação é estimado o valor recuperável do activo. Uma perda por imparidade é reconhecida sempre que a quantia escriturada de um activo ou de sua unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em lucros ou prejuízos.

O valor recuperável de um activo é o maior entre o valor em uso e o justo valor menos os custos de venda. Ao avaliar o valor em uso os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma de taxa de desconto antes dos impostos que reflecta as avaliações correntes do mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos para o activo.

Para outros activos, uma perda por imparidade é revertida somente na medida em que a quantia escriturada do activo não exceda a quantia escriturada que teria sido determinada, líquida de depreciação ou amortização, caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

(l)

Outras reservas

Reserva para riscos gerais de crédito

A reserva representa o valor mínimo das provisões necessárias para cobrir riscos adicionais de crédito, que excederem a provisão para imparidade, determinada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, de modo a satisfazer as exigências dos regulamentos estabelecidos para o sector bancário local. Essa reserva é reconhecida directamente no capital próprio como uma apropriação dos lucros acumulados.

Activos financeiros disponíveis-para-venda

Esta reserva é criada para registar os ganhos e perdas resultantes da reavaliação do justo valor dos activos financeiros disponíveis-para-venda.

Plano de acções do grupo

Este representa o valor das acções dadas a alguns membros do pessoal, conforme detalhado na nota (n).

Reserva de reavaliação

Esta reserva é criada para representar a reserva de reavaliação em edifícios, conforme detalhado na nota (j).

Reserva legal

De acordo com a legislação Moçambicana, a cada ano o banco deve transferir para a reserva legal não menos que 15% de seu lucro depois de impostos, até a reserva ser igual ao montante do capital social emitido.

(m)

Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como uma exigibilidade no período em que são declarados.

(n)

Benefícios dos empregados – Obrigações com pensões

De acordo com os contratos de trabalho negociados com os seus trabalhadores, o Banco assumiu a responsabilidade de pagar pensões de reforma, incluindo benefícios às viúvas, órfãos e pessoas singulares, em conformidade com o estabelecido por um acordo colectivo de trabalho.

Plano de benefícios definido

INO que diz respeito aos benefícios de reforma acima, o Banco criou um fundo interno para cobrir os custos futuros com pensões. Os activos do plano mantidos pelo fundo, são representados por investimentos em contas de depósito de alto rendimento, obrigações emitidas por empresas de qualidade e contas correntes, sendo que as receitas resultantes dos activos do plano servirão para cobrir a obrigação que pode ser determinada por meio de uma avaliação actuarial.

A contribuição para o activo do fundo é efectuada mensalmente e os juros e retornos gerados pelos activos do plano são capitalizados anualmente.

A avaliação actuarial da obrigação do benefício definido, é efectuada com utilização do método de crédito da unidade projectada a intervalos regulares que a Administração julgar mais convenientes, de modo a assegurar que os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras não se apresentem materialmente diferentes dos valores que fossem determinados à data do relato.

O passivo na demonstração da situação financeira respeitante às obrigações em planos de benefício definido é determinado pelo valor actual das obrigações e inclui ajustamentos por ganhos/perdas actuariais não reconhecidos (ver abaixo) e custos de serviços prestados no passado.

Ganhos e perdas actuariais

Os ganhos e perdas actuariais resultam das alterações nos pressupostos actuariais e dos efeitos das diferenças entre os pressupostos actuariais anteriores e o que realmente ocorreu (ajustamentos experienciais).

No ano em curso os ganhos actuariais foram reconhecidos na demonstração de resultados compreensivos, de acordo com a emenda à NIC 19: Benefícios dos Empregados, que entrou em vigor a partir de 01 de Janeiro de 2013 substituindo a abordagem “Corredor” relativamente ao anterior NIC 19: Benefícios dos Empregados.

De acordo com a emenda à NIC 19: Benefícios dos Empregados efectiva a 1 Janeiro de 2013, o banco reconhece todos os ganhos e perdas actuariais imediatamente na demonstração de outros resultados compreensivos. As quantias comparativas dos anos anteriores foram reformuladas para esta alteração na política contabilística.

Benefícios de curto-prazo

Os benefícios de curto prazo comportam os salários, pagamentos de férias acumuladas, participação nos lucros, gratificações e outros benefícios não monetários, tais como contribuições para a assistência médica.

As obrigações de pagamento dos benefícios de curto prazo dos empregados são mensuradas numa base não descontada, sendo contabilizadas como custo quando o respectivo serviço é prestado.

Um passivo é reconhecido pelo valor que deverá ser pago no curto prazo, ao abrigo de planos de bónus em dinheiro ou férias acumuladas, se o grupo tiver uma obrigação actual legal ou construtiva de pagar esse valor, como resultado do serviço prestado no passado pelo empregado, e a obrigação puder ser estimada com fiabilidade.

Políticas contabilísticas significativas continuação

do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

2. Base de preparação continuação

2.2 Principais políticas contabilísticas continuação

Benefícios pelo término do contrato

Os benefícios pelo término do contrato são reconhecidos como custo, quando o Banco se compromete, sem possibilidade realista de retirada, com um plano detalhado formal para rescindir o contrato do empregado, antes da sua data normal de reforma, ou proporcionar benefícios pelo término, como resultado de uma oferta feita para encorajar a demissão voluntária. Se não se espera que os benefícios sejam totalmente liquidados no prazo de 12 meses após a data de relato, então estes são descontados.

Plano de contribuição definida

As obrigações respeitantes as contribuições para os planos de contribuição definida são reconhecidos como custo quando os serviços relacionados são prestados e reconhecidos como custos com pessoal em lucros ou prejuízos. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um activo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução em futuros pagamentos está disponível.

(o) Provisões

Uma provisão é reconhecida quando o Banco tiver uma obrigação actual legal ou construtiva resultante de um acontecimento passado, sendo muito provável que uma saída de recursos venha a ser necessária para cumprir a obrigação; e o valor tiver sido estimado de forma fiável.

As provisões são determinadas com base no valor actual dos custos que se espera que venham a incorrer para dar cumprimento à obrigação usando uma taxa antes de impostos que reflecte a avaliação actual do mercado do valor temporal do dinheiro e quando necessário, o risco específico do passivo.

(i) Reestruturação

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando o banco aprova um plano de reestruturação detalhado e formal, e a reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente. As perdas futuras não são provisionadas.

(ii) Contratos onerosos

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios que se espera obter pelo banco a partir de um contrato forem inferiores do que os custos inevitáveis de satisfazer as suas obrigações nos termos do contrato. A provisão é mensurada pelo valor presente da parte inferior dos custos do término do contrato e o custo líquido esperado de continuar com o contrato. Antes de estabelecer uma provisão, o banco reconhece qualquer perda por imparidade dos activos associados a esse contrato.

(iii) Taxas bancárias

A provisão para taxas bancárias é reconhecida quando a condição que desencadeia o pagamento da taxa é cumprida. Se uma taxa está sujeita a um limite mínimo de operações para que o factor gerador da obrigação seja o alcance de uma actividade mínima, então, uma provisão é reconhecida quando o limite mínimo de actividade é alcançado.

(p) Empréstimos que rendem juros

Os empréstimos que rendem juros são inicialmente reconhecidos ao custo, deduzido dos custos de transacção atribuíveis. Após reconhecimento inicial, os empréstimos que rendem juros são mensurados pelo custo amortizado, com todas as diferenças entre o custo e o valor de amortização reconhecidos em lucros ou prejuízos, no decurso do período dos empréstimos, com base no método da taxa de juro efectiva.

(q) Valores comparativos

Sempre que necessário, os valores comparativos são ajustados para contemplar as alterações de apresentação introduzidas no presente exercício.

(r) Ganhos por acção

O banco apresenta ganhos por acção básicos e diluídos (EPS) para as suas acções ordinárias. Os ganhos por acção básicos calculados dividindo o lucro ou prejuízo atribuível aos accionistas ordinários do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o período. Os ganhos por acção diluídos são determinados ajustando o lucro ou prejuízo atribuível aos accionistas ordinários e do número médio ponderado de acções ordinárias em circulação pelos efeitos de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, que compreendem opções sobre acções concedidas aos empregados.

(s) Transacções de pagamentos com base em acções

O justo valor na data de concessão de prémios de pagamento com base em acções, ou seja opções de compra de acções concedidas aos empregados é reconhecido como custo com pessoal, com um correspondente aumento no capital próprio, ao longo do período em que os empregados tornam-se incondicionalmente detentores dos prémios. O valor reconhecido como custo é ajustado para reflectir o número de prémios para os quais as condições dos serviços relacionados e o desempenho não-mercantil sejam cumpridos, de modo que a quantidade finalmente reconhecida como custo tenha como base o número de prémios dos serviços relacionados e o desempenho não-mercantil na data de aquisição. Para as transacções de pagamentos com base em acções com condições de não-aquisição, o justo valor à data de concessão do pagamento com base em acções é mensurado para reflectir tais condições e não é true-up para as diferenças entre os resultados esperados e reais.

O justo valor do valor a pagar aos empregados respeitantes ao direitos ao valor de apreciação das opções que são liquidadas em numerário é reconhecido como uma despesa com um aumento correspondente no passivo ao longo do período em que os empregados tornam-se incondicionalmente detentores do pagamento. O passivo é reavaliado a cada data de relato e na data de liquidação com base no justo valor dos direitos ao valor de apreciação das opções. Quaisquer alterações no passivo são reconhecidas como custos com pessoal em lucros ou prejuízos.

Gestão de risco financeiro

do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

3. Gestão de Risco Financeiro

As actividades do Banco expõem a instituição a riscos financeiros de diversa ordem, sendo que essas actividades envolvem a análise, avaliação, aceitação e gestão de certo grau de riscos ou combinação de riscos. Assumir riscos é essencial nos serviços financeiros, e os riscos de carácter operacional são uma consequência inevitável do exercício da actividade. O objectivo do Banco é o de atingir um equilíbrio adequado entre risco e o retorno e minimizar os efeitos potencialmente adversos que possam afectar o seu desempenho financeiro.

Pela sua natureza, as actividades do banco estão principalmente relacionadas com a utilização de instrumentos financeiros, incluindo instrumentos derivados. O Banco aceita depósitos de clientes nas duas modalidades de taxas, fixas ou flutuantes, bem como para diversos períodos, e tenta ganhar margens de juro acima da média, investindo estes fundos em activos de alta qualidade. O Banco procura aumentar essas margens, consolidando os fundos de curto prazo e fazendo empréstimos por períodos mais longos a taxas mais altas, mantendo liquidez suficiente para atender a todas as necessidades que possam surgir.

Assim, as políticas de gestão de risco implementadas pelo Banco foram desenvolvidas no sentido de permitir a identificação e a análise dos riscos, estabelecer limites e controlos de risco apropriados e supervisionar os riscos e o grau de adesão aos limites fixados mediante a implementação de sistemas de informação fiáveis e actualizados. O Banco revê periodicamente as suas políticas de gestão de risco, assim como os sistemas implementados, por forma a considerar as alterações ocorridas no mercado, nos produtos e nas práticas de boa governação emergentes.

A gestão do risco é realizada pelo Departamento de Risco no âmbito das políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Este Departamento identifica, avalia e salvaguarda os riscos financeiros em estreita cooperação com as unidades operacionais do Banco. O Conselho de Administração fornece princípios por escrito para a gestão global de risco, bem como políticas escritas que abrangem áreas específicas, tais como, o risco cambial, risco da taxa de juro, risco de crédito, a utilização de instrumentos financeiros derivados e de instrumentos financeiros não-derivados. Além disso, a auditoria interna é responsável pela revisão independente da gestão de risco e pelo ambiente de controlo. Dentre os tipos de riscos mais importantes a que o Banco está exposto contam-se, o risco de liquidez, risco de mercado e outros riscos operacionais. O risco de mercado inclui o risco cambial, risco da taxa de juros e outros riscos de preço.

3.1 Risco de crédito

O Banco está exposto ao risco de crédito, que é o risco de uma contraparte causar um prejuízo financeiro ao banco por falta de quitação de uma obrigação contratual. Provisões para perdas pós imparidade são constituídas para cobrir os prejuízos que forem incorridos à data de relato. Mudanças significativas na economia, ou na saúde de um determinado segmento da indústria que representa uma concentração da carteira do Banco, poderiam resultar em perdas, porém diferentes das previstas à data de relato. Consequentemente, a Administração tem-se empenhado em gerir cuidadosamente a exposição do Banco ao risco de crédito.

O Banco estrutura os níveis de risco de crédito a que está exposto, colocando limites no valor do risco aceite na relação com um mutuário ou grupos de mutuários e com os segmentos da indústria. Esses riscos são monitorados numa base rotativa e sujeitos a revisões anuais ou mais frequentes. Os limites no nível de risco de crédito por produto, sector da indústria e por país são aprovados pelo Conselho de Administração.

A exposição a qualquer mutuário, incluindo bancos, é restringida por sublimites, abrangendo exposições do balanço e extrapatrimoniais e limites de risco estabelecidos diariamente com relação aos itens negociáveis, tais como, contratos de operações cambiais a prazo. Exposições reais contra os limites são monitoradas numa base diária.

A exposição ao risco de crédito é gerida através da análise regular da capacidade dos mutuários e potenciais mutuários atenderem aos juros e reembolso de capital, e através da alteração dos limites de crédito, se for caso disso. A exposição ao risco de crédito também é gerida, em parte, pela obtenção de cauções e garantias pessoais e corporativas.

Os administradores criaram um Comité de Crédito que implementou a política de crédito do Banco. É esta política que exige garantias adequadas aos clientes antes do desembolso dos empréstimos aprovados. Cauções aceitáveis são geralmente obtidas sob a forma de dinheiro, existências, investimentos cotados em Bolsa ou outros bens.

3.1.1 Mensuração do risco de crédito

Empréstimos e adiantamentos

As mensurações operacionais podem ser contrastadas com as provisões para imparidade exigidas pela IAS 39, que se baseiam nas perdas incorridas à data de relato (o “modelo da perda incorrida”) e não das perdas esperadas.

O Banco avalia a probabilidade de incumprimento das contrapartes individuais, usando ferramentas internas de apreciação adaptadas às diferentes categorias da contraparte. As mesmas foram desenvolvidas internamente e combinam a análise estatística com julgamento do gestor do crédito e são validadas, se for caso disso, por comparação com os dados disponíveis externamente. Os clientes do Banco estão segmentados em cinco classes de avaliação. A escala de avaliação do Banco, conforme se pode ver a seguir, reflecte o âmbito das probabilidades de incumprimento definidas para cada classe de avaliação. Isto significa que, em princípio, as exposições migram entre as classes, de acordo com as mudanças na avaliação da sua probabilidade de incumprimento.

Escala de avaliação interna do Banco

Empréstimos em conformidade

1. Monitoria padrão
2. Monitoria especial

Empréstimos não em conformidade

3. Sub-padrão
4. Duvidosos
5. Prejuízo

Gestão de risco financeiro continuação

do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

3. Gestão de Risco Financeiro continuação

3.1 Risco de crédito continuação

3.1.1 Mensuração do risco de crédito continuação

- Os incumprimentos observados de acordo com a categoria de classificação variam de ano para ano, especialmente durante um ciclo económico.
- (i) A exposição no incumprimento é baseada nos valores que o Banco espera sejam devidos no momento do incumprimento. Por exemplo, para um empréstimo, este é representado pelo valor facial. Para um compromisso, o Banco inclui todos os valores já levantados, acrescidos do montante que pode ter sido levantado na altura do incumprimento, caso o mesmo ocorra.
- (ii) A perda devida a um incumprimento ou severidade da perda representa a expectativa do Banco da extensão da perda numa reclamação, no caso de ocorrer algum incumprimento. Esta é expressa como percentagem da perda por unidade de exposição e normalmente varia por tipo de contraparte, tipo e antiguidade da reclamação e disponibilidade de garantias ou outra mitigação de crédito.

Para além do acima exposto, o banco classifica os empréstimos em duas classes, nomeadamente, nem vencidos nem em imparidade e vencidos mas sem imparidade.

Nem vencido nem em imparidade

Esta categoria é composta por 3 classes ou seja A, B e C e o critério utilizado é de 25 pontos do sistema de classificação de crédito onde os pontos 1 – 7 situam-se na classe A, pontos 8 – 21 situam-se na classe B e os pontos 21 – 25 situam-se na classe C.

Vencidos mas sem imparidade

Os empréstimos e adiantamentos com vencimentos inferiores a 90 dias não são considerados como tendo sofrido imparidade, a menos que haja informação a indicar o contrário.

3.1.2 Controlo do limite do risco e políticas de mitigação

O Banco gere limites e concentração de controlos de risco de crédito onde quer que os mesmos sejam identificados - em particular, para contrapartes individuais e grupos, e para indústrias e países.

O Banco estrutura os níveis de risco de crédito, colocando limites no valor do risco aceite na relação com um mutuário, ou grupos de mutuários, e para segmentos geográficos e da indústria. Esses riscos são monitorados numa base rotativa e sujeitos a uma revisão anual ou mais frequente, sempre que se julgue necessário. Os limites no nível de risco de crédito, por produto, sector da indústria e por país são aprovados trimestralmente pelo Conselho de Administração.

As cartas de crédito são também sujeitas a avaliações rigorosas de crédito antes de serem fornecidas. Os acordos especificam os limites monetários para as obrigações do Banco.

Outros controlos específicos e medidas de mitigação apresentam-se como segue.

- (a) **Garantias**
O Banco utiliza uma série de políticas e práticas para reduzir o risco de crédito. A mais tradicional delas é a obtenção de adiantamentos de fundos de segurança, que é uma prática comum. O Banco implementa directivas orientadoras sobre a aceitabilidade das categorias específicas de garantias de crédito ou de redução do risco de crédito. Os principais tipos de garantia para os empréstimos e adiantamentos são:
- ▶ Hipotecas sobre propriedades residenciais;
 - ▶ Encargos sobre bens comerciais, tais como instalações, equipamentos, existências e contas a receber;
 - ▶ Encargos sobre instrumentos financeiros, como títulos de dívida e acções.

O financiamento e empréstimos de longo prazo a entidades empresariais são geralmente garantidos; as facilidades rotativas de crédito individual são geralmente concedidas sem se exigir garantia. Além disso, a fim de minimizar a perda de crédito, o Banco procurará obter garantias adicionais da contraparte, logo que forem observados indicadores de imparidade para empréstimos e adiantamentos individuais pertinentes.

A garantia mantida como segurança de activos financeiros que não sejam empréstimos e adiantamentos é determinada pela natureza do instrumento. Geralmente, os títulos de dívida, obrigações do tesouro ou outras obrigações elegíveis não estão sujeitos à entrega de garantias, com excepção dos títulos suportados por activos e instrumentos similares, que são garantidos pelas carteiras de instrumentos financeiros.

O Banco detém os seguintes tipos de garantias dentro de empréstimos e adiantamentos a clientes:

	2013 MT	2012 MT	2013 USD	2012 USD
Banca de retalho e negócio				
Empréstimos hipotecários	2 845 807 331	1 687 177 349	94 607 956	56 711 844
Vendas a prestações e locações financeiras	560 615 578	652 128 165	18 637 486	21 920 274
Outros empréstimos e adiantamentos	7 006 322 231	5 825 904 882	232 922 946	195 828 736
Banca de grandes empresas e investimentos				
Empréstimos a empresas	2 309 511 954	3 411 142 750	76 778 988	114 660 261
Em 31 de Dezembro	12 722 257 094	11 576 353 145	422 947 376	389 121 115

- (b) **Derivados**
O Banco mantém limites de controlo rigorosos sobre as posições líquidas abertas derivadas (isto é, a diferença entre contratos de compra e venda), no que se refere ao valor e prazo. Em qualquer altura, o valor sujeito ao risco de crédito é limitado ao justo valor actual dos instrumentos que sejam favoráveis para o Banco (ou seja, activos em que o seu justo valor seja positivo), o qual, em relação aos instrumentos derivados, constitui apenas uma pequena fracção do contrato, ou valores fictícios utilizados para exprimir o volume de instrumentos pendentes. Esta exposição ao risco de crédito é gerida como parte do conjunto de limites de crédito com os clientes, em conjunto com potenciais exposições dos movimentos do mercado. Cauções ou outras garantias não são normalmente obtidas para exposições ao risco de crédito, sobre estes instrumentos, excepto nos casos em que o Banco exige depósitos de margem das contrapartes.

O risco de liquidação surge em qualquer situação em que o Banco efectue um pagamento em dinheiro, valores mobiliários ou acções na expectativa de um recebimento correspondente em dinheiro, valores mobiliários ou acções. Diariamente, são estabelecidos limites de liquidação para cada uma das contrapartes para cobrir o agregado de todos os riscos decorrentes da liquidação das transacções de mercado do Banco num único dia.

- (c) **Compromissos relacionados com o crédito**
O principal objectivo destes instrumentos é assegurar que os fundos estejam sempre disponíveis para o cliente, sempre que necessário. As garantias e as cartas de crédito de apoio correm o mesmo risco de crédito que os empréstimos. As cartas de crédito documentais e comerciais que representam compromissos escritos pelo Banco em nome de um cliente, autorizando um terceiro a responsabilizar o Banco, até um montante estipulado sob termos e condições específicas, são garantidas por remessas de mercadorias subjacentes a que dizem respeito e, por isso, correm menos riscos do que um empréstimo directo.

Os compromissos para aumentar o crédito representam parcelas não utilizadas de autorizações visando aumentar o crédito, quer sob a forma de empréstimos, garantias ou cartas de crédito. No que diz respeito ao risco de crédito nos compromissos que visam aumentar o crédito, o Banco fica potencialmente exposto à perda de um montante igual ao total dos compromissos não utilizados. Todavia, o montante provável da perda é inferior ao total de compromissos não utilizados, uma vez que a maioria dos compromissos para aumentar o crédito se subordina aos clientes, mantendo normas de crédito específicas. O Banco controla o prazo de vencimento dos compromissos de crédito, porque os compromissos de longo prazo assumidos têm de um modo geral, um grau de risco de crédito maior do que os compromissos de prazo mais curto.

3.1.3 Imparidade e políticas de aprovisionamento

Os sistemas de classificação interno e externo descritos na Nota 3.1.1 estão mais focados no mapeamento da qualidade do crédito desde inserção das actividades de concessão de empréstimos e de investimento. Em contrapartida, as provisões para cobrir a imparidade são reconhecidas para efeitos de informação financeira apenas para as perdas que tenham sido incorridas à data de relato, com base em evidências objectivas de imparidade. Devido às diferentes metodologias aplicadas, o montante das perdas de crédito incorridas, previstas nas demonstrações financeiras, é geralmente mais baixo do que o montante determinado a partir do modelo da perda esperada, que é utilizado para gestão operacional interna e propósitos de regulamentação bancária.

A provisão para imparidade evidenciada na demonstração da situação financeira no final do exercício é obtida a partir de cada uma das quatro classes de classificação interna. No entanto, a maior parte da provisão para imparidade provém das duas classes inferiores. A tabela na página 48 mostra o percentual das rubricas da demonstração da posição financeira do Banco referente aos empréstimos e adiantamentos e à provisão de imparidade associada, para cada uma das categorias de classificação interna do Banco:

- A ferramenta de classificação interna ajuda os gestores a determinarem se existem evidências objectivas de imparidade nos termos da IAS 39, com base nos seguintes critérios estabelecidos pelo Banco:
- ▶ Incumprimento dos pagamentos contratuais do capital ou de juros;
 - ▶ Dificuldades de fluxo de caixa enfrentadas pelo mutuário (por exemplo, rácio de capital, percentagem do rendimento líquido de vendas);
 - ▶ Violação de acordos ou condições do empréstimo;
 - ▶ Início do processo de falência;
 - ▶ Deterioração da posição competitiva do mutuário;
 - ▶ Deterioração do valor da garantia; e
 - ▶ Desclassificação abaixo do nível do investimento.

A política do Banco exige que os activos financeiros que ultrapassem os limiares de materialidade sejam avaliados individualmente, pelo menos uma vez por ano ou mais regularmente, quando as circunstâncias assim o exigirem. As provisões para imparidade nas contas avaliadas individualmente são determinadas por uma avaliação das perdas incorridas à data de relato, numa análise caso a caso, e são aplicadas individualmente a todas as contas principais. A avaliação abrange, normalmente, as garantias mantidas (incluindo a reconfirmação da sua aplicabilidade) e as receitas antecipadas para essa conta individual.

A imparidade avaliada em moldes colectivos, é efectuada relativamente a: (i) carteiras de activos homogêneos que se situem, individualmente, abaixo dos limiares de materialidade; e (ii) perdas que tenham sido incorridas, mas que ainda não tenham sido identificadas, usando a experiência histórica disponível, com julgamento experiente e técnicas estatísticas.

Gestão de risco financeiro continuação

do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

3. Gestão de Risco Financeiro continuação

3.1 Risco de crédito continuação

3.1.3 Imparidade e políticas de aprovisionamento continuação

Exposições ao risco de crédito relativo a rubricas da demonstração situação financeira:

	2013 MT	2012 MT	2013 USD	2012 USD
Activos financeiros disponíveis para venda	3 713 929 404	5 990 988 033	123 468 398	201 377 749
Empréstimos e adiantamentos a bancos	14 177 101 805	14 187 915 459	471 313 225	476 904 721
Empréstimos a clientes – pessoais e banca de retalho	5 359 927 331	5 023 214 079	178 189 073	168 847 531
– Empréstimos hipotecários	1 558 025 211	1 332 813 904	51 796 051	44 800 467
– Vendas a prestações e locações financeiras	560 615 578	652 128 165	18 637 486	21 920 274
– Empréstimos – cartão	164 544 908	156 034 644	5 470 242	5 244 862
– Outros empréstimos e adiantamentos	3 076 741 634	2 882 237 366	102 285 294	96 881 928
Empréstimos a grandes empresas e investimentos	13 995 175 226	10 225 915 429	465 265 134	343 728 149
– Empréstimos a grandes empresas	13 995 175 226	10 225 915 429	465 265 134	343 728 149
Exposições ao risco de crédito relativas a itens extrapatrimoniais:				
Cartas de crédito	503 598 670	762 093 000	16 741 977	25 616 571
Garantias financeiras	6 127 491 976	5 352 312 000	203 706 515	179 909 647
Em 31 de Dezembro	43 877 224 412	41 542 438 000	1 458 684 322	1 396 384 368

3.1.4 Exposição máxima ao risco de crédito antes de garantias ou outros facilitadores de crédito

O Quadro acima representa o pior cenário de exposição do Banco em termos de risco de crédito à data de 31 de Dezembro, não tendo sido considerado o justo valor das garantias obtidas ou de outros facilitadores de crédito. Relativamente aos activos apresentados no balanço, a exposição acima apresentada é feita com base na quantia escriturada no balanço.

Tal como acima demonstrado, 76% do total da exposição máxima é obtido a partir de empréstimos e adiantamentos a bancos e a clientes (2012: 71%); 8% representam os activos financeiros disponíveis-para-venda (2012: 14%).

A Administração está confiante na sua capacidade de continuar a controlar e sustentar níveis de exposição mínimos, em termos do risco de crédito decorrente da sua carteira de empréstimos e adiantamentos e dos investimentos financeiros, com base no seguinte:

- 97% da carteira de empréstimos e adiantamentos estão categorizados nas duas primeiras posições do sistema de avaliação interno (2012: 97%);
- Empréstimos hipotecários, vendas a prestações e locações financeiras são suportados por garantias;
- As grandes empresas têm gestores de acompanhamento do desempenho do Banco e outros factores que podem indicar potenciais incumprimentos.

No conjunto dos activos financeiros disponíveis para venda, 69% dizem respeito aos instrumentos emitidos pelo Banco Central e Governo de Moçambique, tendo o remanescente sido emitido pelas grandes empresas do País.

3. Gestão de Risco Financeiro continuação

3.1 Risco de crédito continuação

3.1.4 Exposição máxima ao risco de crédito antes de garantias ou outros facilitadores de crédito continuação

Empréstimos e adiantamentos	2013 MT	2012 MT	2013 USD	2012 USD
Empréstimos e adiantamentos a clientes				
Categoria				
Nem vencido nem em imparidade	16 846 609 353	12 052 743 307	560 060151	405 134 228
Vencido mas sem imparidade	2 002 481 864	2 774 216 222	66 571 870	93 250 965
Em imparidade individual	506 011 340	422 167 029	16 822 186	14 190 488
Valor bruto	19 355 102 557	15 249 126 558	643 454 207	512 575 681
Imparidade	(433 953 197)	(316 740 726)	(14 426 635)	(10 646 747)
Valor líquido	18 921 149 360	14 932 385 832	629 027 527	501 928 934
Empréstimos e adiantamentos a bancos				
Categoria				
Nem vencido nem em imparidade	14 177 101 805	14 187 915 459	471 313 225	476 904 721
Valor bruto	14 177 101 805	14 187 915 459	471 313 225	476 904 721
Imparidade	–	–	–	–
Adiantamentos líquidos a bancos	14 177 101 805	14 187 915 459	471 313 225	476 904 721

- (a) Empréstimos e adiantamentos nem vencidos nem em imparidade
A qualidade de crédito da carteira de empréstimos e adiantamentos não vencidos e sem imparidade pode ser avaliada por referência ao sistema de avaliação interna adoptado pelo Banco (consulte a nota 3.1.1).
- (b) Empréstimos e adiantamentos vencidos mas não em imparidade
Os empréstimos e adiantamentos com vencimentos inferiores a 90 dias não são considerados como tendo sofrido imparidade, a menos que haja informação a indicar o contrário (consulte a nota 3.1.1).

Gestão de risco financeiro continuação

do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

3. Gestão de Risco Financeiro continuação

3.1 Risco de crédito continuação

3.1.4 Exposição máxima ao risco de crédito antes de garantias ou outros facilitadores de crédito continuação

Categoria	Nem vencido nem em imparidade			Vencido mas Sem imparidade	Total Empréstimos em conformidade	Empréstimos com imparidade	Total Empréstimos	Garantias em empréstimos com imparidade	Empréstimos líquidos com imparidade
	Classe A	Classe B	Classe C	2013 MT	2013 MT	2013 MT	2013 MT	2013 MT	2013 MT
	2013 MT	2013 MT	2013 MT						
Empréstimos e a adiantamentos a bancos	14 177 101 805	–	–	–	14 177 101 805	–	14 177 101 805	–	–
Empréstimos e adiantamentos s clientes	1 118 467 356	147 647 368	16 698 961 985	2 002 481 864	18 849 091 217	506 011 340	19 355 102 557	382 672 685	123 338 655
Banca de retalho e negócio	1 041 136 750	62 188 160	3 861 717 534	1 040 951 113	4 964 856 808	395 070 523	5 359 927 331	382 672 685	12 397 838
Empréstimos hipotecários	4 343 837	42 533 302	1 412 111 085	171 454 649	1 626 099 035	95 203 810	1 721 302 845	260 534 021	(165 330 211)
Vendas a prestações e locações financeiras	308 906 625	1 688 562	125 740 127	114 807 379	242 236 068	60 857 151	303 093 219	38 273 410	22 583 741
Empréstimos – cartões	–	–	158 779 617	724 021	159 503 638	5 765 291	165 268 929	–	5 765 291
Outros empréstimos e adiantamentos	727 886 288	17 966 297	2 165 086 705	753 965 065	2 937 018 067	233 244 272	3 170 262 339	83 865 254	149 379 018
Banca de grandes empresas e investimentos	77 330 606	85 459 207	12 837 244 451	961 530 751	13 884 234 409	110 940 817	13 995 175 226	–	110 940 817
Empréstimos a grandes empresas	77 330 606	85 459 207	12 837 244 451	961 530 751	13 884 234 409	110 940 817	13 995 175 226	–	110 940 817
Em Dezembro 2013	15 295 569 161	147 647 368	16 698 961 985	2 002 481 864	33 026 193 022	506 011 340	33 532 204 362	382 672 685	123 338 655
Em Dezembro de 2012	14 187 915 459	395 536 782	11 657 206 525	2 774 216 172	29 014 874 939	422 167 029	29 437 041 968	382 672 685	39 494 344

Categoria	Nem vencido nem em imparidade			Vencido mas Sem imparidade	Total Empréstimos em conformidade	Empréstimos com imparidade	Total Empréstimos	Garantias em empréstimos com imparidade	Empréstimos líquidos com imparidade
	Classe A	Classe B	Classe C	2013 USD	2013 USD	2013 USD	2013 USD	2013 USD	2013 USD
	2013 USD	2013 USD	2013 USD						
Empréstimos e a adiantamentos a bancos	471 313 225	–	–	–	471 313 225	–	471 313 225	–	–
Empréstimos e adiantamentos s clientes	37 183 090	4 908 490	555 151 662	66 571 870	663 815 112	16 822 186	680 637 298	12 721 831	4 100 354
Banca de retalho e negócio	34 612 259	2 067 426	128 381 567	34 606 088	199 667 339	13 133 993	212 801 332	12 721 831	412 162
Empréstimos hipotecários	144 409	1 414 006	46 945 182	5 699 955	54 203 553	3 165 020	57 368 573	8 661 370	(5 496 350)
Vendas a prestações e locações financeiras	10 269 502	56 136	4 180 190	3 816 735	18 322 563	2 023 177	20 345 739	1 272 387	750 789
Empréstimos – cartões	–	–	5 278 578	24 070	5 302 648	191 665	5 494 313	–	191 665
Outros empréstimos e adiantamentos	24 198 347	597 284	71 977 617	25 065 328	121 838 576	7 754 131	129 592 707	2 788 074	4 966 058
Banca de grandes empresas e inestimentos	2 570 831	2 841 064	426 770 095	31 965 783	464 147 773	3 688 192	467 835 965	–	3 688 192
Empréstimos a grandes empresas	2 570 831	2 841 064	426 770 095	31 965 783	464 147 773	3 688 192	467 835 965	–	3 688 192
Em Dezembro 2013	508 496 315	4 908 490	555 151 662	66 571 870	1 135 128 337	16 822 186	1 151 950 523	12 721 831	4 100 354
Em Dezembro de 2012	476 904 721	13 295 354	391 838 874	93 250 964	975 289 913	14 190 489	989 480 402	12 862 947	1 327 542

Gestão de risco financeiro continuação

do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

3. Gestão de Risco Financeiro continuação

3.1 Risco de crédito continuação

3.1.4 Exposição máxima ao risco de crédito antes de garantias ou outros facilitadores de crédito continuação

	Categoria	Menção especial	Total Empréstimos vincendos	Sub-Padrão	Duvidosos	Perdidos	Total de empréstimos com imparidade	Total de empréstimos	Garantia contra empréstimos em imparidade	Empréstimos líquidos com imparidade
	2013 MT	2013 MT	2013 MT	2013 MT	2013 MT	2013 MT	2013 MT	2013 MT	MT	MT
Empréstimos e adiantamentos a clientes	16 846 609 352	2 002 481 864	18 849 091 217	224 574 371	133 040 890	148 396 078	506 011 340	19 355 102 557	382 672 685	18 972 429 871
Banca de retalho e negócio	3 923 905 694	1 040 951 113	4 964 856 808	113 633 554	133 040 890	148 396 079	395 070 523	5 359 927 331	382 672 685	4 977 254 646
Empréstimos hipotecários	1 291 366 752	171 454 649	1 462 821 401	26 529 945	7 998 891	60 674 974	95 203 810	1 558 025 211	260 534 021	1 297 491 189
Vendas a prestações e locações	384 951 049	114 807 379	499 758 428	18 914 959	24 832 352	17 109 839	60 857 151	560 615 578	38 273 410	522 342 168
Empréstimos – cartões	158 055 597	724 021	158 779 617	2 419 133	2 951 300	394 858	5 765 291	164 544 908	–	164 544 908
Outros empréstimos e adiantamentos	2 089 532 297	753 965 065	2 843 497 362	65 769 517	97 258 347	70 216 407	233 244 272	3 076 741 634	83 865 254	2 992 876 380
Banca de grandes empresas e investimentos	12 922 703 658	961 530 751	13 884 234 409	110 940 817	–	–	110 940 817	13 995 175 226	–	13 995 175 226
Empréstimos de grandes empresas	12 922 703 658	961 530 751	13 884 234 409	110 940 817	–	–	110 940 817	13 995 175 226	–	13 995 175 226
Em 31 de Dezembro de 2013	16 846 609 352	2 002 481 864	18 849 091 217	224 574 371	133 040 890	148 396 078	506 011 340	19 355 102 557	382 672 685	18 972 429 871
Em 31 de Dezembro de 2012	12 052 743 307	2 774 216 173	14 826 959 479	174 065 890	148 555 765	99 545 375	422 167 029	15 249 126 508	382 672 685	14 866 453 823

	Categoria	Menção especial	Total Empréstimos vincendos	Sub-Padrão	Duvidosos	Perdidos	Total de empréstimos com imparidade	Total de empréstimos	Garantia contra empréstimos em imparidade	Empréstimos líquidos com imparidade
	2013 USD	2013 USD	2013 USD	2013 USD	2013 USD	2013 USD	2013 USD	2013 USD	2013 USD	2013 USD
Empréstimos e adiantamentos a clientes	560 060 151	66 571 870	626 632 022	7 465 903	4 422 902	4 933 380	16 822 186	643 454 207	12 721 831	630 732 376
Banca de retalho e negócio	130 448 992	34 606 088	165 055 080	3 777 711	4 422 902	4 933 380	13 133 993	178 189 074	12 721 831	165 467 242
Empréstimos hipotecários	42 931 076	5 699 955	48 631 031	881 980	265 921	2 017 120	3 165 020	51 796 051	8 661 370	43 134 680
Vendas a prestações e locações	12 797 575	3 816 735	16 614 309	628 822	825 544	568 811	2 023 177	18 637 486	1 272 387	17 365 099
Empréstimos – cartões	5 254 508	24 070	5 278 578	80 423	98 115	13 127	191 665	5 470 243	–	5 470 243
Outros empréstimos e adiantamentos	69 465 834	25 065 328	94 531 162	2 186 487	3 233 323	2 334 322	7 754 131	102 285 294	2 788 074	99 497 220
Banca de grandes empresas e investimentos	429 611 159	31 965 783	461 576 942	3 688 192	–	–	3 688 192	465 265 134	–	465 265 134
Empréstimos de grandes empresas	429 611 159	31 965 783	461 576 942	3 688 192	–	–	3 688 192	465 265 134	–	465 265 134
Em 31 de Dezembro de 2013	560 060 151	66 571 870	626 632 022	7 465 903	4 422 902	4 933 380	16 822 186	643 454 207	12 721 831	630 732 376
Em 31 de Dezembro de 2012	405 134 229	93 250 964	498 385 193	5 850 954	4 993 471	3 346 063	14 190 488	512 575 681	12 862 947	499 712 734

Gestão de risco financeiro continuação

do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

3. Gestão de Risco Financeiro continuação

3.1 Risco de crédito continuação

3.1.4 Exposição máxima ao risco de crédito antes de garantias ou outros facilitadores de crédito continuação

(c) Empréstimos e adiantamentos a bancos

O total do valor bruto dos empréstimos e adiantamentos individuais com imparidade à data de 31 de Dezembro de 2013 foi nulo (2012: Nulo). O Banco não possui garantias contra os empréstimos e adiantamentos a Bancos.

(d) Empréstimos renegociados

As actividades de reestruturação incluem acordos de pagamento, planos de gestão externa aprovados, modificação e deferimento de pagamentos. Após a reestruturação, uma conta anteriormente vencida do cliente é restabelecida a um estado normal e gerida conjuntamente com outras contas semelhantes. As políticas e práticas de reestruturação baseiam-se em indicadores ou critérios que, no julgamento dos gestores locais, indicam que o pagamento irá, muito provavelmente, continuar. Estas políticas são mantidas sob permanente controlo. É mais comum a reestruturação ser aplicada aos empréstimos a prazo, em particular empréstimos para financiamento de clientes. Os empréstimos renegociados totalizaram MT 268 548 473 (2012: MT 178 085 657) como segue:

Categoria	2013 MT	2012 MT	2013 USD	2012 USD
Empréstimos e adiantamentos a clientes	268 548 473	178 085 657	8 927 808	5 986 073
Banca de retalho e negócio	268 548 473	178 085 657	8 927 808	5 986 073
Empréstimos hipotecários	–	4 859 313	–	163 338
Vendas a prestações e locações financeiras	21 857 455	–	726 644	–
Outros empréstimos e adiantamentos	246 691 018	173 226 344	8 201 164	5 822 735
Banca de grandes empresas e investimentos	–	–	–	–
Empréstimos a grandes empresas	–	–	–	–
Total	268 548 473	178 085 657	8 927 808	986 073

3.1.5 Concentração de riscos dos activos financeiros com exposição ao risco de crédito

(a) Sectores geográficos

O Banco atribuiu exposições às regiões, com base no país de domicílio das suas contrapartes. Todas as exposições de crédito relacionadas a empréstimos e adiantamentos aos clientes estão baseados em Moçambique.

(b) Sectores Industriais (Empréstimos e adiantamentos a clientes)

	2013 MT	2012 MT	2013 USD	2012 USD
Agricultura, caça, silvicultura e pescas	348 679 558	584 160 566	11 591 741	19 635 649
Mineração e Pedreiras	150 283 703	25 650 002	4 996 134	862 185
Hotéis, restaurantes e turismo	287 964 661	304 158 973	9 573 293	10 223 831
Indústria transformadora	2 653 006 864	2 118 698 993	88 198 366	71 216 773
Construção	723 746 850	874 922 892	24 060 733	29 409 173
Electricidade, gás e água	108 054 877	174 279 241	3 592 250	5 858 126
Transporte, Armazenamento e Distribuição	2 658 322 134	1 942 135 273	88 375 071	65 281 858
Comunicação	1 269 688 629	658 598 765	42 210 393	22 137 774
Comércio a grosso e a retalho/Reparação de itens específicos	4 864 058 351	3 163 253 597	161 704 068	106 327 852
Serviços	138 899 027	202 122 296	4 617 654	6 794 027
Indústria imobiliária	1 661 970 518	1 015 395 485	55 251 679	34 130 941
Serviços	4 490 427 385	4 185 750 425	149 282 825	140 697 492
	19 355 102 557	15 249 126 508	643 454 207	512 575 681

3. Gestão de Risco Financeiro continuação

3.1 Risco de crédito continuação

3.1.6 Imparidade de crédito para empréstimos e adiantamentos

Existe imparidade de crédito nas seguintes classes de empréstimos e adiantamentos

	Empréstimo hipotecário	Vendas a prestações e locações financeiras	Empréstimos nos cartões de crédito	Outros empréstimos e Adiantamen- -tos	Empréstimos a Grandes empresas	Total
	2013 MT	2013 MT	2013 MT	2013 MT	2013 MT	2013 MT
Empréstimos com incumprimento: Imparidade específica						
Saldo no início do ano	5 512 231	27 555 954	8 332 182	197 404 109	18 320	238 822 796
Contas com imparidade anuladas	–	–	(5 181 672)	(221 386 715)	–	(226 568 387)
Provisões líquidas constituídas (constituídas)/liberadas	2 426 078	7 671 315	5 018 096	191 163 646	54 981 702	261 260 837
Saldo no fim do ano	7 938 309	35 227 269	8 168 606	167 181 040	55 000 022	273 515 246
Empréstimos em cumprimento: Imparidade colectiva						
Saldo no início do ano	7 032 666	5 998 709	6 196 725	11 161 124	47 528 706	77 917 930
Provisões líquidas constituídas	20 245 043	7 850 881	311 923	41 760 864	12 351 310	82 520 021
Saldo no fim do ano	27 277 709	13 849 590	6 508 648	52 921 988	59 880 016	160 437 951
Total	35 216 018	49 076 859	14 677 254	220 103 028	114 880 038	433 953 197
	Empréstimo hipotecário	Vendas a prestações e locações financeiras	Empréstimos nos cartões de crédito	Outros empréstimos e Adiantamen- -tos	Empréstimos a Grandes empresas	Total
	2013 USD	2013 USD	2013 USD	2013 USD	2013 USD	2013 USD
Empréstimos com incumprimento: Imparidade específica						
Saldo no início do ano	185 285	926 251	280 073	6 635 432	616	8 027 657
Contas com imparidade anuladas	–	–	(172 263)	(7 359 931)	–	(7 532 194)
Provisões líquidas constituídas	80 654	255 030	166 825	6 355 174	1 827 849	8 685 532
Saldo no início do ano	(2 032)	(10 162)	(3 072)	(72 795)	(7)	(88 068)
Saldo no fim do ano	263 907	1 171 119	271 563	5 557 880	1 828 458	9 092 927
Empréstimos vinctendos: Imparidade colectiva						
Saldo no início do ano	236 392	201 637	208 293	375 164	1 597 604	2 619 090
Provisões líquidas constituídas	673 040	261 000	10 370	1 388 327	410 615	2 743 352
Movimentos cambiais e outros	(2 593)	(2 212)	(2 285)	(4 116)	(17 527)	(28 733)
Saldo no fim do ano	906 839	460 425	216 378	1 759 375	1 990 692	5 333 708
Total	1 170 746	1 631 544	487 941	7 317 255	3 819 150	14 426 635

Gestão de risco financeiro continuação

do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

3. Gestão de Risco Financeiro continuação

3.1 Risco de crédito continuação

3.1.6 Imparidade de crédito para empréstimos e adiantamentos continuação

	Empréstimo hipotecário	Vendas a prestações e locações financeiras	Empréstimos nos cartões de crédito	Outros empréstimos e Adiantamen- -tos	Empréstimos a Grandes empresas	Total
	2012 MT	2012 MT	2012 MT	2012 MT	2012 MT	2012 MT
Empréstimos vencidos:						
imparidade específica						
Saldo no início do ano	1 710 580	4 906 216	2 701 033	53 346 237	–	62 664 066
Contas com imparidade anuladas	–	(51 148 244)	(4 888 327)	(69 239 221)	–	(125 275 792)
Provisões líquidas constituídas	3 801 651	73 797 982	10 519 476	213 297 094	18 320	301 434 523
Saldo no fim do ano	5 512 231	27 555 954	8 332 182	197 404 110	18 320	238 822 797
Empréstimos vincendos:						
Imparidade colectiva						
Saldo no início do ano	5 929 000	5 472 000	3 721 980	8 806 251	19 760 128	43 689 359
Provisões líquidas constituídas	1 103 666	526 709	2 474 745	2 354 873	27 768 578	34 228 571
Saldo no fim do ano	7 032 666	5 998 709	6 196 725	11 161 124	47 528 706	77 917 930
Total	12 544 897	33 554 663	14 528 907	208 565 234	47 547 026	316 740 727

	Empréstimo hipotecário	Vendas a prestações e locações financeiras	Empréstimos nos cartões de crédito	Outros empréstimos e Adiantamen- -tos	Empréstimos a Grandes empresas	Total
	2012 USD	2012 USD	2012 USD	2012 USD	2012 USD	2012 USD
Empréstimos vencidos:						
imparidade específica						
Saldo no início do ano	62 636	179 649	98 903	1 953 359	–	2 294 547
Contas com imparidade anuladas	–	(1 719 269)	(164 314)	(2 327 369)	–	(4 210 952)
Provisões líquidas constituídas	127 787	2 480 604	353 596	7 169 650	616	10 132 253
Movimentos cambiais e outros	(5 137)	(14 734)	(8 112)	(160 208)	–	(188 191)
Saldo no fim do ano	185 286	926 250	280 073	6 635 432	616	8 027 657
Empréstimos vincendos:						
imparidade colectiva						
Saldo no início do ano	217 100	200 366	136 287	322 455	723 549	1 599 757
Provisões líquidas constituídas	37 098	17 704	83 185	79 155	933 398	1 150 540
Movimentos cambiais e outros	(17 806)	(16 433)	(11 178)	(26 447)	(59 343)	(131 207)
Saldo no fim do ano	236 392	201 637	208 294	375 163	1 597 604	2 619 090
Total	421 678	1 127 887	488 367	7 010 595	1 598 220	10 646 747

3. Gestão de Risco Financeiro continuação

3.1 Risco de crédito continuação

3.1.7 Análise sectorial de imparidade de crédito

A análise sectorial da imparidade de crédito é apresentada no quadro abaixo:

	2013 MT	2012 MT	2013 USD	2012 USD
Análise sectorial				
Agricultura	61 972 667	14 272 941	2 060 262	479 763
Construção	25 569 837	11 681 107	850 061	392 642
Comunicação	–	146 450	–	4 923
Electricidade, Gás e Água	–	3 306 557	–	111 145
Serviços	177 810	644 396	5 911	21 660
Individuais	–	124 462 448	–	4 183 612
Indústria Transformadora	5 006 641	6 162 744	166 444	207 151
Indústria de Mineração	–	–	–	–
Outros serviços	163 055 297	45 992 181	5 420 721	1 545 956
Transportes	3 657 873	722 559	121 605	24 288
Comércio a grosso	14 075 121	31 431 413	467 923	1 056 517
	273 515 246	238 822 796	9 092 927	8 027 657

3.2 Risco de mercado

O Banco encontra-se exposto ao risco de mercado, o qual consiste no risco de que o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro sofram flutuações causadas por alterações dos preços de mercado. Os riscos de mercado advêm de posições, taxas de juro, moeda e produtos de capital em aberto, todas elas expostas a movimentações de Mercado gerais e específicas e a alterações no nível de volatilidade das taxas e preços de mercado, tais como taxas de juros, margens de juros de crédito, taxas de câmbio e preços de acções.

3.2.1 Técnicas de mensuração do risco de mercado

Serão as seguintes as principais técnicas de mensuração utilizadas pelo Banco para mensurar e controlar o risco de mercado:

3.2.2 Risco cambial

O Banco encontra-se exposto aos efeitos das flutuações nas principais taxas de câmbio ao nível da sua posição financeira e dos fluxos de caixa. O Conselho de Administração estabelece limites para os níveis de exposição por moeda e em agregado, tanto para as posições overnight como diurnas, as quais são monitoradas numa base diária. A abaixo resume a exposição do Banco em termos de risco cambial, à data de 31 de Dezembro de 2013. O quadro inclui os instrumentos financeiros detidos pelo Banco, à sua quantia escriturada, categorizados por moeda (ver nota 3.4).

3.2.3 Risco da taxa de juro

O risco da taxa de juro do fluxo de caixa é o risco de que os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro flutuem em virtude de alterações das taxas de juro praticadas ao nível do mercado. O risco do justo valor das taxas de juro é o risco de que o valor de um determinado instrumento financeiro se altere devido a variações nas taxas de juro do mercado. O Banco encontra-se exposto ao risco dos efeitos das variações que ocorram aos vários níveis das taxas de juro do mercado, em termos de justo valor e de fluxos de caixa. As margens de juro podem aumentar como consequência desse tipo de flutuações, podendo, também, ter como consequência uma redução das perdas no caso de ocorrência de movimentos inesperados. O Conselho de Administração fixa limites relativos aos níveis de alteração das taxas de juro permitidos, os quais são controlados diariamente pela Sala de Mercados do Banco.

A nota 3.4 resume a exposição do Banco aos riscos da taxa de juro. A mesma inclui os instrumentos financeiros do Banco às quantias escrituradas, categorizados pelo preço contratual recém fixado ou datas de vencimento.

Gestão de risco financeiro continuação

do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

3. Gestão de Risco Financeiro continuação

3.3 Risco cambial

Risco cambial (MT)

	USD MT	EUR MT	GBP MT	MT MT	ZAR MT	Outras divisas MT	Total MT
Em 31 de Dezembro de 2013							
Activos							
Caixa e equivalentes de caixa	384 931 994	143 775 316	1 730 157	2 939 809 196	47 752 805	–	3 517 999 468
Activos financeiros disponíveis-para-venda	–	–	–	3 713 929 404	–	–	3 713 929 404
Activos negociáveis	–	–	–	1 419 765 415	–	–	1 419 765 415
Empréstimos e adiantamentos a bancos	9 219 154 778	295 706 751	48 478 724	3 294 985 440	593 215 656	725 560 456	14 177 101 805
Empréstimos e adiantamentos a clientes	6 125 703 064	726 309 787	6 986	11 991 559 618	77 569 905	–	18 921 149 360
Investimentos	–	–	–	1 123 806	–	–	1 123 806
Activos derivados	–	–	–	1 656 577	–	–	1 656 577
Activos do fundo de pensões	–	–	–	35 009 000	–	–	35 009 000
	15 729 789 836	1 165 791 854	50 215 867	23 397 838 456	718 538 366	725 560 456	41 787 734 835
Passivos							
Depósitos de clientes	16 130 742 872	1 141 896 696	50 481 396	16 999 193 823	688 112 936	706 184 764	35 716 612 487
Passivo por imposto corrente	–	–	–	132 924 061	–	–	132 924 061
Obrigações com benefícios de saúde pós-reforma	–	–	–	70 574 000	–	–	70 574 000
Obrigações subordinadas	–	–	–	260 102 014	–	–	260 102 014
	16 130 742 872	1 141 896 696	50 481 396	17 462 793 898	688 112 936	706 184 764	36 180 212 562
Valor líquido	(400 953 036)	23 895 158	(265 529)	5 935 044 558	30 425 430	19 375 692	5 607 522 273
Em 31 de Dezembro de 2012	(465 654 421)	425 927 167	3 481 055	5 402 131 106	2 141 592	5 075 161	5 373 101 660

Risco cambial (USD)

	USD USD	EUR USD	GBP USD	MZM USD	ZAR USD	Outras divisas USD	Total USD
em 31 de Dezembro de 2013							
Activos							
Caixa e equivalentes de caixa	12 796 941	4 779 765	57 519	97 733 018	1 587 527	–	116 954 770
Activos financeiros disponíveis para venda	–	–	–	123 468 398	–	–	123 468 398
Activos negociáveis	–	–	–	47 199 648	–	–	47 199 648
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	306 487 858	9 830 677	1 611 660	109 540 739	19 721 265	24 121 026	471 313 225
Empréstimos e adiantamentos a clientes	203 647 044	24 145 936	231	398 655 573	2 578 788	–	629 027 572
Investimentos	–	–	–	37 361	–	–	37 361
Activos derivados	–	–	–	55 072	–	–	55 072
Activos do fundo de pensões	–	–	–	1 163 863	–	–	1 163 863
	522 931 843	38 756 378	1 669 410	777 853 672	23 887 580	24 121 026	1 389 219 909
Passivos							
Depósitos de clientes	536 261 399	37 961 991	1 678 238	565 132 774	22 876 095	23 476 886	1 187 387 383
Passivo por imposto corrente	–	–	–	4 419 018	–	–	4 419 018
Passivos negociáveis e outros passivos financeiros	–	–	–	2 346 210	–	–	2 346 210
Obrigações subordinadas	–	–	–	8 647 008	–	–	8 647 008
	536 261 399	37 961 991	1 678 238	580 545 010	22 876 095	23 476 886	1 202 799 619
Valor líquido	(13 329 556)	794 387	(8 828)	197 308 662	1 011 484	644 140	186 420 290
Em 31 de Dezembro de 2012	(15 652 249)	14 316 679	117 011	181 584 240	71 986	170 594	180 608 459

Gestão de risco financeiro continuação

do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

3. Gestão de Risco Financeiro continuação

3.4 Sensibilidade dos itens do balanço às variações da taxa de juro (MT)

Sensibilidade dos itens do balanço às variações da taxa de juro (MT)

	Até 1 mês	1 – 3 meses	3 – 12 meses	1 – 3 anos	+ de 3 anos	Sem juros	Total
Em 31 de Dezembro de 2013							
Activos							
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	3 517 999 468	3 517 999 468
Activos financeiros disponíveis para venda	-	394 014 630	1 497 099 459	817 621 785	1 005 193 530	-	3 713 929 404
Activos negociáveis	-	201 704 660	942 289 253	-	275 771 502	-	1 419 765 415
Empréstimos e adiantamentos a bancos	1 612 104 030	4 777 523 726	2 966 667 101	-	-	4 820 806 948	14 177 101 805
Empréstimos e adiantamentos a clientes	8 064 954 487	508 779 879	914 496 196	2 638 927 385	6 617 350 948	176 640 465	18 921 149 360
Investimentos	-	-	-	-	-	1 123 806	1 123 806
Activos derivados	-	-	-	-	-	1 656 577	1 656 577
Activos do fundo de pensões	-	-	-	-	-	35 009 000	35 009 000
	9 677 058 517	5 882 022 895	6 320 552 009	3 456 549 170	7 898 315 980	8 553 236 264	41 787 734 835
Passivos							
Depósitos de clientes	14 761 561 453	1 033 804 744	640 192 783	-	-	19 281 053 507	35 716 612 487
Passivo por imposto corrente	-	-	-	-	-	132 924 061	132 924 061
Obrigações com benefícios de saúde pós-reforma	-	-	-	-	-	70 574 000	70 574 000
Obrigações subordinadas	-	-	-	-	260 000 000	102 014	260 102 014
	14 761 561 453	1 033 804 744	640 192 783	-	260 000 000	19 484 653 582	36 180 212 562
Diferencial de sensibilidade do balanço às taxas de juro	(5 084 502 936)	4 848 218 151	5 680 359 226	3 456 549 170	7 638 315 980	(10 931 417 318)	5 607 522 273
Em 31 de Dezembro de 2012	(4 528 890 867)	2 222 247 169	9 374 978 966	4 019 996 210	5 387 907 991	(11 897 356 960)	5 358 669 509

Sensibilidade dos itens do balanço às variações da taxa de juros (USD)

	Até 1 mês	1 – 3 meses	3 – 12 meses	1 – 3 anos	+ de 3 anos	Sem juros	Total
Em 31 de Dezembro de 2013							
Activos							
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	116 954 770	116 954 770
Activos financeiros disponíveis para venda	-	13 098 891	49 770 594	27 181 575	33 417 338	-	123 468 398
Activos negociáveis	-	6 705 607	31 326 106	-	9 167 935	-	47 199 648
Empréstimos e adiantamentos a bancos	53 593 884	158 827 252	98 625 901	-	-	160 266 188	471 313 225
Empréstimos e adiantamentos a clientes	268 116 838	16 914 225	30 402 134	87 730 299	219 991 720	5 872 356	629 027 572
Investimentos	-	-	-	-	-	37 361	37 361
Activos derivados	-	-	-	-	-	55 072	55 072
Activos do fundo de pensões	-	-	-	-	-	1 163 863	1 163 863
	321 710 722	195 545 975	210 124 735	114 911 874	262 576 993	284 349 610	1 389 219 909
Passivos							
Depósitos de clientes	490 743 399	34 368 509	21 283 005	-	-	640 992 470	1 187 387 383
Passivo por imposto corrente	-	-	-	-	-	4 419 019	4 419 018
Obrigações com benefícios de saúde pós-reforma	-	-	-	-	-	2 346 210	2 346 210
Obrigações subordinadas	-	-	-	-	8 643 617	3 391	8 647 008
	490 743 399	34 368 509	21 283 005	-	8 643 617	647 761 090	1 202 799 620
Diferencial de sensibilidade do balanço às taxas de juro	(169 032 677)	161 177 466	188 841 730	114 911 874	253 933 376	(363 411 480)	186 420 290
Em 31 de Dezembro de 2012	(152 231 626)	74 697 384	315 125 343	135 125 923	181 106 151	373 699 831)	180 123 345

Gestão de risco financeiro continuação

do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

3. Gestão de Risco Financeiro continuação

3.5 Risco de Maturidade

Maturidade dos activos e passivos (MT)

Em 31 de Dezembro de 2013	Até 1 mês	1 – 3 meses	3 – 12 meses	1 – 3 anos	+ de 3 anos	Sem juros	Total
Activos							
Caixa e depósitos no Banco Central	3 517 999 468	–	–	–	–	–	3 517 999 468
Activos financeiros disponíveis para venda	–	394 014 630	1 497 099 459	817 621 785	1 005 193 530	–	3 713 929 404
Activos negociáveis	–	201 704 660	942 289 253	–	275 771 501	–	1 419 765 414
Empréstimos e adiantamentos a bancos	6 432 910 978	4 777 523 726	2 966 667 101	–	–	–	14 177 101 805
Empréstimos e adiantamentos a clientes	8 064 954 487	514 133 108	924 118 251	2 666 693 386	6 686 976 727	64 273 401	18 921 149 360
Investimentos	–	–	–	–	–	1 123 806	1 123 806
Activos derivados	1 656 577	–	–	–	–	–	1 656 577
Activos do fundo de pensões	–	–	–	–	–	35 009 000	35 009 000
	18 017 521 510	5 887 376 124	6 330 174 064	3 484 315 171	7 967 941 758	100 406 207	41 787 734 834
Passivos							
Depósitos de clientes	34 042 614 960	1 033 804 744	640 192 783	–	–	–	35 716 612 487
Passivo por imposto corrente	–	–	132 924 061	–	–	–	132 924 061
Obrigações com benefícios de saúde pós-reforma	–	–	–	–	–	70 574 000	70 574 000
Obrigações subordinadas	–	102 014	–	–	260 000 000	–	260 102 014
	34 042 614 960	1 033 906 758	773 116 844	–	260 000 000	70 574 000	36 180 212 562
Diferencial de maturidade do balanço	(16 025 093 450)	4 853 469 366	5 557 057 220	3 484 315 171	7 707 941 758	29 832 207	5 607 522 272
Em 31 de Dezembro de 2012	(15 732 367 564)	2 228 515 618	9 382 453 671	4 036 230 561	5 425 867 114	17 970 109	5 358 669 509

Maturidade dos activos e passivos (USD)

em 31 de Dezembro de 2013	Até 1 mês	1 – 3 meses	3 – 12 meses	1 – 3 anos	+ de 3 anos	Sem juros	Total
Activos							
Caixa e depósitos no Banco Central	116 954 770	–	–	–	–	–	116 954 770
Activos financeiros disponíveis para venda	–	13 098 891	49 770 594	27 181 575	33 417 388	–	123 468 448
Activos negociáveis	–	6 705 607	31 326 106	–	9 167 936	–	47 199 649
Empréstimos e adiantamentos a bancos	213 860 072	158 827 252	98 625 901	–	–	–	471 313 225
Empréstimos e adiantamentos a clientes	268 116 838	17 092 191	30 722 016	88 653 371	222 306 407	2 136 749	629 027 572
Investimentos	–	–	–	–	–	37 361	37 361
Activos derivados	55 072	–	–	–	–	–	55 072
Activos do fundo de pensões	–	–	–	–	–	1 163 863	1 163 863
	598 986 752	195 723 941	210 444 617	115 834 946	264 891 731	3 337 973	1 389 219 960
Passivos							
Depósitos de clientes	1 131 735 870	34 368 509	21 283 005	–	–	–	1 187 387 384
Passivo por imposto corrente	–	–	4 419 018	–	–	–	4 419 018
Obrigações com benefícios de saúde pós-reforma	–	–	–	–	–	2 346 210	2 346 210
Obrigações subordinadas	–	3 391	–	–	8 643 617	–	8 647 008
	1 131 735 870	34 371 900	25 702 023	–	8 643 617	2 346 210	1 202 799 620
Diferencial de maturidade do balanço	(532 749 118)	161 352 041	184 743 594	115 834 946	256 248 064	991 763	186 420 340
Em 31 de Dezembro de 2012	(528 819 078)	74 908 087	315 376 594	135 671 615	182 382 088	604 037	180 123 345

Gestão de risco financeiro continuação

do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

3. Gestão de Risco Financeiro continuação

3.6 Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco que o banco irá ter dificuldade em cumprir as suas obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados mediante a entrega de dinheiro ou outro activo financeiro.

3.6.1 Processo de gestão do risco de liquidez

O processo de gestão de liquidez do Banco é levado a cabo no Banco e monitorado por uma equipa separada na Sala de Mercados do Banco e comporta o seguinte:

- Financiamento do dia a dia, gerido pela monitoria dos fluxos de caixa futuros, por forma a assegurar que as exigências possam ser atendidas. Nisto se inclui a reposição de fundos conforme os mesmos forem sendo vencidos ou emprestados pelos clientes. O Banco mantém uma presença activa nos mercados monetários globais para permitir que isto aconteça;
- Manter uma carteira de activos altamente negociáveis que possam ser facilmente liquidados como protecção contra qualquer interrupção imprevista no fluxo de caixa;
- Monitorar os rácios de liquidez do balanço, por confrontação das exigências internas e reguladoras; e
- Gerir a concentração e o perfil das maturidades das dívidas.

O acompanhamento e a apresentação de relatórios assumem a forma de mensuração do fluxo de caixa e de projecções para o dia, semana e meses seguintes, respectivamente, uma vez que os mesmos constituem os períodos-chave de gestão da liquidez. O ponto de partida dessas projecções é uma análise da maturidade contratual dos passivos financeiros e a data de cobrança esperada dos activos financeiros (ver nota 3.5).

A Sala de Mercados do Banco também controla os activos de médio prazo não correspondentes, o nível e o tipo de cometimentos de empréstimos não utilizados, a utilização de descobertos bancários e o impacto das exigibilidades contingentes, tais como, cartas de crédito e garantias.

3.6.2 Abordagem de financiamento

As fontes de liquidez são periodicamente revistas por uma equipa que não actue na Sala de Mercados do Banco, por forma a manter uma grande diversificação por moedas, por sector geográfico, por provedor, por produto e por prazo.

3.6.3 Fluxos de caixa derivados

Os derivados do Banco, que serão liquidados com base no seu valor bruto incluem contratos cambiais a prazo derivados. No quadro abaixo são analisados os instrumentos financeiros derivados do Banco, a serem liquidados numa base bruta em grupos de maturidade baseados no período remanescente à data de relato da maturidade contratual. Os montantes divulgados no quadro representam fluxos de caixa contratuais não-descontados.

Exposição ao risco de liquidez

A principal medida utilizada pelo banco para gerir o risco de liquidez é o rácio dos activos líquidos para depósitos de clientes. Para este efeito, os activos líquidos são considerados como incluindo valores monetários e fundos de curto prazo e títulos de dívida de grau de investimento para o qual existe um mercado activo e liquidez de mercado, menos todos os depósitos de bancos, títulos de dívida, outros empréstimos e compromissos com vencimento no mês seguinte. Um cálculo semelhante, mas não idêntico, é utilizado para mensurar a conformidade do banco com o limite de liquidez estabelecido pelo seu regulador, o Banco de Moçambique. Detalhes do rácio reportado dos activos líquidos do banco para depósitos de clientes, à data do relato e durante o período de relato foram os seguintes:

Gestão de risco financeiro continuação

do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

3. Gestão de Risco Financeiro continuação

3.6 Risco de liquidez continuação

3.6.3 Fluxos de caixa derivados continuação

	Nota	Quantia escriturada MT	Entrada (saída) nominal bruta MT	Menos de 1 mês MT	1 a 3 meses MT	3 meses a 1 ano MT	0 – 5 anos MT	Mais de 5 anos MT
31 de Dezembro de 2013								
Passivos não derivados		1 307 154 628	1 307 154 628	1 307 154 628	–	–	–	–
Depósitos de bancos	23	154 307 238	154 307 238	154 307 238	–	–	–	–
Depósitos de clientes	23	35 562 305 250	35 562 305 250	33 903 816 833	1 024 226 837	634 261 579	–	–
Obrigações subordinados	25	260 102 014	260 102 014	–	102 014	–	–	260 000 000
		37 283 869 130	37 283 869 130	35 365 278 699	1 024 328 851	634 261 579	–	260 000 000
31 de Dezembro de 2012								
Passivos não derivados		812 477 600	812 477 600	812 477 600	–	–	–	–
Passivos derivados		14 432 153	14 432 153	14 432 153	–	–	–	–
Passivos negociáveis	24	10 937 360	10 937 360	10 937 360	–	–	–	–
Depósitos de bancos	23	76 594 708	76 594 708	76 594 708	–	–	–	–
Depósitos de clientes	23	35 041 968 317	35 041 968 317	32 967 992 880	893 603 779	1 180 371 658	–	–
Obrigações subordinados	25	260 087 569	260 087 569	–	87 569	–	–	260 000 000
		36 216 497 707	36 216 497 707	33 882 434 701	893 691 348	1 180 371 658	–	260 000 000
Passivos negociáveis								
Negociáveis:	24							
Entrada		10 937 360	10 937 360	10 937 360	–	–	–	–
Saída		–	–	–	–	–	–	–
		10 937 360	10 937 360	10 937 360	–	–	–	–
	Nota	Quantia escriturada USD	Entrada (saída) nominal bruta USD	Menos de 1 mês USD	1 a 3 meses USD	3 meses a 1 ano USD	0 – 5 anos USD	Mais de 5 anos USD
31 de Dezembro de 2013								
Passivos não derivados		43 455 940	43 455 940	43 455 940	–	–	–	–
Passivos derivados		–	–	–	–	–	–	–
Passivos negociáveis	24	–	–	–	–	–	–	–
Depósitos de bancos	23	5 129 895	5 129 895	5 129 895	–	–	–	–
Depósitos de clientes	23	1 182 257 488	1 182 257 488	1 127 121 570	34 050 094	21 085 824	–	–
Obrigações subordinados	25	8 647 008	8 647 008	–	3 391	–	–	8 643 617
		1 239 490 331	1 239 490 331	1 175 707 405	34 053 485	21 085 824	–	8 643 617
31 de Dezembro de 2012								
Passivos não derivados		26 211 094	26 211 094	26 211 094	–	–	–	–
Passivos derivados		485 114	485 114	485 114	–	–	–	–
Passivos negociáveis	24	367 642	367 642	367 642	–	–	–	–
Depósitos de bancos	23	2 574 612	2 574 612	2 574 612	–	–	–	–
Depósitos de clientes	23	1 177 881 288	1 177 881 288	1 108 167 828	30 037 102	39 676 358	–	–
Obrigações subordinados	25	8 742 439	8 742 439	–	2 944	–	–	8 739 496
		1 216 262 189	1 216 262 189	1 137 806 290	30 040 046	39 676 358	–	8 739 496
Passivos negociáveis								
Negociáveis:	24							
Entrada		367 642	367 642	367 642	–	–	–	–
Saída		–	–	–	–	–	–	–
		367 642	367 642	367 642	–	–	–	–

Gestão de risco financeiro continuação

do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

3. Gestão de Risco Financeiro continuação

3.6 Risco de liquidez continuação

3.6.3 Fluxos de caixa derivados continuação

(a) Derivados liquidados numa base líquida mantidos para negociação

	Justo valor dos activos 2013 MT	Contracto/ Valor especulativo 2013 MT	1 ano 2013 MT	1 – 5 anos 2013 MT	Mais de 5 anos 2013 MT
Activos/passivos derivados Derivados de contratos cambiais a prazo	1 656 577	28 825 030	1 656 577	–	–
31 de Dezembro de 2013	1 656 577	28 825 030	1 656 577	–	–
31 de Dezembro de 2012	(14 432 153)	53 277 950	(14 432 153)	–	–
	usto valor dos activos 2013 USD	Contracto/ Valor especulativo 2013 USD	1 ano 2013 USD	1 – 5 anos 2013 USD	Mais de 5 anos 2013 USD
Derivados de contractos cambiais a prazo	55 072	958 279	55 072	–	–
31 de Dezembro de 2013	55 072	958 279	55 072	–	–
31 de Dezembro de 2012	(485 114)	1 790 855	(485 114)	–	–

3.6.4 Rubricas extra patrimoniais

	2013 MT	2012 MT	2013 USD	2012 USD
O Banco tinha as seguintes rubricas extra patrimoniais em 31 de Dezembro:				
Garantias	6 127 491 976	5 352 312 000	203 706 515	179 909 647
Cartas de crédito	503 598 670	762 093 000	16 741 977	25 616 571
	6 631 090 646	6 114 405 000	220 448 492	205 526 218

3.7 Risco operacional

O risco operacional é o risco do Banco incorrer em perdas financeiras potenciais causadas pelos seus funcionários, por especificidades contratuais e documentação, tecnologias, falhas das infra-estruturas e desastres, projectos, influências externas e relações comerciais. O risco operacional inclui o risco legal, excluindo os riscos de reputação, estratégicos e de negócio. O risco operacional pode aparecer de processos, pessoas, sistemas e acontecimentos externos.

O risco operacional pode-se dividir por eventos de frequência elevada/severidade baixa que podem ocorrer de forma regular mas que expõem o Banco a um reduzido nível de perdas; e eventos de baixa frequência/alta severidade, que constituem eventos que são normalmente raros, mas que a sucederem podem acarretar perdas significativas para o Banco.

O Banco esforça-se por reduzir estes riscos através da manutenção de uma estrutura de governação corporativa e de sistemas de controlo interno fortes, complementadas por um sistema de valor saudável. A gestão é responsável pela introdução e manutenção de processos e procedimentos operacionais eficientes, encontrando-se estes documentados em diversos manuais, os quais são objecto de revisão periódica, por forma a contemplar alguma necessidade de alteração. O departamento de Auditoria Interna revê a eficácia dos controlos e procedimentos internos, recomendando melhorias à gestão, sempre que tal seja aplicável.

3.8 Risco de solvência

O Capital e as reservas sem imparidade são evidência do compromisso dos accionistas em garantir a continuidade das operações e a solvência do Banco. O risco de solvência é medido pelo rácio de solvabilidade, que requer que o capital seja mantido em as classificações de activos ponderados pelo risco. O Banco e os seus accionistas estão comprometidos em deter capital suficiente para manter o rácio de solvabilidade acima do mínimo de 8% exigido pelo Banco de Moçambique. O rácio de solvabilidade do Banco em 31 de Dezembro de 2013 era de 13.29% (2012: 17.69%).

3. Gestão de Risco Financeiro continuação

3.9 Gestão de capital

Os objectivos do Banco relativamente à gestão do capital, num conceito mais amplo da situação líquida reflectida ao nível do balanço, são:

- ▶ Cumprir com os requisitos de capital exigidos pelo Banco de Moçambique, a instituição reguladora do sector de actividade em que o Banco opera;
- ▶ Salvaguardar a capacidade do Banco em termos de continuidade das suas operações, no sentido de que o mesmo possa continuar a gerar resultados para os seus accionistas e benefícios para as restantes partes interessadas; e
- ▶ Manter uma estrutura de capital forte que possa servir de suporte ao desenvolvimento das suas actividades.

A adequação do rácio de solvabilidade e a manutenção para efeitos reguladores são monitorados regularmente pela gestão do Banco, utilizando técnicas baseadas nas instruções recebidas do Banco de Moçambique para efeitos de supervisão. A informação requerida é partilhada com o Banco de Moçambique numa base mensal. O Banco de Moçambique exige que cada banco ou Grupo financeiro:

- (a) mantenha um valor mínimo de capital para efeitos de regulação no valor de 70 000 000 Meticais; e
- (b) mantenha um rácio do total do capital regulamentar para o activo ponderado por risco (o rácio de solvabilidade) igual ou superior ao mínimo de 8%.

O capital regulamentar do Banco é gerido pelo Departamento de Gestão de Risco e divide-se em duas categorias:

- ▶ **Categoria I:** Capital social (líquido dos saldos de todas acções próprias detidas), interesses minoritários resultantes da consolidação dos interesses no capital social permanente, lucros acumulados e reservas criadas por apropriação dos lucros acumulados. O saldo do trespasse é deduzido, de acordo com o capital de risco I; e
- ▶ **Categoria II:** capital de crédito subordinado que qualifica, provisões para imparidades colectivas e ganhos não realizados resultantes do justo valor dos instrumentos de capital mantidos como disponíveis-para venda.

Os investimentos nas associadas são deduzidos do capital de risco I e II para estar em concordância com o capital regulamentador.

O risco ponderado dos activos é mensurado de acordo com uma classificação hierárquica de cinco níveis de ponderação, classificados de acordo com a natureza de – e reflectindo uma estimativa do crédito, mercado e outros riscos associados – de cada activo e de cada contraparte, tomando ainda em consideração qualquer garantia ou colateral elegível. Tratamento idêntico é adoptado para as contas extrapatrimoniais, com ligeiros ajustamentos, por forma a reflectirem as perdas potenciais face à natureza da contingência. O quadro abaixo resume a composição do capital regulamentar e os rácios do Banco. Durante esses dois anos, o Banco cumpriu integralmente todos os requisitos, em termos de capital, que lhe são impostos do exterior e a que se encontra sujeito.

	2013 MT	2012 MT
Capital que qualifica		
Categoria I	3 418 022 000	3 909 232 000
Categoria II	260 000 000	260 000 000
Capital regulamentar	3 678 022 000	4 169 232 000
Activo ponderado por risco	27 673 297 000	23 567 160 000
Rácio de solvabilidade	13.29%	17.69%

Uso de estimativas e julgamentos

do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

4. Principais estimativas e julgamentos

O Comité de Auditoria aprova a aplicação de políticas contabilísticas e estimativas significativas desenvolvidas pela administração em consulta com o Grupo. Essas políticas contabilísticas e estimativas são divulgadas nestas demonstrações financeiras.

As divulgações que se seguem suplementam os comentários a respeito da gestão do risco financeiro apresentados na Nota 3 acima.

Principais fontes de incertezas de estimação

Provisão para perdas por imparidade

Os activos contabilizados ao custo amortizado são avaliados em termos de imparidade de acordo e tendo por base a política contabilística descrita na Nota 2.2 (h).

A imparidade é relacionada com uma contraparte específica e toma como base a melhor estimativa da Administração acerca do valor actual dos fluxos de caixa esperados. Ao estimar estes fluxos de caixa, a Administração faz um julgamento da situação financeira da contraparte e do valor líquido realizável de qualquer garantia subjacente. Cada activo sujeito a imparidade é avaliado quanto ao seu mérito e a estratégia e estimativa dos fluxos de caixa considerados recuperáveis que são independentemente aprovados pela função de risco de crédito.

A imparidade é colectivamente avaliada tendo em conta as perdas de crédito inerentes nas carteiras com características económicas semelhantes, quando há uma evidência objectiva a sugerir que as mesmas contêm perdas, mas cujos valores não podem ser identificados. Na avaliação da necessidade de imparidade colectiva para cobrir os prejuízos resultantes de empréstimos, a Administração considera factores, tais como, a qualidade do crédito, o tamanho da carteira, as concentrações e os factores económicos. Para estimar a imparidade necessária, pressupostos são feitos para definir a forma como as perdas inerentes são modeladas e para determinar os parâmetros de input requeridos, baseados na experiência histórica e nas condições económicas actuais. A exactidão das provisões depende de quão adequadas são as estimativas dos fluxos de caixa futuros para as provisões de uma contraparte específica e os pressupostos do modelo e parâmetros usados na determinação de imparidades colectivas.

Determinação do justo valor

A determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros, para os quais não exista preço de mercado disponível, requer a utilização de técnicas de avaliação, cuja base se encontra descrita na política contabilística definida na Nota 2.2 (h). Relativamente aos instrumentos financeiros que não sejam objecto de negociação frequente e cujo preço de mercado se apresente como pouco transparente, a determinação do justo valor é menos objectiva, requerendo graus de julgamento variáveis, dependendo da liquidez, concentração, incerteza quanto aos valores de mercado, pressupostos de fixação de preços e de outros riscos que afectam os instrumentos específicos.

Principais julgamentos contabilísticos na aplicação das políticas contabilísticas do banco

Os principais julgamentos contabilísticos na aplicação das políticas contabilísticas do Banco, incluem:

Valorização dos instrumentos financeiros

O Banco mensura o justo valor usando a seguinte hierarquia de justo valor, que reflecte a importância dos “inputs” utilizados na sua mensuração:

Nível 1: Preço de mercado cotado (não ajustado) num mercado activo para um instrumento idêntico;

Nível 2: Técnicas de valoração baseadas em dados observáveis, quer directamente (ou seja, como os preços) ou indirectamente (ou seja, derivada de preços). Esta categoria inclui instrumentos valorizados com utilização de: preços de mercado cotados em mercados activos para instrumentos similares; preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados considerados menos activos, ou outras técnicas de avaliação em que todos os inputs sejam directa ou indirectamente observáveis a partir de dados do mercado;

Nível 3: Técnicas de valoração utilizando inputs não observáveis significativos. Esta categoria inclui todos os instrumentos em que a técnica de avaliação inclui “inputs” não baseados em dados observáveis e os “inputs” não observáveis têm um efeito significativo na avaliação do instrumento. Esta categoria inclui instrumentos que são avaliados com base em cotações de instrumentos similares, sempre que houver necessidade de ajustamentos não-observáveis significativos ou de pressupostos para reflectir as diferenças entre os instrumentos.

O justo valor dos activos e passivos financeiros que sejam negociados nos mercados activos são baseados em preços de mercado cotados ou cotações de preços do revendedor. Para todos os outros instrumentos financeiros, o Banco determina os valores de mercado utilizando técnicas de avaliação.

As técnicas de valoração incluem o valor actual líquido e modelos de fluxo de caixa descontado e outros modelos de avaliação. Pressupostos e “inputs” utilizados em técnicas de avaliação incluem as taxas de juro nulo e de referência, os “spreads” de crédito e outros prémios utilizados para estimar taxas de desconto, preços de obrigações e Bilhetes do Tesouro e taxas de câmbio. O objectivo das técnicas de avaliação é chegar a uma determinação do justo valor que reflecte o preço do instrumento financeiro na data de relato, a qual teria sido determinada pelos participantes no mercado actuando numa base comercial.

O Banco utiliza modelos de avaliação amplamente reconhecidos para determinar o justo valor de instrumentos financeiros comuns e mais simples, como taxas de juro e permutas de moeda que utilizam apenas dados de mercado observáveis e exigem pouco julgamento e estimativa da administração. Normalmente, o mercado dispõe de preços observáveis e “inputs” do modelo para derivados transaccionados em bolsa e derivados simples negociáveis tais como, permutas de taxas de juro. A disponibilidade de preços de mercado observáveis e “inputs” do modelo reduz a necessidade do julgamento e estimativa da gerência, reduzindo, também, a incerteza associada à determinação dos justos valores. A disponibilidade de preços de mercado observáveis e de “inputs” varia, dependendo dos produtos e dos mercados, sendo propensa às bases das mudanças em eventos específicos e às condições gerais dos mercados financeiros.

Informação do justo valor

Empréstimos e adiantamentos a clientes

Na opinião da Administração, não é praticável determinar o justo valor dos empréstimos e adiantamentos devido ao facto do sistema não o suportar e de não haver um sistema de avaliação de crédito externo para avaliar de forma independente o risco de crédito individual, de modo a determinar as taxas de desconto adequadas a serem usadas.

As características da carteira de empréstimos e adiantamentos são, contudo, apresentadas na Nota 15 e a gestão acredita que a quantia escriturada dos empréstimos se aproxima do seu justo valor devido ao facto de que:

(a) Mais de 44% dos empréstimos vencerem dentro de 1 ano.

(b) Imparidades prudentes e adequadas foram reconhecidas, numa base individual e de carteira, na determinação da quantia escriturada dos empréstimos e adiantamentos.

Depósitos de bancos e clientes

Para os depósitos à ordem e depósitos sem maturidades definidas, o justo valor é assumido como sendo o valor pagável à ordem à data do relato.

A tabela a seguir analisa os instrumentos financeiros avaliados pelo justo valor no fim do período de relato, por níveis de hierarquia do justo valor em que a mensuração do mesmo é categorizada.

	Nota	2013 Nível 2 MT	2012 Nível MT	2013 Nível 3 USD	2012 Nível USD
31 de Dezembro de 2013					
Activos negociáveis	14.2	1 419 765 415	2 047 905 172	47 199 648	68 837 149
Activos derivados	14.1	1 656 577	–	55 072	–
Empréstimos e adiantamentos a clientes		18 921 149 360	14 932 385 782	629 027 572	501 928 934
Activos financeiros disponíveis para venda	13	3 713 929 404	5 990 988 033	123 468 398	201 377 749
		24 056 500 756	22 971 278 987	799 750 690	772 143 832
Passivos negociáveis	24	–	10 937 360	–	367 642
Passivos derivados detidos para gestão de risco		–	14 432 153	–	485 114
		–	25 369 513	–	852 756

Classificação de activos e passivos financeiros

As políticas contabilísticas do Banco fornecem o âmbito dos activos e passivos a serem designados no início em categorias contabilísticas diferentes, de acordo com as circunstâncias.

Na classificação dos activos ou passivos financeiros como “detido para negociação” o Banco determinou que os mesmos satisfazem a descrição dos activos e passivos para negociação estabelecidos na política contabilística expressa na Nota 2.2 (h).

Ao se designarem os activos e passivos financeiros pelo justo valor através de lucros ou prejuízos, o Banco determina que os mesmos satisfazem um dos critérios para esta designação, como estabelecido na política contabilística expressa na Nota 2.2 (h).

Na classificação dos activos financeiros como detidos até à maturidade, o Banco determinou que tem a intenção positiva e a capacidade de manter os activos até à data da sua maturidade, como exigido pela política contabilística definida na Nota 2.2 (h).

Na classificação dos activos financeiros como disponíveis-para-venda, o Banco determinou que os mesmos não satisfazem outra classificação, como referido na política contabilística definida na Nota 2.2 (h).

Uso de estimativas e julgamentos continuação

do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

4. Principais estimativas e julgamentos continuação

Os quadros apresentados nas páginas seguintes resumem o detalhe em termos de classificação dos activos e passivos financeiros:

	Nota	Mantido para negociação MT	Empréstimos e contas a receber MT	Disponíveis-para-venda MT	Outro custo amortizado MT	Outros activos/passivos não financeiros MT	Total quantia escriturada MT	Justo valor MT
Em 31 de Dezembro de 2013								
Activos financeiros								
Caixa e depósitos no Banco Central	12	-	3 517 999 468	-	-	-	3 517 999 468	3 517 999 468
Activos derivados	14.1	1 656 577	-	-	-	-	1 656 577	1 656 577
Activos financeiros disponíveis-para-venda	13	-	-	3 713 929 404	-	-	3 713 929 404	3 713 929 404
Activos negociáveis	14.2	1 419 765 415	-	-	-	-	1 419 765 415	1 419 765 415
Empréstimos e adiantamentos a bancos	15.1	-	14 177 101 805	-	-	-	14 177 101 805	14 177 101 895
Empréstimos e adiantamentos a clientes	15.2	-	18 921 149 360	-	-	-	18 921 149 360	18 921 149 360
Investimentos financeiros	16	-	-	-	-	1 123 806	1 123 806	1 123 806
Outros activos	18	-	-	-	-	419 549 153	419 549 153	419 549 153
Activos do fundo de pensões	26	-	-	-	-	35 009 000	35 009 000	35 009 000
		1 421 421 992	36 616 250 633	3 713 929 404	-	455 681 959	42 207 283 988	42 207 383 988
Passivos financeiros								
Depósitos de clientes	23	-	-	-	35 716 612 487	-	35 716 612 487	35 716 612 487
Outros passivos	30	-	-	-	409 650 000	704 239 966	1 113 889 966	1 113 889 966
Obrigações com benefícios de saúde pós-reforma	27	-	-	-	-	70 574 000	70 574 000	70 574 000
Obrigações subordinadas	25	-	-	-	260 102 014	-	260 102 014	260 102 014
		-	-	-	36 386 364 501	774 813 966	37 161 178 467	37 161 178 467
Em 31 de Dezembro de 2012								
Activos financeiros								
Caixa e depósitos no Banco Central	12	-	3 694 858 601	-	-	-	3 694 858 601	3 694 858 601
Activos derivados	14	-	-	5 990 988 033	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis-para-venda	13	-	-	-	-	-	5 990 988 033	5 990 988 033
Activos negociáveis	14.2	2 047 905 172	-	-	-	-	2 047 905 172	2 047 905 172
Empréstimos e adiantamentos a bancos	15.1	-	14 187 915 459	-	-	-	14 187 915 459	14 187 915 459
Empréstimos e adiantamentos a clientes	15.2	-	14 932 385 782	-	-	-	14 932 385 782	14 932 385 782
Investimentos financeiros	16	-	-	-	-	1 123 806	1 123 806	1 123 806
Outros activos	18	-	-	-	-	253 866 643	253 866 643	253 866 643
Activos do fundo de pensões	27	-	-	-	-	39 191 000	39 191 000	39 191 000
		2 047 905 172	32 815 159 842	5 990 988 033	-	294 181 449	41 148 234 496	41 148 234 496
Passivos financeiros								
Depósitos de clientes	23	-	-	-	35 118 563 025	-	35 118 563 025	35 118 563 025
Outros passivos	30	-	-	-	409 650 000	366 222 818	775 872 818	775 872 818
Passivos derivados	14.1	14 432 153	-	-	-	-	14 432 153	14 432 153
Passivos negociáveis	24	10 937 359	-	-	-	-	10 937 360	10 937 360
Obrigações com benefícios de saúde pós reforma	27	-	-	-	-	66 446 000	66 446 000	66 446 000
Obrigações subordinadas	25	-	-	-	260 087 569	-	260 087 569	260 087 569
		25 369 512	-	-	35 788 300 594	432 668 818	36 246 338 925	36 246 338 925

Uso de estimativas e julgamentos continuação

do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

4. Principais estimativas e julgamentos continuação

	Nota	Mantido para negocia ção USD	Empréstimos e contas a receber USD	Disponíveis-para-venda USD	Outro custo amortizado USD	Outros activos/passivos não financeiros USD	Total quantia escriturada USD	Justo valor USD
Em 31 de Dezembro de 2013								
Activos financeiros								
Caixa e depósitos no Banco Central	12	-	116 954 770	-	-	-	116 954 770	116 954 770
Activos derivados	14.1	55 072	-	-	-	-	55 072	55 072
Activos financeiros disponíveis-para-venda	13	-	-	123 468 398	-	-	123 468 398	123 468 398
Activos negociáveis	14.2	47 199 648	-	-	-	-	47 199 648	47 199 648
Empréstimos e adiantamentos a bancos	15.1	-	471 313 225	-	-	-	471 313 225	471 313 225
Empréstimos e adiantamentos a clientes	15.2	-	629 027 572	-	-	-	629 027 572	629 027 572
Investimentos financeiros	16	-	-	-	-	37 361	37 361	37 361
Outros activos	18	-	-	-	-	13 947 778	13 947 778	13 947 778
Activos do fundo de pensões	26	-	-	-	-	1 163 863	1 163 863	1 163 863
		47 254 720	1 217 295 567	123 468 398	-	15 149 002	1 403 167 687	1 403 167 687
Passivos financeiros								
Depósitos de clientes	23	-	-	-	1 187 387 383	-	1 187 387 383	1 187 387 383
Outros passivos	30	-	-	-	13 618 684	23 412 233	37 030 916	37 030 916
Obrigações com benefícios de saúde pós-reforma	27	-	-	-	-	2 346 210	2 346 210	2 346 210
Obrigações subordinadas	25	-	-	-	8 647 008	-	8 647 008	8 647 008
		-	-	-	1 209 653 075	25 758 443	1 235 411 518	1 235 411 517
Em 31 de Dezembro de 2012								
Activos financeiros								
Caixa e depósitos no Banco Central	12	-	124 196 928	-	-	-	124 196 928	124 196 928
Activos financeiros disponíveis para venda	13	-	-	201 377 749	-	-	201 377 749	201 377 749
Activos negociáveis	14.2	68 837 149	-	-	-	-	68 837 149	68 837 149
Empréstimos e adiantamentos a bancos	15.1	-	476 904 721	-	-	-	476 904 721	476 904 721
Empréstimos e adiantamentos a clientes	15.2	-	501 928 934	-	-	-	501 928 934	501 928 934
Investimentos financeiros	16	-	-	-	-	37 775	37 775	37 775
Outros activos	18	-	-	-	-	8 533 333	8 533 333	8 533 333
Activos do fundo de pensões	26	-	-	-	-	1 317 345	1 317 345	1 317 345
		68 837 149	1 103 030 583	201 377 749	-	9 888 453	1 383 133 934	1 383 133 934
Passivos financeiros								
Depósitos de clientes	23	-	-	-	1 180 455 900	-	1 180 455 900	1 180 455 900
Outros passivos	30	-	-	-	13 769 748	12 310 011	26 079 759	26 079 759
Passivo derivado	14.1	485 114	-	-	-	-	485 114	485 114
Passivos negociáveis	24	367 642	-	-	-	-	367 642	367 642
Obrigações com benefícios de saúde pós-reforma	27	-	-	-	-	2 233 479	2 233 479	2 233 479
Obrigações subordinadas	25	-	-	-	8 742 439	-	8 742 439	8 742 439
		852 756	-	-	1 202 968 087	14 543 490	1 218 364 333	1 218 364 333

Notas às demonstrações financeiras

do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

5. Margem financeira	75	21. Outras reservas	87
6. Receita líquida de honorários e comissões	75	22. Resultados acumulados	87
7. Receitas líquidas em operações financeiras	75	23. Depósitos de clientes	87
8. Custos operacionais	75	24. Passivos negociáveis	88
9. Custos com imparidade do crédito	76	25. Obrigações subordinadas	88
10. Imposto sobre o rendimento	76	26 Obrigações com benefícios pós-reforma	88 – 89
11. Ganhos por acção	76	27. Obrigações com benefícios de assistência médica pós-emprego	90
12. Caixa e saldos no Banco Central	76	28. Passivos por impostos correntes	91
13. Activos financeiros disponíveis para venda	77 – 78	29. Passivos por impostos diferidos	91
14. Derivados e Activo/passivos negociáveis	78 – 80	30. Outros passivos	91
15. Empréstimos e adiantamentos	80 – 81	31. Transacções com partes relacionadas	92
16. Investimentos financeiros	81	32. Fluxo de caixa gerado pelas operações	93
17. Propriedade e equipamento e Activos intangíveis	82 – 86	33. Variações no capital circulante	93
18. Outros activos	86	34. Reconciliação de caixa e equivalentes de caixa	93
19. Capital social	86	35. Taxas de conversão	93
20. Reserva legal	86	36. Eventos subsequentes a data de relato	93

	2013 MT	2012 MT	2013 USD	2012 USD
5. Margem financeira				
Receita de juros				
Operações do Mercado monetário	271 481 968	634 640 687	9 019 334	22 338 637
Empréstimos e adiantamentos	2 104 102 059	1 993 309 091	69 903 723	70 162 235
Títulos de investimento	196 753 496	176 985 096	6 536 661	6 229 676
	2 572 337 523	2 804 934 874	85 459 718	98 730 548
Custo com juros				
Depósitos de bancos e clientes	(195 206 640)	(420 563 452)	(6 485 270)	(14 803 360)
Depósitos do mercado monetário	–	(15 791 738)	–	(555 851)
Títulos subordinados	(12 530 652)	(22 900 124)	(416 301)	(806 059)
	(207 737 292)	(459 255 314)	(6 901 571)	(16 165 270)
Margem financeira	2 364 600 231	2 345 679 560	78 558 147	82 565 278
6. Receita líquida de honorários e comissões				
Receitas de honorários e comissões				
Pagamento e taxas de transacção	344 206 595	238 824 680	11 435 435	8 406 360
Taxas de documentação e administração	70 328 522	77 396 551	2 336 496	2 724 271
Honorários e serviços de clientes	432 795 436	362 883 799	14 378 586	12 773 101
	847 330 553	679 105 030	28 150 517	23 903 732
Custos com honorários e comissões				
Taxa de cartão de crédito	(17 657 830)	(12 093 996)	(586 639)	(425 695)
Honorários de garantias	(3 471 351)	(5 891 236)	(115 327)	(207 365)
	(21 129 181)	(17 985 232)	(701 966)	(633 060)
Receita líquida de honorários e comissões	826 201 372	661 119 798	27 448 551	23 270 672
7. Receitas líquidas em operações financeiras				
Ganhos líquidos em transacções cambiais	1 394 439 211	1 318 581 638	46 326 884	46 412 588
	1 394 439 211	1 318 581 638	46 326 884	46 412 588
8. Custos operacionais				
Custos de Administração e Gestão	856 259 585	847 523 027	28 447 163	29 831 855
Custos de locação operacional	68 612 858	56 648 705	2 279 497	1 993 971
Custos com o pessoal (nota 8.1)	1 451 062 215	1 232 754 490	48 208 047	43 391 570
Depreciação e amortização	113 207 011	102 362 874	3 761 030	3 603 058
Honorários dos Administradores	3 978 693	3 674 284	132 182	129 331
Honorários pelos serviços prestados como administradores	3 978 693	3 674 284	132 182	129 331
	2 493 120 362	2 242 963 380	82 827 919	78 949 785
8.1 Custos com o pessoal				
Salários e subsídios	1 296 400 430	1 064 745 658	43 069 782	37 477 848
Pensões de reforma	124 168 232	128 529 514	4 125 190	4 524 094
Plano de acções do grupo	3 746 198	5 722 968	124 458	201 442
Outros custos relacionados com o pessoal	26 747 355	33 756 350	888 617	1 188 186
	1 451 062 215	1 232 754 490	48 208 047	43 391 570

	2013 MT	2012 MT	2013 USD	2011 USD
9. Custos com imparidade do crédito				
Reduções				
Imparidade dos empréstimos em cumprimentos	82 520 021	34 228 571	2 741 529	1 204 807
Imparidade específica nos empréstimos em incumprimento	261 260 837	504 727 904	8 679 762	17 765 854
Recuperações e estornos	(17 441 202)	(214 098 100)	(579 442)	(7 536 012)
Imparidade líquida	326 339 656	324 858 375	10 841 849	11 434 649
10. Imposto sobre o rendimento				
Imposto corrente	512 568 399	534 112 056	17 028 851	18 800 143
Imposto diferido	5 897 769	(19 484 459)	195 939	(685 831)
Total de impostos sobre o rendimento	518 466 168	514 627 597	17 224 790	18 114 312
Reconciliação da taxa efectiva				
Lucro antes de impostos	1 764 905 341	1 758 155 006	58 634 729	61 885 076
Imposto à taxa em vigor de 32%	564 769 710	562 609 602	18 763 114	19 803 224
Ajustamentos ao imposto:				
Efeito do rendimento sujeito a taxas de imposto diferentes	(75 127 571)	(56 499 915)	(2 495 933)	(1 988 733)
Impacto dos custos não dedutíveis	28 824 029	8 517 910	957 608	299 821
Impacto dos custos não dedutíveis	518 466 168	514 627 597	17 224 789	18 114 312

11. Ganhos por acção

Ganhos por acção básicos e diluídos

Os ganhos por acção básicos e diluídos de MT 4.82 (2012: MT 4.80) baseiam-se num lucro líquido de impostos no valor de MT 1 246 439 173 (2012: MT 1 243 527 409) e são calculados com base na média ponderada das acções em emissão de 258 800 000 (2012: 258 800 000).

Número médio ponderado de acções ordinárias

	2013	2012
Número médio ponderado de acções ordinárias (básico)	258 800 000	258 800 000
Efeito de opções de acções emitidas	–	–
Número médio ponderado de acções ordinárias (diluídos)	258 800 000	258 800 000

12. Caixa e saldos no Banco Central

	2013 MT	2012 MT	2013 USD	20121 USD
SalDOS de caixa	1 250 950 030	917 912 884	41 587 435	30 854 215
Depósitos no Banco de Moçambique	2 267 049 438	2 776 945 717	75 367 335	93 342 713
	3 517 999 468	3 694 858 601	116 954 770	124 196 928

O depósito mantido no Banco de Moçambique no valor de MT 2 267 049 438 (2012: MT 2 776 945 717) serve para permitir que o Banco possa satisfazer o valor da reserva mínima de 8% do total dos depósitos, nos termos do Aviso n.º 01/GBM/2012 emitido a 26 de Abril de 2012. As reservas obrigatórias não rendem juros. Os saldos de caixa representam as notas e moedas mantidas no final do ano.

13. Activos financeiros disponíveis-para-venda

	2013 MT	2012 MT	2013 USD	2012 USD
Obrigações emitidas por empresas				
Mcel/2008 Série I	–	532 355	–	17 894
Mcel/2008 Série II	–	7 620 851	–	256 163
Banco Procredit	–	35 851 492	–	1 205 092
Obrigações Comerciais da Petromoc 2012 Série III	–	140 532 075	–	4 723 767
Obrigações Comerciais da Petromoc 2013 Série I	295 915 988	–	9 837 633	–
Empresa Moçambicana de Atum S.A. (EMATUM)	868 451 905	–	28 871 406	–
Obrigações do Governo				
Obrigações do Governo (OT/2005 Série III)	197 674 216	148 532 781	6 571 616	4 992 699
Obrigações do Governo (OT/2008)	–	32 030 800	–	1 076 666
Obrigações do Governo (OT/2009 I)	409 477 050	110 596 556	13 612 934	3 717 531
Obrigações do Governo (OT 2011)	–	285 971 621	–	9 612 491
Obrigações do Governo (OT 2012)	619 947 529	630 515 153	20 609 958	21 193 787
Obrigações do Governo (OT 2013)	136 741 573	–	4 545 930	–
Bilhetes do tesouro				
Emitido pelo Banco Central	1 185 721 143	4 598 804 349	39 418 921	154 581 659
	3 713 929 404	5 990 988 033	123 468 398	201 377 749

(Obrigações da Mcel/2008 série I)

Representam obrigações de 5 anos, emitidas para empresas privadas em 30 de Junho de 2008, com valor nominal de MT 100 cada. O valor nominal no fim do ano era de MT 100. A taxa de cupão é a taxa de juro média ponderada das 6 últimas emissões de mais de 60 dias mais à margem de 3.75%, com revisão de preço a cada três meses. O capital é reembolsável em 4 prestações semi-anuais, com um período de graça de um (1) ano. Estas obrigações foram integralmente registadas no exercício corrente.

(Obrigações da Mcel/2008 série II

Representam obrigações de 5 anos, emitidas para o público em 10 de Outubro de 2008, com valor nominal de MT 100 cada. O valor nominal no fim do ano era de MT 21.60. A taxa de cupão é a taxa de juro média ponderada das 6 últimas emissões de TBs de mais de 60 dias mais à margem de 3.75%, com revisão de preço a cada três meses. O capital é reembolsável em 4 prestações semi-anuais, com um período de graça de um (1) ano. Estas obrigações foram integralmente registadas no exercício corrente.

(BancoProcredit)

Representam as obrigações de 6 anos emitidas ao público em 17 de Junho de 2011, com valor nominal de MT 100 cada. O valor nominal no fim do ano era de MT 100. A taxa de cupão é a taxa de juro média ponderada das 3 últimas emissões da taxa de empréstimo interbancária + margem de 4%, com revisão de preço a cada três meses. O capital será reembolsado no término do período mas com opção de compra que pode ser exercida no final do quinto ano.

(Obrigações Comerciais da Petromoc 2012- Série 3)

Representam as obrigações de 1 ano emitidas para o público em 19 de Julho de 2011, com valor nominal de MT 100 cada. O valor nominal no fim do ano era de MT 100. A taxa de cupão é a taxa de juro fixa de 21% com o pagamento de juros mensal. O reembolso do capital é feito no final do vínculo contratual. A Obrigação foi reemitida em 25 de Julho de 2012, com o mesmo valor nominal de MT 100, a taxa de cupão é a Facilidade Permanente de Cedência acrescida de uma margem de 4% com o pagamento de juros mensal. O capital será reembolsado no final do período contratual. Estas obrigações foram integralmente registadas no presente exercício.

(Obrigações Comerciais da Petromoc Commercial 2013- Série 1)

Trata-se de obrigações comerciais de 1 ano emitidas ao público em 25 de Fevereiro de 2013, com um valor nominal de MT 100 cada. O valor nominal no fim do ano era de MT 100. A taxa de cupão é a taxa fixa de 12.5% com pagamento de juros mensal. O capital será reembolsado no final do período contratual.

(Empresa Moçambicana de Atum S.A.- Obrigação da EMATUM)

Trata-se de obrigações comerciais de 7 anos denominadas em USD emitidas ao público em 11 de Setembro de 2013 com um valor nominal de USD 92.051 cada. O valor nominal no fim do ano era de USD 92.051. A taxa de cupão é a taxa fixa de 6.305% com pagamento de juros semestral.

Obrigações do Governo (OT/2005 série III)

Representam as Obrigações do Tesouro de 10 anos emitidas em 22 de Novembro de 2005 com um valor nominal de MT 100 cada. O valor nominal no final do ano era de MT 67.01. A taxa de cupão é a taxa de juro média das 6 últimas emissões de Bilhetes de Tesouro de 1 ano + 0.75% recebidos a cada 6 meses.

13. Activos financeiros disponíveis-para-venda *continuação*

Obrigações do Governo (OT/2008)

Representam as Obrigações do Tesouro de 5 anos emitidas em 12 de Setembro de 2008 com um valor nominal de MT 100 cada. O valor nominal no fim do ano era de MT 100. A taxa de cupão é a taxa de juro média das 6 últimas emissões de Bilhetes de Tesouro de mais de 60 dias e 180 dias + 0.5%, sendo o juro recebido numa base semestral. Estas obrigações do Governo foram integralmente registadas no exercício corrente.

Obrigações do Governo (OT/2009)

Representam as Obrigações do Tesouro de 5 anos subscritas em 19 de Maio de 2009, com um valor nominal de MT 100 cada. O valor nominal no fim do ano era MT 100. A Obrigação rende juros, a cada 6 meses, tendo a taxa do primeiro cupão sido fixada em 12.5%. Subsequentemente, a taxa de cupão será a taxa de juro média ponderada mais alta das 6 últimas emissões dos Bilhetes do Tesouro de mais de 60 e 180 dias + 0.5%. O juro é calculado no ciclo de 360 dias, com 30 dias como o número de dias por mês. O capital será reembolsado no fim do período, em 19 de Maio de 2014.

Obrigações do Governo (OT/2012)

Representam as Obrigações do Tesouro de 3 anos subscritas em 22 de Agosto de 2012, com um valor nominal de MT 100 cada. O valor nominal no fim do ano era MT 100. A taxa de cupão é a taxa de juro média das 6 últimas emissões de Bilhetes de Tesouro de mais de 60 dias e 180 dias + 2.5% recebidos a cada 6 meses.

Obrigações do Governo (OT/2013 Série 3)

Representam as Obrigações do Tesouro de 4 anos subscritas em 19 de Setembro de 2013, com um valor nominal de MT100 cada. O valor nominal no fim do ano era MT 100. A taxa de cupão é a taxa de juro fixa de 9.875%. Os juros são recebidos a cada seis meses.

Obrigações do Governo (OT/2011)

Representam as Obrigações do Tesouro de 5 anos subscritas em 7 de Dezembro de 2011, com um valor nominal de MT 100 cada. O valor nominal no fim do ano era MT 100. A Obrigação rende juros a cada 3 meses, sendo que nos primeiros 30 meses a taxa de cupão será uma taxa fixa de 17%. Subsequente a esta data, a taxa de cupão será a taxa de empréstimo interbancária + 0.5%. O capital será reembolsado no fim do período, em 7 de Dezembro de 2016, mas com opção de compra que poderá ser exercida no fim dos primeiros 30 meses. O Banco vendeu esta obrigação no Mercado secundário no exercício corrente.

	2013 MT	2012 MT	2013 USD	2012 USD
Bilhetes do Tesouro e Obrigações				
O perfil da maturidade dos investimentos financeiros à data de relato apresenta-se como segue:				
Maturidade dentro de um mês	–	924 875 506	–	31 088 252
Maturidade entre 1 < 6 meses	1 428 527 428	1 736 017 614	47 490 938	58 353 533
Maturidade entre 6 < 12 meses	462 586 660	2 118 627 310	15 378 546	71 214 363
Maturidade superior a 12 meses	1 822 815 316	1 211 467 603	60 598 914	40 721 601
	3 713 929 404	5 990 988 033	123 468 398	201 377 749

O desconto nos Bilhetes de Tesouro varia de 2.71% a 7.2% (2012: 2.76% a 10.6%) sendo reconhecido em juros e outros proveitos similares. Até à data de relato o valor de MT 48 494 079 (2012: MT 91 833 212) não havia sido reconhecido em lucros ou prejuízos como rendimentos provenientes dos juros obtidos.

Os Bilhetes do Tesouro não têm cotação na Bolsa. Tanto as Obrigações das Empresas, como as Obrigações do Governo estão cotadas na Bolsa de Valores de Moçambique.

13.1 Mensuração subsequentes dos activos disponíveis-para-venda

Um ganho no justo valor de MT 67 957 152 (2012: perda de MT 150 396 928) resultante da reavaliação para o justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda foi directamente reconhecida no capital próprio, de acordo com a NIC 39. Taxas de desconto baseadas nos Bilhetes de Tesouro, acrescidas de uma margem de lucro contratual para obrigações de empresas e do governo e um spread de 0% para os Bilhetes de Tesouro, foram usadas na reavaliação do justo valor.

14. Derivados e Activos/passivos negociáveis

	2013 MT	2012 MT	2013 USD	2012 USD
14.1 Activos/passivos derivados				
Contratos a prazo – Activo	1 656 577	–	55 072	–
Contratos a prazo – Passivo	–	(14 432 153)	–	(485 114)

Estes são derivados de contratos cambiais a prazo. Para mais detalhes consulte a secção Gestão de Risco Financeiro (consulte a nota 3.3.3).

14. Derivados e Activos/passivos negociáveis *continuação*

14.2 Activos negociáveis

Os instrumentos negociáveis comportam os Bilhetes do Tesouro que são adquiridos com o propósito de obter ganhos a curto-prazo. Estes activos são classificados como instrumentos mantidos para negociação.

	2013 MT	2012 MT	2013 USD	2012 USD
Obrigações				
Companhia de Moçambique/2013 Série I	21 467 505	–	713 680	–
Companhia de Moçambique/2013 Série II	50 308 057	–	1 672 475	–
Obrigações do Governo (OT/2013 Série III)	203 995 939	–	6 781 780	–
Obrigações do Governo (OT/2011)	446 099 995	444 629 722	14 830 452	14 945 537
Obrigações Comerciais da Petromoc 2012 Série I	–	104 165 927	–	3 501 376
Obrigações Comerciais da Petromoc 2012 Série II	–	251 544 819	–	8 455 288
Obrigações Comerciais da Petromoc 2012 Série IV	–	250 726 966	–	8 427 797
Obrigações Comerciais da Petromoc 2012 Série V	–	155 522 581	–	5 227 650
Obrigações Comerciais da Petromoc 2012 Série IV	213 864 004	–	7 109 841	–
Obrigações Comerciais da Petromoc 2012 Série V	282 325 256	–	9 385 813	–
Investimentos a curto prazo				
Crédito interbancário	201 704 659	–	6 705 607	–
Bilhetes do Tesouro	–	841 315 157	–	28 279 501
	1 419 765 415	2 047 905 172	47 199 648	68 837 149

Até à data de relato um valor de MT nulo (2012: MT 4 908 608) não tinha sido reconhecido nos lucros ou prejuízos como proveitos financeiros nos Bilhetes do Tesouro.

Análise de maturidade dos activos negociáveis

	2013 MT	2012 MT	2013 USD	2013 USD
Maturidade entre 1 < 6 meses	861 668 658	1 197 025 903	28 645 900	40 236 165
Maturidade entre 6 < 12 meses	282 325 256	406 249 547	9 385 813	13 655 447
Maturidade superior a 12 meses	275 771 501	444 629 722	9 167 935	14 945 537
	1 419 765 415	2 047 905 172	47 199 648	68 837 149

Companhia de Moçambique 2013 – Série 1

Trata-se de obrigações comerciais de 4 anos emitidas ao público em 30 de Setembro de 2013, com um valor nominal de MT 100 cada. A obrigação remunera juros a cada 6 meses e os 2 primeiros anos têm uma taxa de cupão fixa de 13%. Posteriormente, a taxa de cupão será a taxa de juro da facilidade permanente de cedência (FPC) acrescida de 4%.

Companhia de Moçambique 2013 – Série 2

Trata-se de obrigações comerciais de 4 anos emitidas ao público em 30 de Setembro de 2013, com um valor nominal de MT 100 cada. A obrigação remunera juros a cada 6 meses e os 2 primeiros anos apresenta uma taxa de cupão fixa de 12.75%. Posteriormente, a taxa de cupão será a taxa de juro da facilidade permanente de cedência (FPC) acrescida de 4%.

Obrigações do Governo (OT/2011)

Representam as Obrigações de 5 anos emitidas em 7 de Dezembro de 2011, com o valor nominal de MT 100 cada. O valor nominal no final do ano era de MT 100. A obrigação remunera juros a cada 6 meses e os primeiros 30 meses apresentam uma taxa de cupão fixa de 17%. Posteriormente, a taxa de cupão será a taxa de crédito interbancário acrescida de 0.5%. O reembolso do capital é efectuado no final do período em 07 Dezembro de 2016, mas há uma opção de compra que pode ser exercida no final dos primeiros 30 meses.

Obrigações do Governo (OT/2013 Série 3)

Representam as Obrigações do Tesouro de 5 anos subscritas em 19 de Setembro de 2013, com o valor nominal de MT 100 cada. O valor nominal no fim do ano era de MT 100. A taxa de cupão é a taxa fixa de 9.875%. A Obrigação rende juros a cada 6 meses.

Obrigações comerciais da Petromoc 2012 - Série 1

Trata-se de obrigações comerciais de 1 ano emitidas ao público em 5 de Abril de 2012, com o valor nominal de MT 100 cada. O valor nominal no fim do ano era de MT 100. A taxa de cupão é a Facilidade Permanente de Cedência acrescida de uma margem de 4% com o pagamento de juros mensal. O capital será reembolsado no final do período contratual. O banco resgatou o capital durante o exercício.

Obrigações Comerciais da Petromoc Commercial 2012 – Série 2

Trata-se de obrigações comerciais de 1 ano emitidas ao público em 18 de Maio de 2012, com um valor nominal de 100 MT. O valor nominal no fim do ano era de MT 100. A taxa de cupão é a Facilidade Permanente de Cedência acrescida de uma margem de 4% com o pagamento de juros mensal. O capital será reembolsado no final do período contratual. O banco resgatou o capital durante o exercício.

14. Derivados e Activos/passivos negociáveis continuação

14.2 Activos negociáveis continuação

Obrigações Comerciais da Petromoc 2012 – Série 4

Trata-se de obrigações comerciais de 1 ano emitidas ao público em 26 de Outubro de 2012, com o valor nominal de MT 100 cada. O valor nominal no fim do ano era de MT 100. A taxa de cupão é a Facilidade Permanente de Cedência acrescida de uma margem de 4% com o pagamento de juros mensal. O capital será reembolsado no final do período contratual. O banco resgatou o capital durante o exercício.

Obrigações Comerciais da Petromoc 2012 – Série 5

Trata-se de obrigações comerciais de 1 ano emitidas ao público em 28 de Dezembro de 2012, com o valor nominal de 100 MT cada. O valor nominal no fim do ano era de MT 100. A taxa de cupão é a Facilidade Permanente de Cedência acrescida de uma margem de 4% com o pagamento de juros mensal. O capital será resgatado no final do período contratual. O banco reembolsou o capital durante o exercício.

Obrigações Comerciais da Petromoc 2013 – Série 4

Trata-se de obrigações comerciais de 1 ano emitidas ao público em 20 de Maio de 2013, com o valor nominal de MT 100 cada. O valor nominal no fim do ano era de MT 100. A taxa de cupão é taxa fixa de 12.5%. O capital será reembolsado no final do período contratual.

Obrigações Comerciais da Petromoc 2013 – Série 5

Trata-se de obrigações comerciais de 1 ano emitidas ao público em 28 de Junho de 2013, com o valor nominal de MT 100 cada. O valor nominal no fim do ano era de MT 100. A taxa de cupão é a Facilidade Permanente de Cedência acrescida de uma margem de 3% com o pagamento de juros mensal. O capital será reembolsado no final do período contractual.

15. Empréstimos e adiantamentos

	2013 MT	2012 MT	2013 USD	2012 USD
15.1	Empréstimos e adiantamentos a bancos			
Contas correntes de compensação	1 423 862 279	4 820 806 948	47 335 847	162 043 931
Depósitos a prazo	12 753 239 526	9 367 108 511	423 977 378	314 860 790
Total de depósitos	14 177 101 805	14 187 915 459	471 313 225	476 904 721
As maturidades dos depósitos noutros bancos apresentam-se como se segue:				
Até 1 mês	6 453 989 813	7 785 470 427	214 560 832	261 696 485
De 1 mês a 3 meses	4 764 519 832	2 166 242 321	158 394 941	72 814 868
De 3 meses a 6 meses	2 352 254 297	1 295 186 881	78 199 943	43 535 693
De 6 meses a 12 meses	606 337 863	2 941 015 830	20 157 509	98 857 675
	14 177 101 805	14 187 915 459	471 313 225	476 904 721
15.2	Empréstimos e adiantamentos a clientes			
Empréstimos a prazo				
Moeda local	8 664 841 998	6 446 258 068	288 059 907	216 680 943
Moeda estrangeira	5 481 168 348	4 790 466 854	182 219 692	161 024 096
	14 146 010 346	11 236 724 922	470 279 599	377 705 039
Descobertos bancários				
Moeda local	3 362 860 602	2 921 000 821	111 797 227	98 184 902
Moeda estrangeira	1 340 220 269	669 223 736	44 555 195	22 495 252
	4 703 080 871	3 590 234 557	156 352 422	120 680 154
Empréstimos vencidos				
Moeda local	461 180 741	344 399 236	15 331 807	11 576 445
Moeda estrangeira	44 830 599	77 767 793	1 490 379	2 614 043
	506 011 340	422 167 029	16 822 186	14 190 488
Total	19 355 102 557	15 249 126 508	643 454 207	512 575 681
Menos: provisões para imparidade				
– Imparidade da carteira	(160 437 951)	(77 917 929)	(5 333 708)	(2 619 090)
– Imparidade específica	(273 515 246)	(238 822 797)	(9 092 927)	(8 027 657)
Empréstimos e adiantamentos líquidos a clientes	18 921 149 360	14 932 385 782	629 027 572	501 928 934

15. Empréstimos e adiantamentos continuação

	2013 MT	2012 MT	2013 USD	2012 USD
15.3	Maturidade de empréstimos			
Até 1 mês	8 064 954 487	4 120 343 985	268 116 838	138 498 957
De 1 mês a 3 meses	514 133 108	946 059 855	17 092 191	31 800 333
De 3 meses a 1 ano	924 118 252	1 694 142 350	30 722 016	56 945 961
De 1 ano a 5 anos	9 345 885 370	8 066 413 289	310 700 976	271 139 942
Sem maturidade fixa	506 011 340	422 167 029	16 822 186	14 190 488
	19 355 102 557	15 249 126 508	643 454 207	512 575 681
Os empréstimos sem maturidade fixa referem-se aos empréstimos vencidos no valor de MT 506 011 340 (2012: MT 422 167 029) já devidos (consulte a nota 15.2).				
Imparidade dos empréstimos e adiantamentos				
Saldo no início do ano	316 740 726	106 353 426	10 646 747	3 894 303
Reversão da imparidade	–	(203 293 418)	–	(6 833 392)
Empréstimos anulados	(226 568 387)	(125 275 757)	(7 532 194)	(4 210 950)
Imparidade do ano				
– específica	261 260 837	504 727 904	8 679 762	17 765 854
– carteira	82 520 021	34 228 571	2 741 529	1 204 807
Reserva de conversão	–	–	(109 209)	(1 173 875)
Saldo do fim do ano	433 953 197	316 740 726	14 426 635	10 646 747
Comportando:				
Imparidade específica	273 515 246	238 822 797	9 092 927	8 027 657
Imparidade da carteira	160 437 951	77 917 929	5 333 708	2 619 090
Saldo do fim do ano	433 953 197	316 740 726	14 426 635	10 646 747
15.4	Locação financeira			
Perfil da maturidade dos activos de locação financeira a partir da data do relato:				
Activos de locação financeira brutos	1 532 869 105	1 877 391 110	50 959 744	63 105 584
Dedução dos encargos financeiros	(197 331 295)	(250 323 974)	(6 560 216)	(8 411 252)
Investimento líquido em activos de locação financeira	1 335 537 810	1 627 067 136	44 399 528	54 691 332
A receber em 1 ano	753 434 395	958 177 693	25 047 686	32 207 654
A receber depois de 1 ano e até 5 anos	779 434 710	919 213 417	25 912 058	30 897 930
	1 532 869 105	1 877 391 110	50 959 744	63 105 584
16.	Investimentos financeiros			
Investimentos de capital e outros investimentos sem rendimento fixo				
Não cotados	2 213 956	2 213 956	73 602	74 419
Prejuízos acumulados de investimentos não-cotados em Bolsa	(1 090 150)	(1 090 150)	(36 241)	(36 644)
	1 123 806	1 123 806	37 361	37 775
16.1	Incluem-se nos investimentos não cotados na Bolsa de Valores, os seguintes:			
a. Obrigações	2 500	2 500	83	84
b. Participação no capital social:				
– Parque Industrial da Matola (PIM)	1 121 306	1 121 306	37 277	37 691
– Interbancos SA	1 090 150	1 090 150	36 242	36 644
	2 213 956	2 213 956	73 602	74 419
16.2	Interbancos SA			
O investimento na Interbancos SA representa uma participação de 17% no capital social da associada (16% de forma directa e 1% de forma indirecta).				
A parcela de prejuízos acumulados que compete ao Banco após aquisição da Interbancos, SA foi limitada ao valor do investimento de MT 1 090 150. A administração do Banco não dispõe de informação suficiente que lhe permita justificar uma anulação dos prejuízos reconhecidos.				

17. Propriedade e equipamento e Activos intangíveis

17.1 Propriedade e equipamento

	Edifícios MT	Equipamento MT	Veículos MT	Mobiliário e acessórios MT	Obras em curso MT	Total MT
Em 31 de Dezembro de 2013						
Saldo de abertura	496 342 618	197 293 542	23 605 719	110 454 933	413 411 258	1 241 108 070
Adições	61 989 648	66 052 100	10 926 497	20 401 566	551 193 857	710 563 668
Transferências	356 064	30 089 759	–	2 975 584	(33 421 407)	–
Abates	–	(681 482)	(120 417)	(73 557)	–	(875 455)
Depreciação	(6 242 017)	(76 538 501)	(11 889 858)	(13 064 786)	–	(107 735 163)
Em 31 de Dezembro de 2013	552 446 313	216 215 418	22 521 941	120 693 740	931 183 708	1 843 061 120
Em 31 de Dezembro de 2013						
Custo/avaliação	701 736 056	664 828 306	102 451 755	212 622 565	93 183 708	2 612 822 390
Depreciação acumulada	(149 289 743)	(448 612 888)	(79 929 814)	(91 928 825)	–	(769 761 270)
Quantia escriturada em 31 de Dezembro de 2013	552 446 313	216 215 418	22 521 941	120 693 740	931 183 708	1 843 061 120
Em 31 de Dezembro de 2012						
Adições	424 266 999	203 542 238	29 184 188	80 361 226	122 421 329	859 775 980
Abates	40 335 228	26 284 462	7 375 513	26 756 305	377 817 755	478 569 263
Alienações	37 177 227	34 726 486	–	14 924 113	(86 827 826)	–
Depreciação	–	(254 873)	(1 014 754)	(30 126)	–	(1 299 753)
Depreciação	(5 436 836)	(67 004 771)	(11 939 228)	(11 556 585)	–	(95 937 420)
Em 31 de Dezembro de 2012	496 342 618	197 293 542	23 605 719	110 454 933	413 411 258	1 241 108 070
At 31 December 2012						
Custo/avaliação	639 390 344	569 367 929	91 645 674	189 318 972	413 411 258	1 903 134 177
Depreciação acumulada	(143 047 726)	(372 074 387)	(68 039 955)	(78 864 039)	–	(662 026 107)
Quantia escriturada em 31 de Dezembro de 2012	496 342 618	197 293 542	23 605 719	110 454 933	413 411 258	1 241 108 070

- Os edifícios acima referidos estão localizados numa terra pertença ao Governo de Moçambique. De acordo com a legislação moçambicana toda a terra é propriedade do Estado.
- O Banco realizou a reavaliação de todos os seus edifícios, em Novembro de 2011. A reavaliação foi realizada por avaliadores profissionais independentes, tendo resultado num excedente de reavaliação de MT 168 219 251. Este valor é inferior ao valor apurado na reavaliação anterior, que foi realizada em 2005 e teve o justo valor de MT 230 089 048. O Banco submeteu os valores reavaliados ao Ministério das Finanças para efeitos fiscais, continuando a aguardar que aquela entidade dê a sua aprovação. Assim que forem aprovados, os valores de reavaliação passarão, para efeitos fiscais, a ser tomados como a quantia escriturada dos edifícios. A gestão não vê razões para que essa aprovação não seja concedida.

17. Propriedade e equipamento e Activos intangíveis continuação

17.1 Propriedade e equipamento continuação

	Edifícios USD	Equipamento USD	Veículos USD	Outros activos fixos USD	Obras em curso USD	Total USD
Em 31 de Dezembro de 2013						
Saldo de abertura	16 683 785	6 631 717	793 469	3 712 771	13 896 176	41 717 918
Adições	2 060 826	2 195 881	363 248	678 243	18 324 264	23 622 462
Transferências	11 837	1 000 324	–	98 923	(1 111 084)	–
Abates/Reavaliação	–	(22 656)	(4 003)	(2 445)	–	(29 104)
Depreciação	(207 376)	(2 542 807)	(395 012)	(434 046)	–	(3 579 241)
Ajustamento cambial	(183 171)	(74 446)	(8 968)	(41 020)	(152 451)	(460 056)
Em 31 de Dezembro de 2013	18 365 901	7 188 013	748 734	4 012 426	30 956 905	61 271 979
Em 31 de Dezembro de 2013						
Custo/reavaliação	23 328 991	22 102 005	3 405 976	7 068 570	30 956 905	86 862 447
Depreciação acumulada	(4 963 090)	(14 913 992)	(2 657 242)	(3 056 144)	–	(25 590 468)
Quantia escriturada em 31 de Dezembro de 2013	18 365 901	7 188 013	748 734	4 012 426	30 956 905	61 271 979

	Edifícios USD	Equipamento USD	Veículos USD	Mobiliário e acessórios USD	Obras em curso USD	Total USD
Em 31 de Dezembro de 2012						
Adições	15 535 225	7 453 030	1 068 626	2 942 557	4 482 656	31 482 094
Transferências	1 355 806	883 511	247 916	899 372	12 699 756	16 086 361
Abates/Reavaliação	1 249 655	1 167 277	–	501 651	(2 918 583)	–
Depreciação	–	(8 567)	(34 109)	(1 013)	–	(43 689)
Ajustamento cambial	(191 371)	(2 358 492)	(420 247)	(406 779)	–	(3 376 889)
	(1 265 530)	(505 042)	(68 717)	(223 017)	(367 653)	(2 429 959)
Em 31 de Dezembro de 2012	16 683 785	6 631 717	793 469	3 712 771	13 896 176	41 717 918
Em 31 de Dezembro de 2012						
Custo/reavaliação	21 492 112	19 138 418	3 080 527	6 363 663	13 896 176	63 970 896
Depreciação acumulada	(4 808 327)	(12 506 701)	(2 287 058)	(2 650 892)	–	(22 252 978)
Em 31 de Dezembro de 2012	16 683 785	6 631 717	793 469	3 712 771	13 896 176	41 717 918

17. Propriedade e equipamento e Activos intangíveis continuação

	MT	USD
17.2 Activos intangíveis		
Em 31 de Dezembro de 2013		
Saldo de abertura	10 972 086	368 810
Adições	7 525 000	250 166
Amortização	(5 471 849)	(181 910)
Diferenças cambiais	–	(4 046)
Quantia escriturada no fim do ano	13 025 237	433 020
Custo	150 225 094	4 994 185
Amortização acumulada	(137 199 857)	(4 561 165)
Quantia escriturada em 31 de Dezembro de 2013	13 025 237	433 020
Em 31 de Dezembro de 2012		
Saldo de abertura	17 397 540	637 039
Amortização	(6 425 454)	(215 982)
Diferenças cambiais	–	(52 247)
Quantia escriturada no fim do ano	10 972 086	368 810
Custo	142 700 094	4 796 642
Amortização acumulada	(131 728 008)	(4 427 832)
Quantia escriturada em 31 de Dezembro de 2012	10 972 086	368 810

	2013 MT	2012 MT	2013 USD	2012 USD
18. Outros activos				
Outros devedores	83 555 974	93 947 578	2 777 792	3 157 902
Proveitos antecipados	3 079 589	3 079 888	102 380	103 526
Custos pré-pagos	41 801 810	27 119 459	1 389 688	911 578
Contas de compensação	291 111 780	129 719 718	9 677 918	4 360 327
	419 549 153	253 866 643	13 947 778	8 533 333

19. Capital social				
19.1 Autorizado				
258 800 000 acções ordinárias de MT 5 cada	1 294 000 000	1 294 000 000	54 054 195	54 054 195

19.2 Emitido e totalmente pago				
258 800 000 acções ordinárias de MT 5 cada	1 294 000 000	1 294 000 000	54 054 195	54 054 195
Todas as acções estão igualmente qualificadas para o pagamento de dividendos.				

20. Reserva legal				
No início do ano	538 776 816	352 247 705	21 842 633	15 277 018
Transferências durante o ano	186 965 876	186 529 111	6 211 491	6 565 615
	725 742 692	538 776 816	28 054 124	21 842 633

Nos termos da Legislação Moçambicana, o Banco tem de reforçar anualmente a reserva legal com uma percentagem não inferior a 15% dos seus lucros líquidos de impostos, até que a reserva atinja um valor igual ao do capital social emitido.

	2013 MT	2012 MT	2013 USD	2012 USD
21. Outras reservas				
Reserva de reavaliação (21.1)	117 332 609	117 332 609	5 396 948	5 396 948
Plano de acções do grupo	18 517 719	24 255 921	603 984	794 622
Reserva para riscos gerais de crédito (22.2)	1 886 472 838	774 779 816	63 716 071	26 782 748
Reserva de reavaliação dos activos (21.3)	(3 954 628)	(50 165 491)	96 819	(1 439 447)
Reserva cambial	–	–	(29 657 015)	(27 402 351)
Outras reservas	897 534	3 273 858	17 357	96 304
	2 019 266 072	869 476 713	40 174 164	4 228 824

21.1 A reserva de reavaliação foi criada a partir do excedente apurado na reavaliação dos edifícios do Banco, de acordo com a Nota 2.2 (j) das políticas contabilísticas. A última reavaliação teve lugar em 30 de Novembro de 2011 e foi realizada por avaliadores independentes com utilização do Valor de Mercado Livre. A reserva é transferida directamente para lucros acumulados quando o excedente é realizado na venda dos respectivos edifícios. Ver também a Nota 17.1.

21.2 A reserva para riscos gerais de crédito representa o valor pelo qual as provisões gerais exigidas, de acordo com a circular 07/GGBM/2007 do Banco de Moçambique, excederam o total da imparidade dos empréstimos em carteira, nos termos da NIC 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração (Nota 2.2 (i)).

21.3 Reserva de reavaliação dos activos disponíveis para venda
Esta reserva foi criada para representar os ganhos e perdas resultantes da reavaliação do justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda.

21.4 Regime de participação do Grupo
Estas são acções dadas a alguns membros da equipa, conforme detalhado na nota explicativa (n).

	2013 MT	2012 MT	2013 USD	2012 USD
22. Resultados acumulados				
No início do ano	3 481 564 416	2 720 252 795	127 733 775	100 465 466
Lucro do ano	1 246 439 173	1 243 527 409	41 409 939	43 770 764
Dividendos pagos	(621 763 704)	(297 079 500)	(20 670 336)	(9 985 866)
Remensuração do fundo de pensões	(74 452 000)	127 771 000	(2 473 488)	4 497 395
Transferências líquidas durante o ano	(1 291 295 432)	(312 907 288)	(42 900 018)	(11 013 984)
	2 740 492 453	3 481 564 416	103 099 872	127 733 775

23. Depósitos de clientes				
À ordem				
Em moeda local	14 099 676 493	12 232 600 591	468 739 245	411 179 852
Noutras moedas	18 136 812 264	19 145 278 273	602 952 535	643 538 765
	32 236 488 757	31 377 878 864	1 071 691 780	1 054 718 617

A prazo				
Em moeda local	2 418 078 218	2 519 819 533	80 388 239	84 699 816
Noutras moedas	1 062 045 512	1 220 864 627	35 307 364	41 037 467
	3 480 123 730	3 740 684 160	115 695 603	125 737 283
Total	35 716 612 487	35 118 563 025	1 187 387 383	1 180 455 900

Maturidade dos depósitos a prazo				
Até 1 mês	1 821 635 314	1 666 708 723	60 559 685	56 023 823
De 1 mês a 3 meses	1 024 226 837	893 603 779	34 050 094	30 037 102
De 3 meses a 1 ano	634 261 579	1 180 371 658	21 085 824	39 676 358
	3 480 123 730	3 740 684 160	115 695 603	125 737 283

	2013 MT	2012 MT	2013 USD	2012 USD
24. Passivos negociáveis	–	10 937 360	–	367 642
Os passivos negociáveis dizem respeito aos empréstimos interbancários de curto prazo que são usados para financiar os activos negociáveis. Estes são garantidos por um penhor sobre os bilhetes do tesouro com o Banco central.				
	2013 MT	2012 MT	2013 USD	2012 USD
Maturidade dos Passivos negociáveis				
Até 1 mês	–	10 937 360	–	367 642

	2013 MT	2012 MT	2013 USD	2012 USD
Obrigações	260 102 014	260 087 569	8 647 008	8 742 439
	260 102 014	260 087 569	8 647 008	8 742 439

No dia 29 de Junho de 2007, o Banco emitiu obrigações subordinadas por 10 anos com maturidade em 29 de Junho de 2017. O valor nominal é MT 260 000 000 e é composto de 2 600 000 unidades de MT 100 cada. Os juros sobre o primeiro cupão foram fixados em 16.5%. A Taxa de cupão subsequente é a taxa média ponderada das últimas 6 edições de Bilhetes do Tesouro (BTs) com maturidade em mais de 60 dias + 0,5% arredondado para o último 1/6 por cento. Os juros são pagos trimestralmente e o capital é reembolsado no prazo da maturidade. As obrigações são mensuradas pelo custo amortizado e podem ser resgatadas a partir do 5 º ano (2012). O banco não recorreu a esta opção. Os juros são pagos em 29 de Março, 29 de Junho; 29 de Setembro e 29 de Dezembro de cada ano.

26. Obrigações com benefícios pós reforma

Plano do Fundo de Pensões

Nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho celebrado pelo Banco com os seus empregados, o Banco contribui voluntariamente com um certo montante para o Fundo de Pensões de Reforma que é administrado pelos representantes do Banco e dos empregados. Em 31 de Dezembro de 2013 foi realizada uma avaliação actuarial por uma firma de Actuários independentes que indicou existir uma exigibilidade de MT 35 009 000 (2012: MTN 39 191 000). Desde 1 de Janeiro de 2005, a Administração do banco decidiu reconhecer os prejuízos actuariais registados durante a vida média de trabalho remanescente dos empregados numa base de quotas constantes. Relativamente ao ano em curso, os ganhos actuariais foram reconhecidos na demonstração de resultados compreensivos de acordo com a IAS 19: Benefícios dos Empregados que entrou em vigor a partir de 01 de Janeiro de 2013 substituindo a abordagem Corredor relativamente a anterior NIC 19: Benefícios a Empregados.

A legislação moçambicana obriga todas as empresas a contribuírem para um fundo nacional de pensões. Todavia, uma vez que a indústria dos fundos de pensões está actualmente a propor uma revisão, a indústria de serviços financeiros celebrou um acordo colectivo exigindo a criação de planos de pensão privados. Os detalhes do plano de pensões do Banco, estabelecido de acordo com os requisitos do acordo colectivo, estão estabelecidos na nota (n). Contudo, o registo e a aprovação final do plano de pensões do Banco, assim como a aprovação do acordo colectivo da indústria de serviços financeiros ainda não foram recebidos das autoridades pertinentes. Nestas circunstâncias, existe uma incerteza quanto à obrigatoriedade do Banco continuar, ou não, a contribuir para o plano do Estado. De qualquer modo, desde Janeiro de 2008 todos os novos empregados estão a ser registados no Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) e a pagar a respectiva contribuição.

	2013 MT	2012 MT	2013 USD	2012 USD
a. Pagamento de benefícios pós-emprego				
a. Demonstração da situação financeira				
	(456 874 000)	(434 140 000)	(15 188 630)	(14 592 941)
	491 883 000	473 331 000	16 352 493	15 910 286
	35 009 000	39 191 000	1 163 863	1 317 345
b. Demonstração de resultados compreensivos				
	83 000	75 000	2 757	2 640
	(7 226 000)	11 670 000	(240 066)	410 771
	28 818 000	28 818 000	957 409	1 014 361
	21 675 000	40 563 000	720 100	1 427 772

26. Obrigações com benefícios pós reforma continuação

	2013 MT	2012 MT	2013 USD	2012 USD
c. Outros rendimentos compreensivos				
	(167 450 000)	32 866 000	(5 563 123)	1 156 846
	39 679 000	41 586 000	1 318 239	1 463 780
	–	–	(252 511)	(147 139)
Montante reconhecido na demonstração de outros resultados compreensivos				
	(127 771 000)	74 452 000	(4 497 395)	2 473 488
d. Reconciliação do balanço				
	39 191 000	(134 839 000)	1 317 345	(4 937 349)
	7 143 000	(40 563 000)	237 309	(1 427 772)
	(64 418 000)	117 737 000	(2 141 556)	3 957 546
	53 093 000	96 856 000	1 765 060	3 255 664
	–	–	(14 295)	469 256
	35 009 000	39 191 000	1 163 863	1 317 345
e. Pagamento de benefícios pós-emprego				
	434 140 000	730 940 000	14 592 941	26 764 555
	83 000	75 000	2 759	2 521
	44 738 000	95 446 000	1 487 301	3 208 269
	32 866 000	(167 450 000)	1 092 620	(5 628 571)
	(54 870 000)	(47 859 000)	(1 824 136)	(1 608 706)
	(83 000)	(75 000)	(2 759)	(2 521)
	–	(176 937 000)	–	(5 947 462)
	–	–	(160 095)	(2 196 144)
	456 874 000	434 140 000	15 188 631	14 592 941
f. Plano de benefícios pós-emprego				
	473 331 000	596 101 000	15 910 286	21 827 206
	51 964 000	83 776 000	1 727 527	2 816 000
	53 093 000	96 856 000	1 765 060	3 255 664
	(83 000)	(75 000)	(2 759)	(2 521)
	(54 870 000)	(47 859 000)	(1 824 136)	(1 608 706)
	(31 552 000)	(49 713 000)	(1 048 936)	(1 671 025)
	–	(205 755 000)	–	(6 916 134)
	–	–	(174 548)	(2 510 198)
	491 883 000	473 331 000	16 352 494	15 910 286
Os activos do fundos de pensões são representados como segue:				
	742 209 651	476 362 000	24 674 523	15 836 503
	313 941 000	417 107 000	10 436 868	13 866 589
	1 056 150 651	893 469 000	35 111 391	29 703 092

	2013	2012
Os principais pressupostos actuariais à data de relato são os seguintes:		
Taxa de desconto	11,50%	11,00%
Rentabilidade esperada dos activos do plano	11,00%	11,00%
Aumentos salariais futuros	7,50%	6,50%
Aumento futuro em pensões	5,20%	6,50%
Taxa de inflação	6,50%	5,50%
Esperança média de vida dos restantes trabalhadores	6.68 anos	6.68 anos

Em 31 de Dezembro, o plano de pensões pós-reforma tinha 139 pensionistas (2012 : 137).

27. Obrigações com benefícios de assistência médica pós-emprego

O pagamento de benefícios de assistência médica pós-emprego é fornecido para um grupo fechado de membros que foram empregados pelo banco antes de 31 de Dezembro de 1990 e que recebem 75% de contribuição para o plano de subsídio de assistência médica aquando da sua reforma. As contribuições para membros individuais foram disponibilizadas pelo Standard Bank, SA. Os dependentes dos membros continuação elegíveis receberão um subsídio de contribuição para o plano de assistência médica, antes e depois da morte do membro principal. Se um membro elegível para um subsídio de reforma morre em serviço, os seus dependentes não são elegíveis para um subsídio de contribuição do plano de assistência médica. Em 31 de Dezembro de 2013, o plano comportava 85 (2012:87) membros activos.

Nos períodos anteriores, o pagamento de benefícios de assistência médica pós-emprego foi incluído noutros passivos.

	2013 MT	2012 MT	2013 USD	2012 USD
a.	Reconciliação de Activos e passivos reconhecidos na demonstração da situação financeira			
	Valor presente de obrigações financiadas	–	–	–
	Valor presente de activos do plano	–	–	–
	Valor presente de obrigações não financiadas	70 574 000	66 446 000	2 346 210
				2 233 479
	Valor presente de obrigações em excesso de activos do plano	70 574 000	66 446 000	2 346 210
				2 233 479
b.	Reconciliação de passivos líquidos reconhecidos na demonstração da situação financeira			
	Saldo inicial	66 446 000	84 503 000	2 208 976
	Juros líquidos	7 067 000	6 887 000	234 940
	Custo do serviço corrente	134 000	1 915 000	4 455
	Custo líquido anual reconhecido em lucros ou prejuízos	7 201 000	8 802 000	239 395
	Remensuração reconhecida em outros resultados compreensivos	1 098 000	(24 895 000)	36 503
	Pagamentos esperados de benefícios dos empregados	(4 171 000)	(1 964 000)	(138 664)
	Saldo final	70 574 000	66 446 000	2 346 210
				2 233 479
c.	Componentes do custo de benefícios definidos (Demonstração de resultados compreensivos)			
	Custo de juros	7 067 000	6 887 000	234 940
	Custo do serviço corrente	134 000	1 915 000	4 455
	Custo	7 201 000	8 802 000	239 395
				295 866
d.	Outros resultados compreensivos			
	Remensuração devido à alteração na política de subsídios valorizado	(4 719 000)	–	(156 882)
	Remensuração devido à correcção de política de subsídios valorizado	(6 809 000)	–	(226 363)
	Remensuração devido aos ajustamentos de experiência	6 939 000	(298 000)	230 685
	Remensuração devido à alteração dos pressupostos financeiros	5 687 000	(24 597 000)	189 063
	Total de remensuração:(Ganhos)/perdas	1 098 000	(24 895 000)	36 503
				(836 807)
e.	Contribuições de Prémios e Pagamentos de Benefícios			
	Pagamentos de Benefícios	(1 964 000)	(4 171 000)	(65 293)
	Total de fluxos de caixa	(1 964 000)	(4 171 000)	(65 293)
				(140 202)
f.	Os principais pressupostos actuariais à data de relato são os seguintes:			
	Taxa de desconto		11,50%	11,00%
	Custo de inflação de cuidados de saúde		11,00%	11,00%
	Taxa de inflação		6,50%	5,50%
			55 (mulheres)	55 (mulheres)
			e 60 (homens)	e 60 (homens)

	2013 MT	2012 MT	2013 USD	2012 USD
28.	Passivos por impostos correntes			
	Saldo em 1 de Janeiro	3 907 239	166 107 870	131 336
	Amortização do exercício			6 082 309
	Imposto sobre as sociedades com base em lucros e prejuízos (consulte a nota 9)	512 568 399	534 112 056	17 028 850
		516 475 638	700 219 926	17 160 186
				24 882 452
	Pagamentos/transferências			
	Pagamentos adiantados respeitantes ao período corrente	(383 551 577)	(696 312 687)	(12 742 577)
	Diferença cambial	–	–	1 409
				(24 509 422)
	Saldo em 31 de Dezembro	132 924 061	3 907 239	4 419 018
				131 336
29.	Passivos por impostos diferidos			
	Reserva para activos disponíveis para venda	(1 861 565)	(23 607 854)	(61 887)
	Activos negociáveis e derivados	6 986 820	1 089 052	232 274
	Reserva de reavaliação propriedade	55 215 345	55 215 345	1 835 617
		60 340 600	32 696 543	2 006 004
				1 099 043
29.1	Passivos por impostos diferidos Disponíveis para venda			
	Saldo inicial	(23 607 854)	18 922 089	(793 541)
	Movimento no Capital próprio	21 746 289	(42 529 943)	731 654
		(1 861 565)	(23 607 854)	(61 887)
				(793 541)
	Reavaliação de propriedades			
	Saldo inicial	1 089 052	26 100 021	36 607
	Demonstração de resultados compreensivos	5 897 768	(25 010 969)	195 668
		6 986 820	1 089 052	232 275
				36 606
	Reavaliação de propriedades			
	Saldo inicial	55 215 345	55 215 909	1 855 978
	Demonstração de resultados compreensivos	–	(564)	(20 362)
		55 215 345	55 215 345	1 835 616
		60 340 600	32 696 543	2 006 004
				1 099 043
30.	Outros passivos			
	Acréscimos e diferimentos	333 015 631	284 189 472	11 070 998
	Títulos a pagar	68 587 097	80 784 477	2 280 156
	Dividendos a pagar	6 862 201	6 398 580	228 132
	Contas a pagar	634 851 037	338 054 289	21 105 421
		1 043 315 966	709 426 818	34 684 707
				23 846 282

31. Transacções com partes relacionadas

Diversas transacções bancárias, depósitos, contas a pagar, garantias são celebradas com as partes relacionadas. As mesmas são realizadas numa base comercial no decurso normal do negócio. As transacções com as partes relacionadas executadas durante o ano e os respectivos saldos no fim do ano são as seguintes:

	2013 MT	2012 MT	2013 USD	2012 USD
Juros ganhos nos depósitos				
Standard Bank London	2 728 098	91 244 047	90 634	3 211 688
Standard Bank South Africa	21 947 029	55 938 945	729 137	1 968 988
Standard Bank Isle of Man Branch	83 598 216	12 507 381	2 777 349	440 246
Standard Bank Mauritius	18 378 752	364 035	610 590	12 814
	126 652 095	160 054 408	4 207 710	5 633 736
Juro pago no empréstimo de curto-prazo				
Standard Bank Mauritius	3 140 826	19 990 765	104 346	703 652
Depósitos				
Standard Bank London	3 760 079 362	647 082 097	125 002 638	21 750 659
Standard Bank South Africa	228 000 000	332 500 000	7 579 787	11 176 471
Standard Bank Isle of Man Branch	4 112 737 977	7 484 404 457	136 726 661	251 576 620
Standard Bank Mauritius	903 225 947	595 000 000	30 027 458	20 000 000
	9 004 043 286	9 058 986 554	299 336 544	304 503 750
Empréstimo de curto-prazo				
Standard Bank Mauritius	300 800 000	–	10 000 000	–
Juros antecipados				
Standard Bank London	1 357 886	2 347 752	45 143	78 916
Standard Bank South Africa	260 951	1 268 822	8 675	42 649
Standard Bank Isle of Man Branch	34 057 933	48 724 613	1 132 245	1 637 802
Standard Bank Mauritius	8 609 332	375 759	286 024	13 226
	44 286 102	52 716 946	1 472 087	1 772 593
Investimento nas empresas associadas	1 123 806	1 123 806	37 361	37 775
Custos acumuladas referentes aos honorários de gestão a pagar à sede	(184 763 562)	(159 762 332)	(6 142 406)	(5 370 162)
Honorários de gestão antecipados a pagar à sede	183 678 522	169 310 777	6 102 276	5 959 549
Garantias recebidas				
Standard Bank Group	842 467 386	100 326 693	28 007 559	3 372 326

Não existiam provisões e montantes anulados respeitantes a partes relacionadas no final do exercício (2012: nulo).

	2013 MT	2012 MT	2013 USD	2012 USD
32. Fluxo de caixa gerado pelas operações				
Lucro antes de impostos	1 764 905 341	1 758 155 006	58 634 729	61 885 076
Ajustamentos por itens não monetários:				
Depreciação e amortização (nota 8)	113 207 011	102 362 874	3 761 151	3 592 871
Justo valor dos derivados	(16 088 730)	78 724 376	(534 509)	2 771 009
Perda/ (lucro) na venda de imobilizado	875 455	(595 765)	29 085	(20 970)
Recuperação	6 600 743	6 600 741	219 294	232 339
Caixa gerado pelas operações	1 869 499 820	1 945 247 232	62 109 750	68 460 325
33. Variações no capital circulante Passivos				
Depósitos de clientes	598 049 463	7 608 872 440	19 881 964	255 760 418
Outros passivos	251 876 728	(502 941 926)	8 373 561	(16 905 611)
Obrigações em benefícios dos empregados	–	(152 193 000)	–	(5 115 731)
Obrigações subordinadas	14 444	(97 500)	480	(3 277)
Aumento nos passivos operacionais	849 940 635	6 953 640 014	28 256 005	233 735 799
Activos				
Empréstimos e adiantamentos de clientes	2 973 155 538	(828 442 708)	98 841 607	(27 846 814)
Transferido de activos não-correntes		(2 183 340 559)		(73 389 599)
detidos para venda	(3 995 364 321)		(132 824 612)	
Outros activos	(161 500 509)	(8 415 229)	(5 369 033)	(282 864)
Diminuição nos activos operacionais	(1 183 709 294)	(3 020 198 496)	(39 352 038)	(101 519 277)
Variações líquidas no capital circulante	(333 768 657)	3 933 441 518	(11 096 033)	132 216 522
34. Reconciliação de caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e depósitos no Banco Central (nota 12)	3 517 999 468	3 694 858 601	116 954 770	124 196 928
Empréstimos e adiantamentos a Bancos (nota 15.1)	14 177 101 805	14 187 915 459	471 313 225	476 904 721
	17 695 101 273	17 882 774 060	588 267 995	601 101 649
35. Taxas de conversão				
Na conversão das presentes demonstrações financeiras para Dólares norte-americanos (US\$) foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio.				
Taxa de fecho	MT 30.08/USD	(2012: MT 29.75/USD)		
Taxa média	MT 30.10/USD	(2012: MT 28.41/USD)		
As taxas baseiam-se nas taxas oficiais publicadas pelo Banco de Moçambique.				
36. Eventos subsequentes a data de relato				
Em 26 de Fevereiro de 2014, o conselho de administração declarou um dividendo total de MT 623 219 587 (2012: MT 621 763 705) no valor de MT 2.41 (2012: MT 2.40) por acção para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.				

Notas

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.[illegible]

Africa is a complex and diverse continent deserving nuanced insight. With differing prospects and performance across the continent, a 'one size fits all' approach is inappropriate. We are able to navigate unique environments by employing and developing local skills. Together with our other competitive advantages, our heritage and footprint, we are in a prime position to turn Africa's challenges into market opportunities.